

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**SAMIRA SAFADI BASTOS**

**COMPREENSÃO DA CRIMINALIDADE POR JOVENS DE FAMÍLIAS  
CLASSES MÉDIAS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI**

Salvador  
2008

**SAMIRA SAFADI BASTOS**

**COMPREENSÃO DA CRIMINALIDADE POR JOVENS DE FAMÍLIAS  
CLASSES MÉDIAS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich

**Salvador  
2008**

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente ao meu pai, Fernando Bastos Costa, e à minha mãe Abla Antoinette Safadi Bastos, que despertaram em mim desde cedo a vontade de ser um agente de transformação social, através da coerência entre suas palavras e ações cotidianas, e que, de maneiras diferenciadas e complementares, me ensinaram a ser pessoa, o que só é possível na presença e na consideração do Outro. Ensinaram-me, ainda, e o fizeram com orientação e exemplo, o valor do trabalho e do estudo, o valor da dedicação às coisas e às pessoas.

Quero, também, agradecer aos meus amados irmãos Alexandre, Bruno e Michelle pelo cuidado comigo, como se eu ainda fosse a caçula dos irmãos, e que com muita alegria recebemos o José Daniel. Agradeço a esta confraria de irmãos, plantada pelos nossos empenhados pais, por tudo o que fazem por mim e pelo imenso amor assegurado.

Agradeço aos meus sobrinhos lindos, Juana, Letícia, Fred, Nicolas, Natália, Sofia, Gabriel e Maria Clara pela aceitação incontestada dessa dinâmica familiar tão singular e que desejo ter para o resto da minha vida.

Dedico este trabalho a esta família, maravilhosa que tenho e que soube e sempre superar todas as adversidades com muita delicadeza e amor mútuo, e em especial dedico toda a caminhada instigante deste trabalho ao meu amado Frederico, que com muita determinação, força e vontade de viver, foi além de todas as dificuldades que a vida lhe impôs. Força meu tesouro!

Como coadjuvantes dessa pesquisa, agradeço aos jovens pesquisados e suas famílias, que em voto de confiança e intenção de dias melhores, abriram suas vidas para o nosso trabalho. Serei eternamente grata.

Agradeço aos meus amigos e aos meus colegas e chefias de trabalho a paciência de conviverem comigo nestes dias difíceis.

E como não poderia jamais deixar de agradecer à minha maravilhosa orientadora, Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich, que foi quem primeiro acreditou no tema e no meu interesse de pesquisa. Foi inesperada e reconhecidamente mais que orientadora, foi companheira e extremamente dedicada a esta aluna que quis voar fora de seu próprio universo.

Em nome da Prof. Elaine, agradeço a todos os meus professores, colegas e funcionários que compõem o Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Enfim agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida e que direta ou indiretamente contribuíram para que eu caminhasse até aqui.

## RESUMO

Refletir sobre e com os adolescentes pertencentes a classes de condição sócio-econômica inferior tem remetido a um estereótipo, não menos real e legítimo, porém repetido, da falta de oportunidades. Assim, a questão que norteou este trabalho foi como os jovens de classe média, em conflito com a lei, percebem o seu ingresso e/ou permanência na criminalidade. Participaram deste estudo de caso seis jovens entre 16 anos e 19 anos, de ambos os sexos, de contextos urbanos, três dos quais sentenciados e três que não passaram pelo sistema judiciário. Os critérios para classificação dos jovens como classes médias foram: renda, bairro de residência da família, ocupação e escolaridade dos pais, e outros, sempre utilizados de forma cumulativa. Nos resultados dois níveis de análise se presentificaram: um nível de dimensões societárias, familiares e individuais e um nível de dinâmicas relacionais, envolvendo questões atinentes à: exercício da autoridade; construção do masculino/feminino; relevância da família; contextos de entrada e permanência na criminalidade; presença/ausência da figura paterna; entendimento do crime; juventude como fatia de mercado consumidor; hedonismo; formas de sociabilidade das juventudes; desenraizamento e vulnerabilizações enfrentadas pelas famílias. Identificamos a necessidade de (re) conhecimento entre jovens de classes sociais diferentes e concluímos que refletir com o jovem de camadas médias sócio-culturais obriga a buscar formas de superação de limitações presentes na elaboração execução das políticas públicas.

**Palavras-chave:** juventudes, família, classes médias, ato infracional.

## ABSTRACT

Reflect about and with teenagers of lower socioeconomic conditions defers to a stereotype, no less real and legitimate, but repeated, of less opportunities. So, the question which guides this work is about how middle classes young people, in conflict with the law, perceive their entrance and / or permanence in criminality. Six young people, from 16 to 19 years-old, of both sexes, in urban contexts participated of this case study, three of them were sentenced and the other three did not pass by the juridical system. The standards used to classify young people as middle class were: revenue, neighborhood where the family lives, occupation and educational level of their parents, and others, always used in a cumulative way. Two analysis levels took place in the results: one of social, family and individual dimensions, and the other of relational dynamics, involving issues concerned to: exercise of authority; construction of male / female; relevance of the family; contexts of entry and residence in crime; presence / absence of the father figure; understanding of crime; youth as a slice of the consumer market; hedonism; forms of sociability of youths; rootlessness and vulnerabilizations faced by families. We identified the need to (re) knowledge among young people from different social classes and we find that reflect with the young people from medium social-cultural classes forces us to seek forms of overcoming the limitations of the current welfare policies.

**Keywords:** youths, family, middle classes, infractional act.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. A institucionalização dos cuidados à criança: do coletivo ao privado.....	14
1.2. A escola como espaço de institucionalização dos cuidados à criança.....	17
1.3. O Estado e o direito como espaço de institucionalização da criança.....	18
1.4. A crise do Estado e a institucionalização dos serviços sociais.....	20
1.5. O ECA como instituição protetora da pessoa em desenvolvimento.....	21
1.6. Juventudes.....	23
1.7. Delimitação sócio-psicológica do campo da problemática.....	28
2. OBJETIVOS.....	32
2.1. Objetivo geral.....	32
2.2. Objetivos específicos.....	32
3. MÉTODO.....	32
3.1. Definindo a linha metodológica.....	32
3.2. Historiando o trabalho de campo e os procedimentos.....	33
3.3. Participantes: critérios de seleção.....	35
3.4. Procedimentos.....	37
3.5. Quadro descritivo dos jovens participantes.....	38
3.6. Historiando o método de análise.....	40
4. O ESTUDO DE CASO: RESULTADOS E ANÁLISE.....	41
4.1. Quadros descritivos das entrevistas e de sua interpretação.....	43
4.1.1. resumo dos Casos: Quadro descritivo das entrevistas.....	45
4.1.2. Quadros interpretativos das entrevistas.....	51
4.1.2.1. Exercício da autoridade.....	52
4.1.2.2. Entendimento do crime.....	57
4.1.2.3. Relevância da família.....	62
4.1.2.4. Construção da masculinidade.....	66
4.2. Histórias.....	69
4.2.1 História 1 – O menino que gostava de obedecer.....	69
4.2.2 História 2 – A mãe que entregou o menino.....	71
4.2.3 História 3 – A menina que gostava de circo para estar com o pai.....	73
4.2.4 História 4 – O menino que só queria ser olhado.....	75
4.2.5 História 5 – Á procura de proteção.....	77
4.2.6 História 6 - Foi só um sonho ruim .....	79
4.3. História síntese – Um jovem, seus iguais e seus diferentes.....	81

4.4. Apontamentos articulatórios.....	83
4.5. Síntese Analítica.....	99
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS.....	111
APÊNDICES.....	115

## **ANEXOS**

A – Fotocópia dos Ofícios de solicitação da UCSAL e autorizações do Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude para pesquisa quantitativa com os processos do Órgão e pesquisa na CMSEMA;

B – Fotocópia dos Ofícios de solicitação da UCSAL e autorizações do Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude para pesquisa 01 (uma) exploratória no CASE localizado no bairro de Tancredo Neves;

C – Fotocópia dos Ofícios de solicitação da mestrandia e a apreciação do Comitê de Ética da UCSAL.



## **APÊNDICES**

A – Questionário / Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada;

B – Termo de Consentimento para a Entrevista.

## QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Descrição do sexo, idade, critérios para classificação quanto à classe social e medida sócio-educativa aplicada, Salvador, 2008.....	38
<b>Quadro 2</b> – Resumo dos Casos – Quadro descritivo das entrevistas, Salvador, 2008.....	40
<b>Quadro 3 – 3.1.</b> Quadro interpretativo das entrevistas - Exercício da autoridade, Salvador, 2008.....	51
<b>Quadro 3 – 3.2.</b> Quadro interpretativo das entrevistas - Entendimento do crime, Salvador, 2008.....	56
<b>Quadro 3 – 3.3.</b> Quadro interpretativo das entrevistas - Relevância da família, Salvador, 2008.....	61
<b>Quadro 3 – 3.4.</b> Quadro interpretativo das entrevistas - Construção da masculinidade, Salvador, 2008.....	65

Napoleão derramou rios de sangue para consolidar a civilização burguesa, que tem em sua macroestrutura o seu sistema bancário como símbolo maior, e a história o absorveu. Então, por que eu, Rodion Románivich Raskólnikov, não posso matar uma mísera velhinha agiota, que repete na micro estrutura da sociedade o que o sistema bancário faz na macroestrutura?

**Prefácio do Tradutor Paulo Bezerra in  
*Crime e Castigo*,  
Fiódor Mikháilovich Dostoievski.**

## 1. INTRODUÇÃO

Como os adolescentes de classe média, em conflito com a lei, percebem seu ingresso e/ou permanência na criminalidade? Eis a questão chave que norteou o presente estudo. Escolher entrevistar, em profundidade, adolescentes de classes médias se prende à verificação de que muitas das conclusões dos estudos sobre o adolescente de classe de renda familiar baixa e o ato infracional que cometeram, estão ligadas a questões sociológicas, sem privilegiar os aspectos subjetivos, o caminho percorrido por cada jovem e, muito menos, interrogando-os e se interrogando, a partir deles mesmos, como percebem estas questões.

Assim a pergunta acima, dirigida aos próprios jovens infratores, buscou compreender as percepções do ato infracional por meio de uma visão de ciência que não tenta igualar para comparar ou medir. Segundo Cohen (1974), a ciência des/qualifica o mundo, pois para ser ciência, desencarna, retira o tempo, onde “explicar é identificar, e identificar implica anular as diferenças” (p. 112).

Deste modo, estamos supondo que refletir sobre e com os adolescentes pertencentes a classes de condição sócio-econômica inferior tem remetido a um estereótipo, não menos real e legítimo, porém repetido, da falta de oportunidades. Esta abordagem acaba por desprivilegiar a busca de outras variáveis existentes, que também têm importância no que diz respeito às motivações (BOSI, 2003), deixando de lado uma condição que permeia as relações humanas: a complexidade. Desprivilegia, ainda, a verificação de possibilidade de soluções resilientes desses jovens, que podem apontar para meios de ajuda efetiva (RABINOVICH, 2006). Além disto, o desenvolvimento humano não pode ser entendido de forma causal e linear: “(...) caminhos diferentes podem convergir e, a partir de uma mesma rota, é possível chegar a pontos diferentes (...)” (CARVALHO; LORDELO, 2002, p. 231), mesmo havendo delimitadores das ações humanas, de ordens internas e externas que são como faces de uma mesma moeda.

Podemos partir destes pressupostos sem cair em um relativismo:

(...) é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que, sobretudo a imprensa veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis; (...). Esse perspectivismo nada tem de um relativismo subjetivista, que conduziria a uma forma de cinismo ou de niilismo. (BOURDIEU, 1997, p. 11/ 12)

A (re)construção constante da relação entre o indivíduo e o meio conduz a pensar com o sujeito, a partir dele próprio e do que carrega do meio em que vive e com o qual constrói redes de significações, de forma dialética. (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004)

E, de fato, questões sociológicas e psicológicas, vistas como dois lados de um mesmo universo – o humano - entretecem-se, continuamente, retro alimentando-se, e podem indicar ao pesquisador aproximações a ambas perspectivas, sem necessariamente haver desconsiderações de uma ou outra.

Partindo do pressuposto desta complexidade como permeadora das relações sociais, passaremos, a seguir, a tecer reflexões sobre a sociedade contemporânea e sua relação com as juventudes. Pensar a organização social atual implica rastrear os vetores históricos que produziram e produzem a sua atual conformação na área da infância e da juventude e o lugar da família e da escola. Igualmente importante é delinear a origem de suas instituições a elas associadas e os possíveis sentidos de sua dinâmica.

### **1.1. A institucionalização dos cuidados à criança: do coletivo ao privado**

Bruschini (1993) aponta que análises de diversos autores acerca da temática família relatam o período pré-industrial como aquele em que a unidade familiar poderia ser representada como uma unidade de produção, onde homens, mulheres e crianças trabalhavam juntos em casa e no campo.

Assim, Ariès (1986) mostra que, na Idade Média na França, a família era mais bem descrita como um grupo de pessoas que se reuniam regularmente para comer, cozinhar, dormir e outras atividades íntimas, bem como pela vizinhança e pela comunidade. As noções de parentesco e consangüinidade moldavam-se com as necessidades coletivas de produção material. O nomadismo geográfico, substituído pela fixação sedentária originária das primeiras vilas e cidades, aparece transposto para o tecido social com uma grande ebulição, sempre de caráter coletivizante. Um bom exemplo era a forma como se impunha à criança, tão logo prescindisse de permanentes cuidados maternos, a aprendizagem intensiva e prática das atividades sociais, privilegiadas aquelas que a equiparasse aos adultos em termos de utilidade e produção. Essa aprendizagem ampliava-se na medida em que praticamente inexistia o espaço privado, a solidão e a intimidade, havendo uma comunhão de sentidos e deveres, apreendidos de maneira empírica, que revelava um sujeito social hiperbólico. A caracterização máxima de “infância” dava-se pela prática de “paparicação” da criança em

seus primeiros anos de vida, quase na qualidade de um pequeno animal a quem se agrada com afagos e que, vindo a falecer, seria substituído por outro, sem grandes comoções.

Tal inserção da criança no mundo da maturidade, das atividades socialmente compartilhadas e primordialmente produtivas, a nível material ou simbólico, como no caso da aprendizagem de boas maneiras e do serviço doméstico, era um hábito difundido em todas as classes sociais. Tratava-se de uma prática que proporcionava à criança, a partir dos sete anos, um exílio em outra casa na qualidade de aprendiz, sendo que outra criança se ocuparia das atividades de sua casa original, à qual raramente retornava, o que promovia uma supressão de sentimentos filiais profundos: a família era lastreada pela realidade moral e social. A escola ocupava um espaço muito restrito no cotidiano da Idade Média; o saber empírico, necessário à sobrevivência imediata, colocava o aprendizado teórico à qualidade do supérfluo.

Entretanto, segundo Ariés (1986), a partir do século XV, mudanças lentas e profundas produziram a resignificação do espaço escolar: por um lado, um rumoroso movimento de moralização promovido pelos reformadores católicos e protestantes, ligados à Igreja, às Leis ou ao Estado, provocando um reposicionamento do manejo da infância e de sua passagem para a vida adulta, mudando da aprendizagem para a educação; por outro, a incipiente organização burguesa, marca da gradual transformação do público em privado, do bem comum (ainda que submetido à posse do senhor feudal) para a propriedade particular. A manutenção de bens por essa nova classe pressupunha uma demarcação do espaço familiar, visto que era necessário garantir o direito e o adequado exercício da herança parental. Paralelamente, ocorria uma preocupação cada vez maior com o sentido educativo da “formação”, privilegiando o cunho moral antes do que a mera capacitação técnica, no intuito de preservar as crianças da promiscuidade física e espiritual que grassava no período anterior. Visava também garantir, através da disciplina, uma permanência de valores que a diferenciasse e tornasse longeva a dominação sobre as demais classes, inclusive utilizando a leitura e a escrita como instrumentos de diferenciação. Enquanto a classe intermediária assim definia a família e a escola como espaços privilegiados de socialização, os filhos das classes mais pobres e da aristocracia continuavam socializando-se como aprendizes e serviçais – a escola já se apresentava naqueles dias como excludente.

Neste processo, a criança passou a ocupar um espaço crescente nas preocupações da família. Ainda não se tratava da família moderna, com as prioridades voltadas para o desenvolvimento pleno da criança, observadas suas fases peculiares e conseqüentes cuidados: tratava-se de um espaço gerado principalmente pela necessidade de promover uma “ortopedia moral”, afastando a criança do ambiente demasiadamente dispersivo da sociabilidade

irrestrita, de forma a inculcar no infante o sentido de dever de classe e a observância aos princípios concernentes, que lhe desenvolvesse a força de vontade e convertesse corretamente seus instintos anti-sociais. A criança, antes vista como um pequeno adulto que tão logo possível devia ser apresentado ao mundo do trabalho e das significações coletivas, é agora tratada como um ser a quem se deve arduamente preparar, comprovada pela sua inaptidão para refrear desejos imediatos. A escola revela-se um espaço de confinamento da infância, promotora da “quarentena corretora”, do isolamento necessário ao espírito débil, vulnerável e corruptível da criança: em contrapartida, a família, apropriando-se de um espaço cada vez mais privado, conjura um ambiente mais afetivo, resultante de um sentimento de pertença, de exclusividade, construindo lentamente um muro que a distingue topograficamente no seio da sociedade. É como se os conceitos da *Escola* e da *Família* nascessem conjuntamente. Com efeito, nos séculos subseqüentes presenciou-se uma multiplicação do número de escolas e um prolongamento do período de escolaridade.

O espaço público vai sendo substituído paulatinamente pelo privado, entendido principalmente no sentido da formação de subjetividade, de uma identidade pessoal, da nomeação do sujeito que recebe, gradualmente, um nome, um sobrenome, uma identidade e finalmente um número de cadastro. Transformações do espaço de convivência familiar acompanham a privatização da vida familiar do ponto de vista da arquitetura, pela separação dos grandes salões em sala de jantar e sala de visitas e aumento do tamanho dos quartos, “supondo uma aparente autonomia e uma atmosfera de intimidade.” (ARIÈS, 1986, p. 54).

A família nuclear burguesa, resultante do processo de privatização do espaço público, material e afetivo, caracteriza-se pela definição de papéis baseados no gênero e na filiação: as expectativas em relação ao desempenho fundam-se nos parâmetros da sociedade patriarcal, principalmente no Velho Mundo. Para Engels (1981), a primeira forma de família era baseada em interesses econômicos sem qualquer relação com o que chama de amor sexual individual: a supremacia masculina tinha como objetivos a procriação e a garantia da paternidade com fins de herança. Para o autor,

(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1981, p. 71)

Pode-se resumir que a nova organização familiar repousa sobre três fenômenos marcantes: a revolução da afetividade, o lugar crescente dado à criança e a prática sistemática

de uma contracepção espontânea que dissocia o desejo sexual da procriação e dá nascimento a uma organização mais individual da família (ROUDINESCO, 2003).

## **1.2. A escola como espaço de institucionalização dos cuidados à criança**

A instalação da díade família-escola como espaços de socialização por excelência ocorre em um percurso em que as transformações pedagógicas acompanharam a mudança da mentalidade através do tempo, até a infância ser vista como uma importante etapa da vida em que as características intrínsecas de suas diferentes fases passaram a ser observadas no sentido construtivo, desenvolvimentista, formador.

Contudo, a educação escolar e o retrato estruturado da família burguesa permanecem inacessíveis para boa parcela da população, servindo antes como um modelo, um ideal. Ainda no século XIX, com a consolidação da burguesia como classe dominante, do capitalismo como ideologia e do desenvolvimento industrial da sociedade, a educação do povo tornou-se uma necessidade econômica: com as novas tarefas que o maquinário impunha ao proletário, ler, escrever e contar tornavam-se técnicas básicas sem as quais este seria um operário medíocre, improdutivo; não se tratava de elevar o povo, mas prepará-lo da forma mais racional possível para seu novo destino econômico. Assim, o capitalismo instituiu a escola pública.

Na segunda década do século XX, surgiram as primeiras exigências populares quanto aos reais princípios norteadores da escola. O encanto de ter os filhos educados sob os auspícios dos novos deuses - a razão e a ciência - foi quebrado pela consciência de que isso se prestava à manutenção do domínio econômico ocorrendo então uma luta pela adaptação da educação às necessidades específicas da classe, com vistas à autonomia e ao desenvolvimento integral.

Faleiros (2006) relata que, no Brasil, na iminência da industrialização no país e da queda do período liberal-oligárquico, o contexto apontava fatores de crise tanto no campo econômico, quanto social, resultando em movimentos pela regulamentação e proteção ao trabalho e à melhoria das condições de vida.



### **1.3. O Estado e o direito como espaço de institucionalização da criança**

Nessa fase de industrialização no Brasil, como nos relata Faleiros (2006), apresentou-se a criação de uma legislação trabalhista, a melhoria do sistema de ensino, da administração pública e serviços assistencialistas à população pauperizada, período em que claramente visualiza-se a exclusão social da infância, vista, por exemplo, na exploração de crianças no interior das fábricas.

Porém, o fim não era garantir o bem comum, “(...) mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 47). A regularização social na esfera jurídica transformou-se na questão determinante para manutenção da ordem constituída. A questão da infância surge nos debates com enfoques de natureza moral, assistencialista, religiosa e de controle social, buscando tal regulamentação no enfoque correccional-coercitivo.

Sendo assim, foi instituído, em 1927, o primeiro Código de Menores – Melo Mattos, que funcionou como legislação complementar ao Código Civil Brasileiro. Observa-se a ausência de caráter universalizante, onde a “proteção” só se aplica aos abandonados e delinquentes, cujas medidas aplicáveis vão desde “entregá-lo a pessoa idônea” até “interná-lo em hospital, asilo ou instituto de educação, oficina escola de preservação ou reforma”. (Art. 55 e 68 – Código de Menores).

O Estado projetou-se para interferir diretamente na esfera social, a partir da década de 30, assumindo um caráter intervencionista, que foi decisivo para o controle e harmonização das relações entre as classes sociais (FALEIROS, 1992). Essa característica intervencionista introduziu mudanças no referido Código, através do decreto nº. 22.042, de 03 de novembro de 1932. Entretanto, houve retrocesso ao permitir o trabalho aos menores de 14 anos, o que o Código já havia proibido aos menores de 12 anos. Contudo, a medida foi suplantada pela Constituição de 1934, que manteve a idade legal mínima, para ingresso no mercado de trabalho, em 14 anos de idade, estabelecendo a proibição do trabalho noturno aos menores de 16 e insalubre aos menores de 18 anos.

Um confronto de medidas, regulamentadas na Constituição de 37, que alargava o processo de concentração e centralização do poder do Estado, favoreceram o golpe, onde surge o Estado ditatorial. Tais mudanças ratificaram o Estado como núcleo de controle à menores abandonados e delinquentes e às famílias miseráveis, configurando esta assistência como modalidade particular de enfrentamento da questão social.

Conforme Faleiros (2006), esse Estado intervencionista foi ampliando suas ações na área social, marcadas pela criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, 1938 (representava o que é hoje o Conselho Nacional de Assistência Social, que regulamenta e fiscaliza as instituições prestadoras de serviços na área, dentre outras atribuições), do Departamento Nacional da Criança – DNC, 1940 (tinha o objetivo de ordenar atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, e era ligado ao Ministério da Saúde), do Serviço de Assistência a Menores – SAM, 1941 (correspondia à atual FEBEM) e da Legião Brasileira de Assistência – LBA, 1942 (órgão que normatizava e executava as ações ligadas à Assistência Social); o que não significou a superação do ciclo perverso na política estabelecida para crianças e adolescentes ditos como “abandonados e delinquentes”. Tendo como referência o Código Penal de 1940, visualiza-se a perspectiva da revisão do Código de Menores, concretizada numa medida de alcance provisório, com o Decreto – Lei nº. 6.026/43, que converge com o Código Penal no que tange a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos.

A década de 50, marcada pelo avanço da internacionalização do capital, trouxe agudização dos problemas sociais e, conseqüentemente, da infância pauperizada, afeta à violência e à criminalidade, causando insatisfação no seio da sociedade com relação aos serviços instituídos.

Diante de todas as irregularidades e resistências quanto à política adotada para a infância e para a juventude, foram surgindo propostas de reformulação, muito influenciadas, inclusive, pelo contexto internacional, tendo especial relevo as orientações contidas na garantia e promoção de direitos constantes na Declaração dos Direitos da Criança, promulgada em 1959 pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Nesse contexto de revisões, criou-se o Instituto Nacional de Assistência ao Menor – INAM, em substituição ao SAM, configurando em novo reordenamento do aparelho estatal, dando origem, também, em 1964, pelo regime militar, à Fundação Nacional de Bem – Estar do Menor – FUNABEM, conforme nos mostra Carvalho (2000).

Em conformidade com o modelo de caráter regulatório do regime militar, no âmbito das Políticas Sociais, foi instituído pelo Estado, a Política Nacional de Bem Estar do Menor, objetivando principalmente a extinção das tradicionais práticas repressivas, que marcaram a gestão estatal na área da criança e do adolescente durante tantas décadas.

Entretanto, o Código de Menores de 1927 ainda era a lei em vigor, permitindo conviver os velhos dispositivos jurídicos com o novo sistema assistencial.

Parecia não haver como superar este impasse em plena fase de sucessivos Atos Institucionais, dentro do universo de medidas repressivas que consolidaram o papel do Executivo e controlaram os Poderes Legislativo e Judiciário. Desta forma, a reformulação foi adiada e apenas atualizada pela FUNABEM, modificando o tratamento repressivo-punitivo pelo assistencial. Atuou nas áreas de intervenção e prevenção, esta última em convênio com o UNICEF, através de um trabalho de comunidade, com a ação de estudantes membros da própria comunidade, de organismos estatais e privados.

#### **1.4. A crise do Estado e a institucionalização dos serviços sociais**

Em meio à crise econômica da década de 70, a nível mundial, e diante da falência do chamado milagre brasileiro, Faleiros (2006) nos mostra que aflorou a crise política, marcando o início de uma fase liberalizante do autoritarismo. Era preciso recompor e moldar os processos sociais indispensáveis à superação da crise recessiva da economia e da política.

Um dos caminhos encontrados foi a conjugação de interesses, no plano político, e a racionalização no campo social. Nesta área, o processo decisivo foi a criação em 1974 do Ministério da Previdência e Assistência Social para gerir toda a política social do país.

Após a *CPI do Menor Abandonado*, em 1976, que indicou o agravamento da situação de marginalização de crianças e jovens, foi revisada a lei anterior, chamada Novo Código de Menores, em 10 de outubro de 1979. Este Código, ainda ausente de caráter universal, instituiu a doutrina da situação irregular, que era no texto da lei definido como aquele menor privado de condições de subsistência, vítima de maus tratos, em perigo moral, privado de representação ou assistência legal, com desvio de conduta e autor de infração penal. Foi inegável certo avanço no tocante às medidas de proteção e assistência, mas manteve-se o processo de condução da política com base em práticas assistencialistas e setORIZADAS, com enfoques educativos e correcionais, ou seja, ainda não havia ruptura com os princípios conceituais instituídos pelo regime autocrático.

Na conhecida década perdida, década de 80, ocorreu no Brasil um agravamento da crise econômica, com elevado índice inflacionário e uma conseqüente crise fiscal do Estado, o que levou este a reduzir sua capacidade de regulação. Segundo Bobbio (1989), em meio à crise social, ampliou-se a mobilização da sociedade em articulação com o Estado voltada para várias áreas, como a área da criança e do adolescente, no seio do processo de redemocratização: 1982 – Promoção do Bem Estar do Menor e Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua – FUNABEM e UNICEF; 1984 – Seminário Latino-Americano de

Alternativas Comunitárias no Atendimento a Meninos de Rua; 1985 – Criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR; 1986 – I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua; 1988 – Criação do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA e Campanha Nacional *Prioridade Absoluta*, articulada pelo MNMMR e 1989 – Convenção Internacional dos Direitos da Criança – ONU.

Acenava, nesse momento, a perspectiva de mudanças formais no plano jurídico, e potencialmente, também no plano institucional, tendo como eixo básico o direito de crianças e jovens.

A Constituição Federal de 1988 tem papel norteador na formulação e gestão de políticas descentralizadas e participativas, estabelecendo nos artigos 204 e 227 os direitos da criança e do adolescente, que vieram dois anos mais tarde a serem regulamentados pela nova legislação da área, a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

### **1.5. O ECA como instituição protetora da pessoa em desenvolvimento**

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi produto de um amplo processo de organização da sociedade para superação da visão tradicional, na ótica do abandono, carência e delinquência. As ações empreendidas tiveram apoio do UNICEF, da iniciativa privada, de categorias profissionais, organizações não governamentais, movimentos de diversas igrejas, dentre outros.

A passagem da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral reflete no Estatuto um grande avanço conceitual. É uma lei que reconhece a criança e o adolescente como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual, como explicita em seu artigo 3º. São agora sujeitos de direitos e não só de necessidades, independente de raça ou classe social, isto é, universaliza o enfoque jurisdicional, e não mais apenas direcionado ao abandonado e/ou delinquente.

Mesmo o ECA perfazendo dezoito anos de existência, muitos de seus artigos não saíram do papel, como por exemplo, o reordenamento político-institucional, que impõe a composição do Sistema de Garantias de Direitos, como aponta Volpi (1999). Talvez porque seja ideal e, portanto, não exequível: ainda assim nos perguntamos se deve ser um princípio norteador, se devemos nos iluminar pelo que é ideal para propor o que cada realidade comporta.

Apenas três anos depois da aprovação desta Lei, isto é, desde o ano de 1993 até os dias atuais, estão sendo encaminhadas, na Câmara Federal e no Senado, dezenas de proposições de

mudanças, através de Propostas de Emenda à Constituição – PEC's, que visam alterar o artigo 228 da Carta Magna, o qual garante a inimputabilidade para os menores de 18 anos, mesmo tratando-se de cláusula pétrea. Tais PEC's estão em processo de tramitação e propõem a diminuição da maioridade penal, ou até mesmo a eliminação de uma idade limite, a depender da “capacidade da criança e/ou adolescente entender o que fez” (grifo meu).

A maioria delas pauta-se principalmente em argumentos como o aliciamento dos imputáveis, os quais se utilizam de menores para o crime; a possível capacidade de discernimento por parte de crianças e adolescentes que cometem atos infracionais e a hipótese de ausência de punições na lei 8.069/90, atribuindo a esta a responsabilidade por um possível aumento da violência cometida pela infância e pela juventude.

É urgente refletirmos se esta é uma ótica que trata a questão da criminalidade infanto-juvenil pelas suas raízes, tanto no nível individual – da relação que cada indivíduo estabelece com as vulnerabilidades e situações de risco pelas quais passa - quanto de sociedade, de estrutura social, isto é, qual o peso na formação do sujeito que a ausência de oportunidades - de canalizar e transformar as frustrações cotidianas em soluções positivas e pacíficas - realmente possui; percebendo estas duas instâncias como partes do processo de co-construção do sujeito, interligadas, dialéticas e não dicotomizadas, não excludentes entre si. Há que se perceber ainda se há de fato este aumento da criminalidade infanto-juvenil e se existe um descompasso na representatividade nos indicadores da violência cometida por outras faixas etárias.

O Jornal A TARDE, do dia 07 de maio de 2007, traz uma notícia que fora adquirida, segundo o artigo, através de documentos do Centro de Documentação e Estatística Policial - CEDEP:

A estatística da polícia baiana ainda revela que o envolvimento dos meninos e meninas com crime vem diminuindo ao longo dos anos, ao passo que a quantidade de casos que fazem vítimas o mesmo público aumentou (...). (CIRINO, 2007, p. 05)

No que concerne ao ECA, é preciso perceber em que consistem as medidas sócio-educativas previstas na lei e qual o real potencial de reeducação dessas medidas. Deveremos ainda visualizar quais são os valores das famílias brasileiras e quais espelhos a atual conjuntura de inúmeras carências ético-políticas e positivas refletem para os indivíduos que estão em processo de formação de sua personalidade. Todas estas dúvidas são necessárias para nos aproximarmos da realidade em que vivem os jovens brasileiros.

Após uma longa trajetória, que nos parece coerente, de estruturação, de construção do conceito de adolescência e dos direitos que a permeiam, inquieta-nos a possibilidade de podermos estar retrocedendo na luta ou quem sabe deixando de perceber as transformações sócio-históricas impostas para a juventude, diante de um mundo de informações efêmeras e frívolas.

Existem questionamentos ainda mais profundos no que se refere à criminalidade juvenil: ao pensarmos nos adolescentes de classes sociais de renda baixa que cometeram atos infracionais, tendemos a associar a questão à falta de oportunidades de desenvolvimento, o que não é menos real e menos legítimo, como já colocamos anteriormente. Porém, a forma como cada indivíduo lida com as redes de significações de sua trajetória de vida se entrelaça com outras questões como os valores familiares e o contexto sócio-histórico e ideológico-cultural onde está inserido.

## **1.6. Juventudes**

Para diversos autores da literatura contemporânea, é impossível encontrar grandes eixos de generalização sobre juventude em virtude da sua polissemia e multiplicidade, intensificados pelas questões de classe (OLIVEIRA, 2008; ABRAMO & BRANCO, 2005; ABRAMOVAY & CASTRO, 2005; KEHL, 2004; MAYORGA, 2006; PAIS, 2003). Por essa razão, Abramovay e Castro (2005) sugerem o tratamento da flexão de número, ou seja, sua denominação no modo plural: juventudes.

Mesmo sendo um período de vida dotado de distinção diante da infância e de preparação para a vida adulta, entendido por Alcântara (2007) como primeira e segunda socializações, portanto visto como transição, é preciso entender de que se trata de um conceito construído sob as égides sócio-histórico-culturais. Esse entendimento é necessário para que se proponha a efetuar reflexões e, mais ainda, sugestões, à medida que torna intransponível o entendimento do contexto em que os jovens vivem, suas múltiplas manifestações e anseios, as novas formas de socialização, e mais ainda, como eles se percebem. É preciso “desnaturalizar, considerando-a em sua historicidade”. (NOVAES; VANUCHI, 2004, p. 10).

Pais (2003) aponta ainda que, além das questões macro, é preciso ver a juventude “por dentro”, entrar no cotidiano dos jovens, na busca da percepção dos seus modos de vida, e isto seria feito com a ajuda de análises qualitativas do uso do tempo. Delimitou o caminho do cotidiano como sua via de análise, denominando-o de sociologia da vida cotidiana. Seu

objetivo de pesquisa foi “(...) a relação entre os usos que os jovens fazem de seu tempo cotidiano e o ordenamento social envolvente (...)”. (PAIS, 2003, p. 16).

A Organização Panamericana de Saúde - OPS, por exemplo, ao invés de seguir um conceito de base biológica, considera juventude como

(...) uma categoria fundamentalmente sociológica, e se refere ao processo de preparação para que os indivíduos possam assumir o papel social de adulto, tanto do ponto de vista da família e da procriação, quanto profissional, com “plenos” (crivo meu) direitos e responsabilidades. (JORGE, 1998, p.210).

Não obstante sua preocupação com o lastro social do conceito, este ainda está pautado aparentemente em posições que não avançam quanto à complexidade.

O conceito de juventude nasce na sociedade moderna ocidental, e até a década de 60 esteve restrito aos jovens escolarizados, o que não englobava as classes baixas. Abramo (2005) pontua que muitos estudos sinalizam o nascimento de um conceito ligado à juventude burguesa e que está presente até nossos dias como padrão imposto, principalmente considerando a ditadura da ocidentalidade.

Nas décadas finais do século XX, a preocupação migrou para as chamadas situações de risco da juventude, desta vez associando às classes menos favorecidas do ponto de vista sócio-econômico (ABRAMO, 2005, p. 38/41), impulsionados pelas graves situações reconhecidas na década de 20, detalhadas na Introdução do presente trabalho.

As políticas públicas brasileiras estiveram, durante muito tempo, voltadas para o enfoque correccional-repressivo. Contudo, essa associação entre juventudes e situação de risco ainda é bastante presente nas decisões quanto à efetivação dos direitos juvenis. Mesmo no ECA, embora tendo caráter universalizante na maioria dos direitos expressos na lei como garantia, a transformação da lei em realidade ainda busca apenas os jovens das classes baixas.

Muitas das pesquisas e dos institutos que estudam questões ligadas a juventudes consideram o corte de 16 a 24 anos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, conforme Abramo (2005, p.45), certamente pela idéia de que, diferentemente do recorte legal brasileiro de adolescência, entre 12 completos e 18 anos incompletos, as juventudes e suas manifestações se estendem um pouco mais. Isto pode ser observado atualmente pelo “elastecimento” da escolaridade, do tempo maior de permanência dos filhos na casa dos pais e na dificuldade de adquirirem o primeiro emprego.

A publicação do IPEA *Brasil: o estado de uma nação* (IPEA, 2005, p. 287) informa que as juventudes - entre 15 e 24 anos – no ano de 2003 representavam 19,5% da população

brasileira. Este dado quantitativo mostra uma grande população vivenciando os desafios contemporâneos, alguns deles, muito bem evidenciados por Trassi (2006, p. 13.): 1. a moratória, onde, principalmente os adolescentes, são orientados o tempo todo para a autonomia, mas a sociedade não os autoriza a exercê-la; 2. a determinação dos papéis sociais feita pelas gerações mais velhas e cumprida pelas mais novas, sem muita participação dos jovens na elaboração e execução das políticas públicas brasileiras; 3. tratamento como consumidor potencial, de maneira selvagem pelo capitalismo no mundo todo, inclusive nas nações orientais; 4. a aparente ruptura com os valores das gerações anteriores, como se nada os jovens tivessem a aprender com elas, e 5. a eternização das juventudes como ideal de vida para todas as gerações, ao qual acrescentamos o medo com o qual muitos adultos percebem os jovens, porém desejando ser igual a eles.

Pais (2003) relata que, histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados problemas sociais (...)” (PAIS, 2003, p. 30,). O status de adulto somente seria conferido quando o jovem consegue superar estas questões e lidar com o conceito de responsabilidade, diante das funções construídas socialmente: estudar, trabalhar, ter filhos, pensar no futuro, ou outros devaneios do (nosso) mundo adulto. O autor comenta que muitos dos problemas estão ligados às dificuldades para a entrada no mercado de trabalho.

Segundo Winnicott (2005), o adolescente está em constante busca para se sentir real. É um ser essencialmente isolado e para superar as possíveis depressões se associa a outros co-étnicos, formando “(...) um agregado através da adoção de idéias, ideais, modos de viver e de vestir comuns”. (WINNICOTT, 2005, p. 165). Imaginemos todos estes e outros aspectos articulados nesse mundo de informações fugazes e aparentes e chegamos a uma rápida conclusão: não deve ser fácil ser jovem hoje.

Os jovens vivem realidades virtuais que tentam satisfazer os clamores sociais: excesso de culto ao sensível, consumidores em potencial, hedonismo, poder, dinheiro, status, e até algum sentido de pertencimento. Para Pais (2006, p. 20), a transgressão pode ser vista como forma de não aceitação das conformidades, dos comportamentos socializados, propondo um olhar menos preconceituoso para as culturas juvenis.

Existe uma intensificação do olhar e das representações sociais sobre os comportamentos juvenis como problemáticos e perigosos - o que pode se tornar um conceito cego no sentido de não conseguir perceber as potencialidades de contribuição para a mudança dessa importante fatia demográfica, cujas possibilidades podem ser ilustradas pela pesquisa



*Perfil da Juventude Brasileira* (ABRAMO; BRANCO, 2005), onde 84% dos jovens entrevistados responderam que podiam mudar o mundo. Como diz Oliveira (2008), essa

(...) “permanente estigmatização” que confere à juventude uma noção patologizada, de conturbação e crise que, para o bem de todos será amainada pelo amadurecimento, é subestimada em suas capacidades contributivas, enfatizando-se ao contrário, seu potencial agitador da desordem social. (p. 57).

Essa visão de jovem como ameaça e perigo é mais voltada ao olhar direcionado às classes mais baixas. Castro (2002, p. 76) relata que os jovens se sentem vítimas de preconceitos por serem jovens e pobres, ficando o ócio tolerado reservado aos jovens de melhor condição sócio-econômica.

(...) a forma como se concebe juventude insiste-se que tal visão pode complicar que política se propõe: ou os jovens são concebidos como a esperança, são o amanhã, ou os jovens são o demônio, são os violentos hoje. (CASTRO, 2002, p. 83).

Centro de muitos debates da mídia e da sociedade, a situação de conflito com a lei tem trazido discursos quanto ao crescimento do número de infrações, inclusive entre os jovens de classes mais abastadas. Trassi (2006) informa que a relação entre adolescência e criminalidade é um fenômeno universal, citando pesquisas da França, Inglaterra e dos Estados Unidos.

Uma importante informação, trazida por Trassi, e que transpassa o nosso recorte de estudo, é a de que existiria um diferencial entre os tipos de crimes praticados por adolescentes de classes baixas e de estratos médios, uma vez que os primeiros praticariam mais roubo e furto e os segundos, que ingressam muitas vezes na criminalidade por ligação com o abuso de drogas, cometeriam crimes mais ligados a roubo e extorsão (TRASSI, 2006, p. 157).

Para Oliveira (2003), na noção de juventude ainda habitam muitas contradições e imprecisões, aparecendo enfoques diversos, sejam eles etários, biopsicológicos, relativistas ou socioculturais. Segundo essa autora, esses enfoques podem estar dispostos em duas correntes principais: as correntes geracional e classista – referindo-se às visões de juventudes como fase da vida, e às visões que analisam sob o ponto de vista das classes sociais, respectivamente. (OLIVEIRA, 2008, p. 63).

Igualmente Pais (2003) agrupou as várias teorias geradas pela existência de diversas juventudes e diversas maneiras de olhar para elas em geracional e classista. A corrente

geracional trata da juventude apenas como fase de vida, como aspecto de geração e portadora de uma unidade, formando uma espécie de consciência geracional, mesmo que aceitem a condição da descontinuidade. Uma cultura juvenil se apoiaria nas outras gerações, gerando conflitos ou crises intergeracionais. Para a sua continuidade seria necessária uma relação entre as gerações, como membros de fases diferentes da vida e não necessariamente como membros de classes sociais. Essa relação poderia ser isenta de problemas, com pautas compatíveis e complementares, e outra de tipo problemática, divergente ou relativamente articulável. As continuidades e descontinuidades para essa corrente estariam ligadas à passividade ou não como os processos de socialização são absorvidos pela juventude, através da escola e de outros meios. A corrente classista considera que as formas de reprodução social se explicam através das classes sociais, onde a transição para a vida adulta está baseada na condição social em que o jovem vive.

O autor português recorda a força da urbanidade nas culturas juvenis, agravadas pelo enfraquecimento das comunidades rurais, devido a inúmeras razões de matriz sócio-histórica. Lembra ainda que as classes médias possuem acesso a um capital social, indiretamente ligado às condições sociais, que fazem de fato bastante diferença nas trajetórias juvenis. “Para a corrente classista, as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe.” (PAIS, 2003, p. 61). Porém, não apenas de classe, mas sempre como culturas de resistência classista. No entanto, o jovem, muitas vezes, se externaliza de forma diferente (de outras gerações) para se sentir igual à geração à qual ele pertence. Como explica o autor, esta corrente tem dificuldades para explicar quadros de valores semelhantes entre os jovens de classes sociais diferentes. Contudo, a ideologia pesa de forma majoritária, ainda mais em tempos de globalização, principalmente da globalização da informação.

Para Pais (2003),

(...) a noção de classe implica a consideração de relações historicamente construídas: as classes não existem inertes, como “coisas em si” – existem em relação com outras classes.” “(...) As trajetórias individuais são também imprevistas, como de resto acontece com a própria vida quotidiana. (...) sem obviamente rejeitar o facto de as vidas humanas se confrontarem com “condicionalismos sociais” e “campos de possibilidades” bem rígidos ou constrangedores, em grande parte dos casos. (PAIS, 2003, p. 64).

Mennheim (2007, apud WELLER, 2007, p. 13), ao analisar o comportamento da juventude no nazismo da Segunda Guerra, salientou a importância do papel da escola como

formadora em potencial de agentes promotores de mudança social, e da relevância no entendimento da juventude como parte de um todo, histórico, político e social, que se (re)cria continuamente diante da sociedade e com ela, sendo um dos mediadores de transformação a qual o autor chama de agente revitalizador.

A conjugação de variáveis como transformações sócio-econômicas, modos de vida e mobilidade geracional, quando articuladas aos processos de produção cultural e social, não deixaria também de ser elucidativa das descontinuidades nesses processos de reprodução (...). (PAIS, 2003, p. 45).

Os conceitos e acepções sobre juventude, como sempre, parecem refletir apenas uma parte do fenômeno. O presente trabalho baseou-se em trajetórias individuais, reconhecendo o pertencimento destes jovens a uma mesma classe e geração, a partir de matriz sócio-histórica. De modo que tanto as terminologias “juventude” quanto “juventudes” indicam faces pertinentes da problemática a serem consideradas.

Face ao acima delineado, é preciso perceber que há possibilidades de transformação que os próprios jovens co-constroem. Pretendemos ir ao encontro de uma visão reveladora tanto do singular quanto do coletivo, na superação de explicações simplistas ou unilaterais, as quais desconsideram a complexidade das ações juvenis.

### **1.7. Delimitações sócio-psicológicas do campo da problemática**

Estudos realizados, no Brasil, apontam elementos que ajudam a delinear o campo deste trabalho.

O trabalho realizado a partir dos relatos dos próprios jovens, de Alcântara (2001), apontou que a qualidade da interação da família e a congruência dos projetos de vida são mediadores importantes, além das condições do contexto presentes e disponíveis, onde a violência e a dificuldade de inserção social se apresentaram como principais dificuldades para os adolescentes.

Silva (2003), na contramão do entendimento de que as entradas e saídas do crime são marcadas por momentos de escolha e tomada de decisão claramente definidas, apontou a não delimitação destes momentos, aos quais a autora chama de (des)continuidades no envolvimento com o crime.

Assis (1999) relata que o papel da família parece passar por crises no que diz respeito às suas funções sociais, e que a escola é relatada pela maioria dos jovens como instituição que fracassou em suas funções socialmente estabelecidas, e que não representa as suas

necessidades e anseios. A autora sinaliza ainda para a banalidade como a vida é vista pelos jovens entrevistados, a negação dos próprios direitos e dos direitos do outro, prevalecendo os valores da sociedade de consumo: vantagens financeiras e prestígio social.

O estudo de Borges e Alencar (2007) situou a motivação do transgressor sem delimitar previamente classes ou estratos sociais, voltados para o adulto homicida. Para as autoras, a motivação a partir dos valores morais, através do que chamam de Juízo de Representação da Realidade – JRR, seria o motivo (o que é) que o levou a cometer o crime, e Juízo de Valor Moral - JVM (o que deve ser), como aprovação ou desaprovação desta ação por parte do transgressor.

Assim, os estudos de tais autores refletem a importância do contexto em que os jovens se desenvolvem, de modo que nosso objetivo é o de um entendimento dos contextos que levaram ao ato, na visão deles próprios, e não necessariamente do que avaliam moralmente sobre o que fez ou faz. Este posicionamento afastou uma postura normativa: não se buscaria entender se a pessoa encarava o ato considerado infrator como correto ou não, mas como se deu sua passagem (ou está se dando) pelo universo da criminalidade, ou seja, a busca de um entendimento das motivações presentes em sua trajetória de vida para certos atos.

Adolescentes pertencentes a classes sociais baixas, que não tiveram muitas oportunidades formais de desenvolvimento, através do acesso aos direitos sociais, como educação, cultura adquirida, formação de capital social, geralmente são considerados mais propensos às influências das vulnerabilizações contemporâneas e à criminalidade. Porém, quais seriam as motivações para o ato infracional por parte daqueles que teoricamente tiveram acesso a uma escola privada, à escola de línguas, a esportes, à cultura adquirida, ao lazer, dentre outras possibilidades? Que outras questões atravessariam?

Perceber os significados para o jovem implica acessar a (inter) subjetividade de maneira a permitir entender algumas das (des) continuidades que compõem a criminalidade de jovens de classes médias.

Além de maior grau de vulnerabilização dos jovens de classes baixas, razões ligadas à impunidade das classes médias e altas brasileiras, onde estariam envolvidas questões de corrupção e da incapacidade jurídica do adolescente, desfavorecido do ponto de vista institucional, sócio-econômico e cultural e de defender-se, juridicamente, torna este estudo extremamente difícil: os primeiros, em geral, não estão privados de liberdade no Brasil em números, estatisticamente representativos. As pesquisas de Volpi (1997) e a de Silva e Guerese (2003), em que dados de escolaridade, raça/cor e renda familiar ratificam essa constatação, também presente no sistema penitenciário reservado para adultos: são as classes

mais baixas que massivamente são privadas de liberdade. Na pesquisa de Volpi (1997), em dados coletados nos anos de 1995 e 1996, verificou-se que 96,6% dos adolescentes privados de liberdade não concluíram o ensino fundamental, considerando que a maioria deles tinha na época entre 15 e 21 anos, e 90,90%, daqueles com este tipo de informação disponível para a pesquisa, tinham renda familiar até 3 salários mínimos.

Na pesquisa de Silva e Guerese (2003), cujos dados foram coletados em 2002, aparecem informações, também, em relação à raça/cor, mostrando que mais de 60% deles eram afrodescendentes. Nesta mesma pesquisa, representam 66% do total adolescentes que vivem em famílias cujo rendimento mensal varia de menos de 1 até 2 salários mínimos, e que 89,6% daqueles na faixa etária entre 16 e 18 anos não concluíram o ensino fundamental.

No caso do estado da Bahia, não encontramos dados mais específicos da privação de liberdade de adolescentes; porém, trouxemos à análise o que estava mais próximo ao nosso tema. Segundo a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador (ALMEIDA; TAPARELLI, 2004), os jovens que cometem atos infracionais em Salvador estão em “(...) bairros pobres para viver e morrer, bairros ricos para roubar e matar”. (p.19). A partir das informações trazidas por Leonelli (2001), a partir dos números do extinto CELIBA (LEONELLI, 2001), a maioria destes jovens tem o primeiro grau incompleto e, também a maioria das famílias tem renda inferior a dois salários mínimos. (p.47). E ainda, das adolescentes que cometeram atos infracionais no ano de 2000 (ARAÚJO, 2004, p. 72): “A maioria delas está atrasada no calendário escolar, evidenciando um baixo nível de escolarização e atraso na relação idade/série escolar”, freqüentando as chamadas séries de aceleração, em curso noturno e na rede pública de ensino. Sobre o local de moradia das mesmas adolescentes, Araújo (2004) constatou que a Chapada do Rio Vermelho, Pau Miúdo, Sete de Abril e Subúrbio Ferroviário reuniam a maioria das infratoras com entrada na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Salvador no ano 2000. (p. 73).

De fato, ao iniciar a busca de jovens para a pesquisa em Salvador, no mês de julho de 2007, não havia nenhum adolescente considerado pelas equipes técnicas do CASE de Tancredo Neves, como proveniente de classes médias e/ou altas, ou seja, não haveria possibilidade de pesquisa quantitativa, documental e institucional sobre eles. E ainda segundo informações da Diretoria do CASE supracitado, na Unidade de Simões Filho também não encontraríamos o perfil ora buscado. A sugestão foi de que buscássemos a Central de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto, conforme melhor detalhamento no capítulo referente ao método onde alguns jovens puderam ser acessados.

Portanto, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa, em profundidade, a partir de histórias de vida, buscando entender, através dos próprios adolescentes, em que contextos as questões foram ocorrendo em suas vidas. Desta forma, após uma busca através de contatos e vínculos de confiança, chegamos também a mais três jovens que não tinham passado pelo sistema juvenil penal brasileiro.

Neste sentido, refletir com o jovem de camadas médias sócio-culturais poderá obrigar a busca de formas de superação de limitações presentes na política atual de assistência social; pois, mesmo considerando o divisor de águas que o Sistema Único de Assistência Social – SUAS - representa na história da política social pública brasileira, esta ainda tem em seu cerne o caráter inerente de contraditoriedade, no sentido de permanência / (re) produção da exclusão, pois ainda dirige o atendimento aos que dela necessitem, conforme a Carta Magna, e nos põe, enquanto profissionais, no círculo vicioso dos diagnósticos sócio-econômicos para selecionar as tais clientelas, o que pode, muitas vezes, estigmatizar e fragmentar mais ainda as juventudes diante de si e dos olhos da sociedade.

Compreender, através da ótica dos jovens de classe média envolvidos com a criminalidade, parece sugerir que a política social e pública voltada para este universo deverá ser dotada de um caráter mais universalizante, pautada na busca da superação dos princípios da modernidade, no que diz respeito às relações sociais, e cristalizados no modo de produção capitalista, que são individualistas e hedonistas. Propomo-nos a fazer, ao final deste estudo, proposições de políticas sociais universalizantes para as juventudes, proporcionando o encontro das classes nos programas e projetos, de maneira que as mesmas possam se (re) conhecer e construir juntas um respeito mútuo.

## **2. OBJETIVO**

Face ao exposto acima, traçamos o seguinte objetivo do presente estudo:

### **2.1. Objetivo Geral**

Compreender a percepção das infrações por adolescentes de classe média em conflito com a Lei.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Compreender a visão das trajetórias de vida pelos próprios adolescentes a partir das relações construídas por eles em determinados contextos sócio-familiares e histórico-culturais;

- Discutir as dimensões societária, familiar e individual, à luz da temática de valores e referências ético-políticas;

- Identificar as possíveis formas de prevenção e intervenção da inserção na criminalidade, através da ótica dos jovens pesquisados e das políticas sociais.

## **3. MÉTODO**

### **3.1 *Definindo a linha metodológica***

Na busca de compreender, a partir do relato dos próprios jovens, em que contextos se deram a inserção e/ou a permanência na criminalidade, quais as suas explicações para os possíveis caminhos para isso, e o que poderia ter sido evitado ou o que ajudaria a sair dessa situação, optou-se por um desenho metodológico qualitativo na realização deste estudo.

Ao focalizar jovens de classe média, estamos supondo uma complexidade na temática sendo que as pesquisas qualitativas são “particularmente úteis quando o tópico sob investigação é complexo, dramático ou sub-investigado, e onde há um interesse em resultados compreensivos do processo mais do que mensuração.” (VALSINER; COLLONNY, 2003, p.01).

O estudo foi realizado

(...) sem pré-definições de conceitos e de hipóteses, no intuito de exercitar um olhar que seja pautado na atenção (...), dando liberdade e vida ao

observado, generosamente, sem imposições e atenta inclusive aos silêncios (...). (BOSI, 2003, p. 211)

Para tanto, buscamos uma linha de trabalho em que

(...) passa-se da conexão linear entre hipótese e verificação das hipóteses, que era o modelo clássico da pesquisa científica, à explicação emergente e recorrente dos processos nos quais o conhecimento é produzido através da troca dialógica entre observador e observado (...) (MELUCCI, 2005, p. 34)

Neste sentido, as entrevistas indicarão a busca de aprofundamentos bibliográficos.

Os discursos dos sujeitos foram considerados pontos de partida em que suas experiências forneceram o norte para orientar a entrevista, a partir das demandas deles próprios, não impondo o percurso a percorrer. Além do que nosso olhar esteve atento às implicações da relação pesquisado/pesquisador, pois “não existe gravação perfeitamente neutra, assim também não há perguntas neutras.” (BOURDIEU; CHAMBOREDOM, 2002, p.55).

### **3. 2. *Historiando o trabalho de campo e os procedimentos***

Os adolescentes infratores participantes deste estudo foram captados na Central de Medidas Sócio-Educativas. Esta foi criada em 2005, estando ligada à Prefeitura Municipal de Salvador, com o objetivo de tentar concretizar as outras medidas sócio-educativas previstas no ECA, e não apenas as de remissão e privação de liberdade. Segundo informou a sua Coordenadora, existiam na instituição adolescentes cumprindo medida judicial correspondendo ao perfil buscado neste estudo.

Esses jovens, segundo a Delegada do Adolescente Infrator – DAI, de uma maneira geral não passam pela DAI ou pelo regime de internação proposto pelo ECA, denominados, na Bahia, de Centro de Atendimento ao Menor Infrator – CAM, e Casa de Atendimento Sócio-Educativo – CASE.

Após convite da Coordenadora da Central de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto, foi realizada uma visita a essa Central para identificar o público alvo da pesquisa e pedido o levantamento dos casos. Uma Assistente Social informou existirem 07 (sete) casos em cumprimento de medida sócio-educativa sendo por atos infracionais de: pichação; briga; dirigir sem habilitação; estelionato com de cartões de crédito através da internet, tráfico de drogas; porte de arma; e um dos casos com duas destas infrações associadas.



O procedimento foi iniciado com a fotocópia e leitura dos prontuários dos sete jovens, com base em que foi elaborado o roteiro da pesquisa. Foi pedido à técnica de apoio de cada jovem que telefonasse explicando de modo sucinto a pesquisa e convidando a família para vir conversar com a pesquisadora. Com o comparecimento do responsável legal ou para o próprio jovem, quando maior de 18 anos (e por opção deles mesmos) à CMSEMA, foram explicados os objetivos do trabalho pela pesquisadora. Após a aceitação verbal, era feita a leitura e assinatura do Termo de Consentimento, e agendada a entrevista.

Dos sete casos, um foi transferido para São Paulo, um foi agendado três vezes e não compareceu (critério estabelecido para não realizar mais a entrevista), um jovem negou-se a contribuir e uma das famílias também não aceitou que o filho fornecesse quaisquer informações, apesar de conter muitas declarações e dados nos prontuários. Portanto, apenas três jovens foram entrevistados. Esta é uma das razões para que tenha sido tomado todo o cuidado com informações que pudessem identificar as famílias, expondo as poucas pessoas que aceitaram contribuir para a realização deste trabalho.

Para buscar contextualizar os casos, tentamos realizar uma pesquisa na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Salvador, por onde “entram” os jovens em conflito com a lei no Poder Judiciário, no sentido de comparar, em um intervalo de tempo, quantos jovens de classe média e quantos jovens de classe baixa passam pelo julgamento de atos infracionais cometidos. Foi formalmente solicitado ao Juiz responsável pela instância judiciária supracitada (ANEXO A) sendo a pesquisa iniciada buscando-se o entendimento do funcionamento do órgão e da forma de arquivo dos processos, através da conversa com alguns funcionários e chefes de setor, e, em seguida, pela consulta aos processos e registro em uma tabela criada para tal.

Porém, esse levantamento de dados foi interrompido e o planejado pano de fundo não foi possível ser obtido devido a vários tópicos:

1. Após início da consulta dos processos, foi constatado que somente conseguiríamos pesquisar aproximadamente 200 processos por dia, pois, em sua maioria, não constava Relatório Psicossocial. Este Relatório é o instrumento da equipe técnica de plantão do referido órgão a partir de onde os dados de classe poderiam ser auferidos mais evidentemente. Em sua ausência, a leitura do processo completo na busca de informações levava muito tempo;

2. Na pesquisa inicial de aproximadamente 600 processos, nenhum infrator pertencente a classes médias foi encontrado;

3. O número de processos por ano pode chegar a 3.000;

4. Um intervalo representativo seria de no mínimo três anos de pesquisa dos processos;

5. A pesquisa seria mascarada se elegêssemos formas de selecionar meses, pois um dado mês poderia não ter nenhum caso e no mês seguinte haver vários;

6. A impossibilidade de “terceirizar” este trabalho em virtude da necessidade de um olhar especializado e singular, principalmente dos processos sem o Relatório Psicossocial, pois os dados não estavam claros nos processos. Mesmo que tivéssemos condições de contratar profissional de formação/experiência equivalente ao nosso para tal atividade, ainda assim seria um olhar diferente, o que poderia vir a distorcer a coleta das informações.

Somente foi possível fazer tais constatações por termos passados três dias inteiros fazendo pesquisas em vários armários onde ficam arquivados os processos, nas diversas salas e diferentes instâncias como, por exemplo, os armários do Cartório, e aqueles localizados na Sala da Assessoria do Juiz e em sua própria sala, além de ainda existirem processos na Sala da Equipe Interdisciplinar (ETI) e no Ministério Público, todos localizados dentro do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAA).

Os setores / instâncias arquivam de formas diferenciadas a partir de suas necessidades; sendo que estas formas não privilegiam a data da entrada no CIAA. Havia processos arquivados pela data da audiência agendada ou pelo tipo de infração, e não pela data da infração, sendo que os adolescentes que entraram no sistema judiciário baiano em um determinado ano, têm seus processos espalhados por mais de 20 armários, em salas e instâncias diferentes e critérios diversos de armazenamento, o que serve ao funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, mas não à nossa pesquisa.

### **3.3. Participantes**

Participaram deste estudo seis jovens entre 16 anos e 19 anos, de ambos os sexos, três dos quais sentenciados e três que não passaram pelo sistema judiciário.

A pesquisa foi iniciada na CMSEMA, tendo como foco os casos que foram selecionados pelas técnicas como classe média pelos critérios, sugeridos pela pesquisadora, de renda, bairro de residência da família, ocupação e escolaridade dos pais, e outros que fossem possíveis, utilizados de forma cumulativa. Esta missão não foi difícil, pois segundo as técnicas de apoio, as diferenças eram gritantes. Dentro do universo supracitado e selecionado, estavam 07 (sete) jovens, no intervalo dos (quase) três anos de existência da CMSEMA. Estes jovens estavam em fases diferentes do cumprimento das medidas: alguns não tinham ainda cumprido, outros estavam em cumprimento e havia um que já tinha finalizado o cumprimento

da sentença determinada pelo Juiz. A pesquisa foi realizada com três destes jovens conforme relatado acima.

Pesquisar os adolescentes desse Centro permitiu uma maior confiabilidade ao estudo no sentido de haver uma base documental quanto ao ato infracional, dentre outras informações.

No entanto, reforçando a percepção da dificuldade de acesso a tais jovens, nenhum desses pesquisados e suas famílias compareceu ao primeiro encontro agendado para consulta ou entrevista. Tais dificuldades alertaram para a necessidade de se ampliar o número de depoentes, o que foi realizado pela inclusão de três jovens que cometeram atos infracionais, sem ter passado pelo judiciário. Estes três jovens foram escolhidos a partir de aproximação familiar e indicação de amigos mais próximos que passaram pelo mesmo processo, isto é, passaram alguns anos do início da adolescência envolvidos com diversas infrações, até as respectivas famílias se darem conta e/ou buscarem ajuda de equipes profissionais e tratamento. Os três se encontravam em fase de recuperação.

### ***3.3.1 Critérios de escolha***

Os critérios de inclusão na amostra foram os seguintes:

1. Idade: A escolha dos pesquisados no que diz respeito à idade nos direcionou a um elastecimento da faixa etária em relação ao que é considerado adolescente pelo ECA para o intervalo etário de jovem pela Organização Mundial de Saúde - OMS, que é entre 15 e 24 anos. Tal elastecimento foi necessário, pois entender as razões pelas quais adolescentes de classe média ingressaram e permaneceram na criminalidade nos remete a jovens que não mais se encaixam nos parâmetros para idade do adolescente, à medida que as histórias de vida colhidas eram de jovens imputáveis perante a lei, mas que não o eram na época do ingresso na criminalidade.

2. Contexto urbano: Delimitou-se o campo de estudo para conter jovens pertencentes a contextos urbanos em função da suposição de que, na atual conjuntura, a criminalidade juvenil se configura de forma mais latente na urbanidade do que em contextos rurais.

3. Classificação do estrato sócio cultural: Estabelecemos como norteadores os critérios cumulativos de escolaridade e ocupação dos pais, renda familiar e padrão de consumo (nele incluído o bairro/condições de moradia). Alguns autores utilizaram o conceito de classe média como:

Conjunto demográfico que, embora com relativamente pouca propriedade, destaca-se por posições altas e intermediárias tanto na estrutura sócio-ocupacional como na distribuição pessoal de renda e riqueza. Por consequência, a classe média é compreendida como portadora de autoridade e status social reconhecidos, bem como avantajado padrão de consumo. (AMORIM; GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2006, p. 16).

Neste sentido, englobamos a composição de classe média, composta por suas subdivisões de classe média alta, média classe média e classe média baixa, vinculando ainda, como propõem os autores supracitados, os estratos ativos e inativos.

A título de aprofundamento no que diz respeito ao padrão de consumo, no item bairro/condições de moradia, podemos pontuar um pouco da seguinte análise

Espelhando as diferenças econômicas, étnicas, sociais ou culturais no território urbano, a segregação constitui uma característica das cidades contemporâneas, sendo objeto de preocupações de urbanistas e cientistas sociais desde a primeira metade do século XX. (CARVALHO; PEREIRA, 2006, p. 83)

Esta questão é bastante representativa na cidade de Salvador onde houve de fato uma apropriação social do espaço: as novas habitações para as famílias ricas, do centro para o sul da cidade (Campo Grande, Vitória e Graça) e na direção Norte - Lapinha, Soledade e Cidade Nova – para as famílias pobres (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

#### 4. Aceitação de participação.

Os critérios de exclusão foram:

1. Não estar incluído nos critérios de aceitação.
2. Não comparecer a três encontros sucessivos agendados conjuntamente.

### **3.4. Procedimentos**

Foi realizada uma entrevista-piloto com um adolescente infrator de outro extrato social, de maneira a não diminuir as poucas possibilidades de acesso a aqueles de extratos sociais superiores, a fim de se calibrar o instrumento. Foi obtida a permissão para essa entrevista-piloto (ANEXO B).

O estudo foi realizado por meio de entrevistas livres e individuais que ocorreram em mais de um momento, com seis jovens de classe média que cometeram atos infracionais. As entrevistas foram compostas por um relato sobre a própria vida, “fale-me de sua vida, desde o teu nascimento até agora”, seguido de um roteiro (APÊNDICE A) com o objetivo de

complementar o relato no referente às transições que marcaram mudanças em seu comportamento e em sua avaliação destas no presente momento, e como pensava poder tê-las evitado, se tal fosse o seu desejo. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora.

Cada um dos seis participantes e suas famílias assinaram o Termo de Consentimento (APÊNDICE B), assim como foi obtida a permissão expressa do Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Salvador nos casos dos três jovens sentenciados. Alguns casos em que os jovens eram maiores de 18 anos, e por escolha dos mesmos, os próprios assinaram o Termo.

Dados sócio-demográficos familiares quanto à estrutura e dinâmica familiares foram coletados com os próprios entrevistados, geralmente quando a entrevista estava no final e tais dados não haviam sido fornecidos espontaneamente. Foi realizada também uma pesquisa documental dos casos de adolescentes cumprindo medida na Central anteriormente citada, pela leitura dos prontuários e relatórios das equipes técnicas, além das conversas com as técnicas de apoio de cada jovem.

### ***3.5. Quadro descritivo dos jovens participantes***

A seguir, apresentamos um quadro em que estão descritas as características dos participantes quanto a sexo, idade, critérios de inclusão como classes médias, medida aplicada pela justiça e/ou pela família e cumprimento (QUADRO 1).

**QUADRO 1: Sexo, idade, critérios para classificação quanto à classe social, tipo de infração e medida sócio-educativa aplicada, Salvador, 2008**

	<b>SEXO/ IDADE</b>	<b>CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO COMO CLASSES MÉDIAS</b>	<b>MEDIDA APLICADA PELA JUSTIÇA E/OU FAMÍLIA/ CUMPRIMENTO</b>
<b>1º Jovem passou pelo judiciário</b>	Masculino 18 anos	Proprietários de dois imóveis pequena empresa.	Reparação do Dano - RD. Medida não cumprida
<b>2º Jovem passou pelo judiciário</b>	Masculino 19 anos	Renda familiar alta, local de moradia alto padrão de consumo.	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC. Medida não cumprida.
<b>3º Jovem passou pelo judiciário</b>	Feminino 19 anos	Renda familiar alta, local de moradia, propriedades alto padrão de consumo.	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC. Medida já cumprida.
<b>1º Jovem não passou pelo judiciário</b>	Masculino 16 anos	Renda familiar alta, local de moradia e alto padrão de consumo.	Tratamento em instituição especializada, psicoterapia, prestação de serviços à comunidade e acompanhamento técnico permanente.
<b>2º Jovem não passou pelo judiciário</b>	Masculino 18 anos	Renda familiar média e padrão de consumo.	Psicoterapia, comunidades terapêuticas e prestação de serviços à comunidade.
<b>3º Jovem não passou pelo judiciário</b>	Masculino 18 anos	Renda familiar alta, local de moradia e alto padrão de consumo.	Tratamento em instituição especializada, psicoterapia, comunidades terapêuticas, prestação de serviços à comunidade e acompanhamento técnico.

1. O não cumprimento (até a data da entrevista) ocorreu, segundo informações da CMSEMA e do jovem, em virtude da impossibilidade burocrática de reparação do dano;
2. O não cumprimento (até a data da entrevista) ocorreu, segundo informações da CMSEMA e do jovem, em virtude da dificuldade de encontrar um lugar credenciado pelo Órgão supracitado, no qual o jovem e sua família aceitassem a realização da PSC;
3. A idade é referente ao momento da entrevista.

### ***3.5 Historiando o método de análise***

Foram realizados vários passos para se atingir o modo de apresentação dos resultados deste trabalho. Seguiram-se etapas de discussão e de análise dos casos, tendo como metas: 1. trazer à reflexão a riqueza que os dados permitem; 2. apreender os entrevistados como sujeitos portadores de uma trajetória, inteira e complexa, de modo ultrapassar a fragmentação necessária na composição de categorias de análise, chegando à percepção de pessoas que têm suas histórias de vida; e 3. a fim de preservar a identificação dos participantes. Portanto, face essas questões, operaram-se uma série de transformações em relação ao material originalmente coletado, resultando nas seguintes etapas:

1. cada caso foi analisado isoladamente;
2. os casos foram cotejados entre si;
3. realizou-se um resumo dos casos (Quadro 2);
4. estabeleceram-se dinâmicas centrais segundo os elementos emergentes das leituras acima realizadas;
5. foram criados quadros com os elementos de cada história distribuídos por temas;
6. foi criado um quadro geral de cada tema (Quadros 3);
7. cada relato foi transmutado em um relato equivalente, mas não idêntico na forma de uma história;
8. cada história recebeu um título que indicava as principais dinâmicas apreendidas no caso em particular e geral aos demais;
9. uma única história foi construída a partir dos seis casos, orientada pelos títulos que exprimem os eixos centrais da análise;
10. realizou-se uma anotação articulatória objetivando destacar os principais eixos desta história síntese, e as interpretações e comentários por eles suscitados, considerando-se os vários níveis de análise, principalmente na inter-relação entre o geral e o particular, presentes nas trajetórias humanas;
11. essas anotações articulatórias foram apresentadas na forma de apontamentos, de onde resulta uma síntese analítica decorrente do conjunto desses passos.

#### 4. O ESTUDO DE CASO: RESULTADOS E ANÁLISE

Conforme elencado acima, após reiteradas leituras das transcrições das entrevistas, tanto diacronicamente – tentando apreender a dinâmica pertinente a cada um dos jovens, quanto sincronicamente – procurando os elementos comuns entre eles, emergiram quatro eixos interpretativos de análise de maneira mais saliente, os quais estão dispostos nos quadros analíticos que seguem após esta etapa no item *Quadros descritivos das entrevistas e de sua interpretação*;

1. Exercício da Autoridade;
2. Noção de Criminalidade;
3. Relevância da Família;
4. Construção da Masculinidade.

Considerando o método de pesquisa qualitativa, mais especificamente de história de vida e a intenção anunciada aos jovens de preservação do anonimato, como consta dos Termos de Consentimento aplicados, citados na Metodologia deste trabalho, foi realizado um estratagema que constituiu em re-escrever as histórias através de recursos tropológicos e alterando certas informações de modo que os jovens não pudessem ser reconhecidos pelos leitores; estas novas histórias foram marcadas por traços relevantes dos quatro eixos interpretativos de análise e pela percepção dos próprios entrevistados. Esta última preocupação teve por objetivo dar a palavra aos jovens, respeitando-os, e a partir disto caminhar na direção da contextualização a nível macro e micro, buscando relacionar as suas vivências com as matrizes societárias contemporâneas, sem aplicar a elas esquemas mentais moralizantes e/ou normativos.

O final “feliz” das histórias, em que tudo parece acabar bem, constitui um exemplo ilustrativo da metodologia escolhida pelo trabalho:

1. A percepção dos entrevistados no momento da entrevista de que, após os relatos dos acontecimentos pelos quais passaram, de ter ultrapassado essa fase difícil de suas vidas;
2. A escolha de entrevistados que já tivessem vivenciado as dificuldades, e não as estivessem ainda vivenciando, pois além de possivelmente fornecerem informações mais fidedignas, apresentariam uma percepção mais clara ante o distanciamento do vivido.

Deste modo, as seis histórias foram criadas pela pesquisadora, recebendo cada uma um título que salientasse um aspecto proeminente das mesmas, e nas quais se procurou retratar as circunstâncias representativas de vida dos entrevistados, a partir da visão dos jovens.



Após elaborar essas histórias, emergiu uma única história baseada em elementos comuns das seis. É esta história que organizará a exposição dos resultados por ser ela o fruto da elaboração do processo de análise visto que, no esforço de elaborar as histórias concretas relatadas em histórias de algum modo “simbólicas” devido à sua transformação pelo imaginário, emergiu a linha interpretativa do trabalho no seu todo.

Portanto, os resultados serão apresentados por meio de uma análise interpretativa, centrada em alguns eixos que não esgotam, contudo, o tema. Estes eixos serão tratados através do que chamaremos de *apontamentos articulatórios* e que farão o alinhamento analítico entre as questões macro-sistêmicas e micro-sistêmicas.

Os apontamentos articulatórios consistem em introduzir números que remetem a uma discussão do significado atribuído àquele trecho da história a serem apresentados após a leitura da mesma.

Este formato foi construído com o objetivo de preservar as questões qualitativas, através da riqueza das histórias de cada entrevistado, ao mesmo tempo em que buscamos trazer à tona as dimensões de pano de fundo - mas não menores ou menos importantes – relacionadas às questões societárias.

Esta proposta de análise será realizada por meio de uma descrição dos dados obtidos e não pretendida como completa e imposta como verdade, inclusive porque atravessada pelo olhar do entrevistador. Mais do que resolver questões, trata de analisar, aprofundar, tentar entender e mostrar a linha articuladora desta compreensão na forma de um argumento.

A título de esclarecimento, vale salientar que este estudo não pesquisou as famílias, mas a relação *com* as famílias a partir do relato dos jovens, de maneira que eles pudessem se sentir privilegiados e com a autoridade da palavra para mostrar a sua própria percepção dos acontecimentos. Não nos detivemos também sobre a contextualização do abandono da prática do ato infracional, que, de fato, parece ter ocorrido em cinco dos seis casos, porém não foi objeto de aprofundamento no nosso trabalho, bem como não se configuraram objeto de estudo as manifestações da prática infracional feminina de maneira mais aprofundada. Deste modo, os aspectos macrossociais serão apresentados a partir de inferências, quer da leitura das entrevistas, quer da literatura.

A seguir, serão apresentados:

1. os quadros referentes às principais dimensões;
2. as seis histórias conforme a sua re-elaboração;
3. a sétima história representando a síntese dessas seis, conforme descrito acima.

A esta 7ª história, seguem-se os apontamentos articulatórios a ela associados e, finalizando a apresentação do estudo de caso, uma análise sintética.

#### **4.1. QUADROS DESCRITIVOS DAS ENTREVISTAS E DE SUA INTERPRETAÇÃO**

O quadro a seguir (QUADRO 2) foi elaborado tendo em vista a reflexão quanto aos principais eixos sobre os quais as entrevistas se pautaram (APÊNDICE A).

Nele estão descritos os elementos das entrevistas de um modo resumido, referentes aos seguintes itens:

1. Em que contexto entrou para a criminalidade;
2. Situações familiares;
3. Auto-reflexões;
4. Porque entende que entrou na criminalidade;
5. O que poderia ter evitado;
6. O que ajudaria a sair da criminalidade;
7. Como entende a infração cometida.

**QUADRO 2: RESUMO DOS CASOS: QUADRO DESCRITIVO DAS ENTREVISTAS, Salvador, 2008**

	<b>Em que contexto entrou na criminalidade</b>	<b>Situação familiar</b>	<b>Auto-reflexões</b>	<b>Porque entende que entrou</b>	<b>O que poderia ter evitado de ter entrado na criminalidade</b>	<b>O que ajudaria e ajudou a sair (se este for o caso)</b>	<b>Como entende a(s) infração(ões) cometida(s)</b>
<b>1º jovem que passou pelo judiciário</b>	A partir da vivência e do significado forte que a rua tem (bairro menos elitizado). Presença dos colegas que convivia na rua. Brigas constantes e pertencimento a grupos por afinidade, não gostar de ficar sozinho. Na escola, havia frequência irregular das aulas e certo afastamento dos estudos. Mostrou necessidade de afirmação da masculinidade e de pertencimento de grupo.	Composição não nuclear, com presença de limites (e reconhecimento disso como importante) e figura forte do pai. É irmão do meio. Presença de madrasta e diálogo entre pai e mãe relatado como saudável e pacífico. A avó aparece como parte importante da composição familiar. Na separação ficou com o pai se referindo à casa e ao bairro como espaços	Lembranças boas e de alegria de vida referenciadas como momentos em que a família esta junto dele. Pensa bastante na morte, em perder as pessoas que gosta e não se preocupa com o futuro porque tudo vai acabar um dia; meio depressivo.	Curtição, adrenalina, coisa de jovem. Para ser respeitado e para ter proteção. Visibilidade da alteridade para o grupo e para o entrevistado, conseqüentemente. Entrada em uma escola diferente e se desinteressa pelos estudos.	Acha que passaria de qualquer forma, que foi coisa da idade, da fase da adolescência.	Receio das brigas e rixas, porque cria muita inimizade.	Colega que incentivou, coisa de adolescente, fase da vida, brincadeira, besteira e risco para si mesmo. Não circulava em quadrilhas, não eram criminosos, eram apenas gangues, grupos.

	<b>Em que contexto entrou na criminalidade</b>	<b>Situação familiar</b>	<b>Auto-reflexões</b>	<b>Porque entende que entrou</b>	<b>O que poderia ter evitado de ter entrado na criminalidade</b>	<b>O que ajudaria e ajudou a sair (se este for o caso)</b>	<b>Como entende a(s) infração(ões) cometida(s)</b>
		simbólicos de pertencimento.					
<b>2º jovem que passou pelo judiciário</b>	Vendo os amigos, fazendo, ajudando e depois, fazendo sozinho. Começou a fazer uso de entorpecentes um pouco antes das infrações, e nesta fase, a frequência à escola estava irregular e havia certo afastamento dos estudos. Mostrou necessidade de afirmação da masculinidade.	Composição não nuclear, ausência do pai – saiu quando ele nasceu, e recentemente saída do padrasto. Tem muitos irmãos e a mãe está em tratamento para depressão há algum tempo. Papel forte, de regente, da Avó na família, aparecendo muitas vezes em substituição à mãe. Tem um filho recém-nascido e irmãos pequenos. Hoje, é irmão do meio.	Lembranças boas de infância citadas como viagens da família, e de quando era mais unida. Relevância dos irmãos – e da “quantidade” deles - na sua vida. Mostra sofrimento pela condição da mãe e pela desunião da família. Não gosta de estudar e lembra bem de um certo ano de muito desinteresse pelos estudos. Relata não fazer destinação entre casa e rua e entre andar sozinho e em grupos. Cita impunidade de	Falta de consciência. Chamado pelos amigos. Começou como brincadeira, coisa de menino. Coisa de poder, de se sentir mais reconhecido. Mostrar que era esperto para as meninas com quem estava, conseguindo bancar tudo sem gastar nada do próprio bolso – e isso era importante como vantagem financeira para poder curtir mais e bancar a curtição.	Se tivesse mais consciência, mais maturidade na época.	Denúncia da mãe (entregou-o à DAÍ), salvando-o, conforme relato do próprio entrevistado.	Achou que a besteira não valeu a pena, pelo sofrimento que causou à família. Relata não ter noção do prejuízo que as infrações causaram às pessoas que foram lesadas.

	<b>Em que contexto entrou na criminalidade</b>	<b>Situação familiar</b>	<b>Auto-reflexões</b>	<b>Porque entende que entrou</b>	<b>O que poderia ter evitado de ter entrado na criminalidade</b>	<b>O que ajudaria e ajudou a sair (se este for o caso)</b>	<b>Como entende a(s) infração(ões) cometida(s)</b>
			outros garotos através de “vantagens” de familiares importantes. Refere-se ao porte de arma e ao combate presencial com outrem na atividade ilícita como crime, o que não fez/faz.				
<b>3º jovem que passou pelo judiciário</b>	No ingresso em um colégio maior e mais liberal, juntamente com alguns amigos, o que culminou com frequência irregular certo afastamento dos estudos. Ajuda de amigos mais velhos. Mostrou necessidade de pertencimento de grupo.	Composição nuclear, pai residente, porém ausente em boa parte do tempo. Relação difícil com este pai, do seu isolamento e da sua cobrança sem ter “direito”. Grande referência na mãe e no papel presente que a mesma desempenha com ela. Não faz	Lembranças boas ligadas às brincadeiras da infância, aos Natais e às idas à Fazenda, quando estava toda a família junta e de momento no circo com o pai. Papel bastante relevante da rua até hoje, não gosta de ficar em casa. Cita impunidade de	Porque todo mundo quer entrar, que seus amigos precisam, dá um bom dinheiro e não tem nada de mais sério nisso. Precisa de dinheiro para sair, ir aos lugares e curtir. Pai tentou reprimir pelo dinheiro, cortando mesada, mas ela conseguia e sempre consegue mesmo sem o	Não reconhece o que fez/faz como crime, mas cita algumas vezes que a mudança de escola rígida para uma liberal foi um forte dispositivo para começar tudo, que se tivesse ficado no colégio anterior não	Não parece ter saído completamente, mas relata que diminuiu bastante porque o impede de realizar outras coisas que tenha vontade e que é incompatível com outras atividades.	Como um momento de descuido. Hoje está mais cuidadoso; se protege mais de um possível segundo flagrante.

	<b>Em que contexto entrou na criminalidade</b>	<b>Situação familiar</b>	<b>Auto-reflexões</b>	<b>Porque entende que entrou</b>	<b>O que poderia ter evitado de ter entrado na criminalidade</b>	<b>O que ajudaria e ajudou a sair (se este for o caso)</b>	<b>Como entende a(s) infração(ões) cometida(s)</b>
		grandes alusões aos irmãos. É a filha caçula. Castigo relacionado à dar ou não a mesada.	outros garotos através de “vantagens” de familiares importantes. Acha os limites importantes, mas gosta muito da liberdade. Diz ser possível tentar encontrar uma forma intermediária entre a vida aceita socialmente e a transgressão. Relata que tem tudo (diferente de crianças pobres) e não dá valor.	dinheiro dele.	tinha chegado a isso. Refere-se ao porte de arma e ao combate presencial com outrem na atividade ilícita como crime, o que não fez/faz.		
<b>1º jovem que não passou pelo judiciário</b>	Oferta de traficante para servir de “avião”, de início sem saber do que se tratava para	Pai separado da mãe, estando o jovem morando com o pai e as irmãs no momento da	Lembranças boas relacionadas à vivência de rua, à mãe e brincadeiras com amigos.	Predisposição genética à droga, influência de uso dos pais – educação como (mau) exemplo, vantagem	Entende que aconteceria de qualquer forma, que tem predisposição genética.	Quando percebeu que estava perdendo o controle da vida, identificado principalmente	Como um momento em que não tinha a consciência das coisas, do certo e do errado. Foi

	<b>Em que contexto entrou na criminalidade</b>	<b>Situação familiar</b>	<b>Auto-reflexões</b>	<b>Porque entende que entrou</b>	<b>O que poderia ter evitado de ter entrado na criminalidade</b>	<b>O que ajudaria e ajudou a sair (se este for o caso)</b>	<b>Como entende a(s) infração(ões) cometida(s)</b>
	recompensa financeira e depois já entendendo o que entregava. A frequência às aulas estava completamente irregular e houve o afastamento por completo dos estudos. Chegou a grave situação de dependência química. Mostrou necessidade de afirmação da masculinidade e de pertencimento de grupo.	entrevista. Porém, mudou de casa (pai e mãe) algumas vezes, após a separação definitiva. Diálogo entre os pais bastante difícil. Padrasto com aparente influência de uso de entorpecentes e porte de arma. É o filho caçula.		financeira e sentimento de exclusão diante da família, o que gerou uma necessidade de ser reconhecido e de ser respeitado. A vantagem financeira era para comprar e fazer o que sempre quis.	Relata que se sentisse afetividade pelas pessoas que estavam à sua volta não teria sobrevivido.	pelo abuso do crack e apoio do pai para tratamento. Entende que o trabalho de prevenção na família e na escola são muito importantes.	por curiosidade e querer ser melhor que os outros, ter poder, ser conhecido e ser respeitado pelas transgressões que cometia, e reconhece o quanto prejudicou outras pessoas e tem vontade de ajudar jovens na mesma situação. Relata com sofrimento o que passou.
<b>2º jovem que não passou pelo judiciário</b>	Ausência da mãe em casa (para trabalhar) o deixava completamente livre em casa para as infrações – fabricação, comércio e uso	Pais separados e reside sozinho com a mãe – filho único. Muitas mudanças nas composições familiares e de domicílios. Família	As lembranças boas estão relacionadas à vivência da infância na rua com brincadeiras e amigos, e presença marcante da Avó	Referência à influência pelo uso do pai de substâncias psicoativas, predisposição genética, vantagem financeira e sofrimento pela	Relata que acha que não teria como ser evitado porque era uma pessoa doente antes de usar a droga, exemplificando com a mania de	Em um primeiro momento, relata que foi busca de proteção, a partir da volta para morar com a mãe, como um pedido de socorro das situações de	Como limites não estabelecidos em alguns momentos de sua vida. Atribui a lesão corporal cometida como consequência da agressividade

	<b>Em que contexto entrou na criminalidade</b>	<b>Situação familiar</b>	<b>Auto-reflexões</b>	<b>Porque entende que entrou</b>	<b>O que poderia ter evitado de ter entrado na criminalidade</b>	<b>O que ajudaria e ajudou a sair (se este for o caso)</b>	<b>Como entende a(s) infração(ões) cometida(s)</b>
	de entorpecentes, através de amizades de pessoas mais velhas. Na escola, havia frequência irregular das aulas e certo afastamento dos estudos. Chegou a grave situação de dependência química. Mostrou necessidade de afirmação da masculinidade e de pertencimento de grupo.	monoparental, cuja genitora trabalha para o sustento da casa – não há ajuda financeira do genitor.	nas lembranças de apoio e de super-proteção. Faz muitas referências à ausência do pai em sua vida do ponto de vista afetivo e material.	ausência do pai. A vantagem financeira era pra estar sempre na rua curtindo, indo para os lugares, usando drogas e bancando as curtições, aparecendo uma necessidade de sensação de poder.	coleccionar objetos. Fala de si como uma pessoa lutando contra o próprio desvio de caráter, que existiria desde a infância. Entende que não há como prevenir que não seja através de pessoas que já passaram por isso e que conseguiram permanecer em tratamento e afastadas do uso e tráfico das substâncias psicoativas.	completa ausência de limites e fuga das pressões verbais em relação à pessoa que sempre esteve do lado dele: a mãe. No segundo momento – de recaída – relata que o testemunho de outras pessoas que conseguiram se afastar e o apoio da mãe e da irmã também foram muito importantes.	causada pelo abusivo e constante uso de drogas. Gostaria de ajudar outros jovens, mas entende que tem limitações como pessoa em recuperação, sendo sua parte, portanto, afastar-se definitivamente, mais do que tentar tirar outras pessoas dessas situações. Relata com sofrimento o que passou.
<b>3º jovem que não passou pelo judiciário</b>	Separação dos pais. Na separação ficou com o pai se referindo à casa como espaço	Família nuclear de modelo tradicional. Pais reconciliados. É o caçula. Referência de	Lembranças boas de brincadeiras de rua com os amigos. Relatos de forte mágoa pela	Curiosidade, predisposição genética para abuso de drogas, vontade de ser igual aos meninos maiores	Limites postos de forma mais rígida e mais clara. Exemplo familiar do que é certo e	Poderia tê-lo ajudado a sair antes a existência de punição severa (porém não violenta) por	Entende que não pode esquecer de tudo o que passou, por perceber que foi errado, que



	<b>Em que contexto entrou na criminalidade</b>	<b>Situação familiar</b>	<b>Auto-reflexões</b>	<b>Porque entende que entrou</b>	<b>O que poderia ter evitado de ter entrado na criminalidade</b>	<b>O que ajudaria e ajudou a sair (se este for o caso)</b>	<b>Como entende a(s) infração(ões) cometida(s)</b>
	<p>simbólico de pertencimento, de lar. O uso de drogas era feito concomitantemente com todas as atividades esportivas e escolares. Entrada em escola grande. Só ocorreu certo afastamento dos estudos na fase de maior dependência química. Mostrou necessidade de afirmação da masculinidade e de pertencimento de grupo.</p>	<p>limites postos sem a devida veemência, segundo o entrevistado. Acesso fácil a dinheiro pelos pais e castigo relacionado à dar ou não a mesada periodicamente. Presença marcante da Avó, e das idas do jovem à casa dela, onde tinha muitos amigos na redondeza, diferentemente da casa dos seus pais.</p>	<p>ausência dos pais nas atividades recreativas e festividades da escola.</p>	<p>(afirmação do masculino e pertencimento) influência do abuso de entorpecentes pelos pais e pelo irmão. Os roubos e o tráfico eram para adquirir mais drogas para usar.</p>	<p>errado.</p>	<p>parte dos pais aos descobrirem do abuso de entorpecentes e em seguida dos furtos. No primeiro momento, foram as doenças no coração por parte pai e do irmão e o incentivo da família. No segundo momento – de recaída, foram a orientação e apoio da família e ex-namorada, receptividade da clínica para a realização do programa de tratamento novamente e alertas do psicoterapeuta/psiquiatra.</p>	<p>prejudicou à si próprio e à toda a família, e que não quer mais vivenciar tais coisas. Relata com sofrimento o que passou. Descreve-se como uma pessoa que está tentando ser alguém melhor, consciente de que não é perfeito e tentando não mentir e não julgar os outros. Reconhece que famílias de renda baixa não tem os mesmos meios para ajudar os jovens que entram na criminalidade.</p>

#### 4.1.2. QUADROS INTERPRETATIVOS DOS CASOS

Nos quadros que seguem está contida a extração dos dados presentes nas transcrições das entrevistas, agora organizados em torno dos temas que emergiram da leitura do quadro anterior: autoridade; família; identidade sexual; noção de criminalidade. Na primeira coluna estão relatados os trechos das falas dos jovens. Na segunda parte, que chamamos de *primeiro nível de leitura interpretativa*, estão as informações mais representativas, porém ainda descritivas, sendo a terceira coluna dos quadros a que se caracteriza como mais interpretativa, onde buscou-se entender a síntese dos relatos dos jovens. A partir desse delineamento, foi possível chegar às conclusões que estão dispostas no trabalho.

#### 4.1.2.1. EXERCÍCIO DA AUTORIDADE

QUADRO 3 - EXERCÍCIO DA AUTORIDADE, SALVADOR, 2008

TRECHOS DOS RELATOS	PRIMEIRO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA	SEGUNDO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA
<p style="text-align: center;"><b>ENTREVISTADO 1</b></p> <p>“(…) Sempre quando eu fazia alguma coisa de errado, meu pai me colocava de castigo e eu odiava. Eu preferia que ele me batesse, mas não me colocasse de castigo. Não sei quantos dias sem descer e eu odiava. Eu dizia: <i>“Por favor, me bata logo aí, mas deixe eu descer”</i>. Porque eu gostava de ficar na rua lá. Aí ele: <i>“Não, você vai ficar trinta dias de castigo.”</i> Já fiquei trinta dias de castigo. Eu ficava preso lá, só olhando da janela os meninos brincarem. Minha mãe, dizia, de vez em quando: <i>“Ah, vá lá fazer um carinho nele...”</i>. Aí eu ia: <i>“Pô, Painho, deixe eu descer, vá...”</i>. E ele: <i>“Vá lá.”</i>. Mas de vez em quando, porque outras vezes ele botava trinta dias, era pra completar os trinta dias mesmo. Ele sempre foi muito rigoroso nisso. Eu ficava lá, revoltado da vida, mas ficava, né, fazer o quê? Pai é pai.” (...) “Meu pai falava: <i>“Dez horas você tá aqui, viu?”</i>, <i>“Ta bom meu pai.”</i> Aí eu chegava dez e meia, onze horas. Aí meu pai me batia (baixou o tom de voz). <i>“Não falei pra você que era dez horas? Então vá dormir agora.”</i>. “Ele batia, um pouquinho assim... Mas ele já conversava. Quem me batia mais era minha mãe... Hoje em dia ela fala até que se arrepende de ter me batido. É porque a pessoa só vê assim, quando se separa (os pais são separados). Ela se separou da gente assim, aí ela fala. <i>“Ah, eu bati em vocês, nenhuma mãe quer bater, mas às vezes tem que bater, né?</i> Mas é, senão o filho quer mandar na mãe, e hoje em dia o mundo ta aí...” A gente tem que dar um basta, né?” (...) “Claaaro que tem que ter limite (dito com ênfase). Tem que ser, tem que ser.”</p>	<p>O castigo era ficar longe da rua, preso em casa. Pai é pai e era rigoroso para se impor. Limites impostos por meios físicos e castigos.</p>	<p>O “Crime” gera castigo. O Castigo era um tipo prisão. Pais com autoridade e presentes.</p>

<b>ENTREVISTADO 2</b>		
<p>“(…) Rapaz... Desde que eu nasci que meu pai não mora com a gente.”</p> <p>“Minha mãe se separou dele (do padrasto), tem mais ou menos um ano.. Na verdade é legal ainda porque ele se separou, mas mora no apartamento em frente ao nosso, porta com porta. É nosso vizinho, por enquanto... E sempre fica com as portas abertas, meu irmão vai lá, ele vem cá...”</p> <p>(O entrevistado respondia como era a relação com a mãe) “É bom.” Entrevistadora – E com a sua Vó? “É bom demais! (dito com bem ênfase).” Entrevistadora – E é melhor com a Vó? “É”.</p> <p>“A gente tava em casa e minha Vó deu a notícia pra gente que a minha irmãzinha tinha nascido, que na época eu era o caçula. E aí foi isso.”</p> <p>(O entrevistado explicava como foi a mãe ter entregue os dois filhos à polícia): “Não, ela disse: <i>“amanhã de manhã, eu vou levar vocês não sei aonde”</i>. Aí quando foi... Eu e meu irmão entrou no carro e ela levou a gente lá e disse: <i>“Eu soube que vocês estavam, fazendo isso e isso e isso...”</i></p> <p>“A gente não sabia o que era. Porque ela falou que se perguntasse a gente não ia falar e realmente ia ser isso mesmo. Ia ficar difícil. Ela levou e foi e melhor coisa que aconteceu mesmo.” (...) “Se não fosse minha mãe... Querendo ou não ela salvou a gente”.</p>	<p>Pais separados desde nascimento e padrasto atualmente separado, mas ainda presente na vivência familiar.</p> <p>Avó no comando.</p> <p>Mãe entrega à polícia: necessidade de uso de uma autoridade externa.</p>	<p>A figura de autoridade, sempre presente, é a da Avó.</p> <p>Para a mãe houve a necessidade de uma autoridade externa para resolver o crime, que foi a polícia.</p> <p>O entendimento de crime está ligado, dentro outras coisas, a prejudicar as pessoas queridas.</p>
<b>ENTREVISTADO 3</b>		
<p>(A entrevistada falava sobre o que gosta de fazer): “Ficar com as minhas amigas, andar de bicicleta, surfar... Eu não gosto muito de ficar em casa não, só quando eu chego de noite, cansada. Mas eu acordo assim e detesto ficar em casa, saio pra dar uma volta, surfar...”</p> <p>(A entrevistada explicava porque quis mudar de colégio): “É porque no (Colégio 1)<sup>1</sup> não podia nem sair do Colégio. No (Colégio 2) o portão ficava aberto, saía quem quisesse. (Colégio 1) não podia nem cortar a camisa, não podia ir de boné, não podia nada no Colégio. O (Colégio 2) era mais liberal. Muito preso, acaba botando a galera pra querer liberdade, é pior.”</p> <p>(Sobre os pais darem mesada): “Dão. Mas quando minha mãe quer me dar castigo</p>	<p>Pai distante, que se impõe agressivamente.</p> <p>O castigo era a retirada de mesada.</p> <p>Supre a castração financeira do castigo vendendo droga.</p> <p>Apoio na mãe.</p> <p>Muito limite leva à rebeldia.</p> <p>Medo de perder a vida: como a mãe.</p>	<p>Conflito quanto à autoridade: pai ausente e que interdita agressivamente: mãe que tenta apaziguar. Há uma oposição ao pai, talvez certa competição com ele.</p> <p>Possível identificação com a mãe como sofredora.</p> <p>Castigo sentido como castrador da liberdade?</p> <p>O crime pode estar ligado à</p>

<p>me tira a mesada, e mesmo com mesada, é bom vender (extasy). É fácil porque é pequena e é cara.”</p> <p>(Sobre a relação com o pai): “(...) Ele fica quinze dias aqui e quinze dias na fazenda. Sinto falta dele, mas é desde pequena, minha relação sempre foi mais com minha mãe, a gente nunca foi de tá conversando, ele é um bicho do mato, ele não conversa com a gente. Quando chega da fazenda, se entoca e não conversa com ninguém. (A relação) Era melhor quando eu era pequena, mas quando eu comecei a sair, ele começou a reclamar: “<i>Não sei o quê, pra onde você vai? Tem que estudar!</i>” (imitando um tom agressivo de falar). Fica querendo me prender, mas eu tenho que curtir. Depois eu vou ficar velha acabada e vou curtir mais o quê? Tá louco? (...) Assim, quando eu queria ir pro show e tava namorando, ele dizia: “<i>Não vai não, com namorado, assim, não sei o quê...</i>” Aí não dava dinheiro. Mas eu arranjava e ia mesmo sem o dinheiro dele. (...)Ele é um saco, um chato. Tenho raiva dele muitas vezes, muitas vezes mesmo! (falava com uma expressão de raiva). Minha mãe é que sempre resolve tudo. É minha mãe...</p> <p>(Sobre limites): “Lá (Colégio 2) era muito aberto, a gente podia fumar maconha toda hora... Eu acho que se eu tivesse ficado no (Colégio 1) não tinha acontecido isso tudo não, porque era mais calmo mesmo. Entrevistadora – Então um pouco de limites talvez fosse bom no colégio... “É, um pouco, mas muito rigoroso também não adianta.”</p> <p>Nota 1 - Os dois colégios onde a entrevistada estudou foram substituídos por Colégio 1 e Colégio 2 para evitar que a jovem seja identificada.</p>		vingança pelo sentimento de castração sofrido?
<b>ENTREVISTADO 4</b>		
<p>“Eu lembro de quando o Painho chegava pra gente passar o fim de semana com ele, eu queria ficar em casa, mas a maioria das vezes eu tinha que ir... (...) Porque eu tinha medo, medo do Painho.” Entrevistadora – “<i>Você me disse nas nossas conversas que em função desse medo você preferia ficar na rua, que tinha mais medo de ficar em casa. Você ainda se sente assim?</i>” “Não. Agora passou... Quer dizer, há pouco tempo.” “Até quando eu tinha uns 14 anos, eu achava que quando ele me batia... Depois daquele dia, eu pensei que se ele me batesse de novo... Eu</p>	A autoridade era exercida somente pela figura do pai, e através de posturas geradoras de medo. A punição era feita de forma muito agressiva. Ocorrência de exemplos incoerentes com a educação verbalmente passada pelos	O crime gera violência, o que se tornou um dispositivo forte para medo, revolta e fuga. Necessidade de exemplos concretos dos pais do que seria aceito como certo e como errado.

trouxe uma arma pra dentro de casa, mas ele não bateu mais e eu não fiz nada... Me desfiz da arma...”	responsáveis.	
<b>ENTREVISTADO 5</b>		
<p>“E lá eu tinha até mais liberdade do que aqui, porque aqui assim é... Minha mãe, ela trabalha o dia todo, né, eu sempre estudei de manhã e ficava a tarde toda em casa, e isso aí sempre foi o ponto alto do uso de droga, né, ficava em casa sozinho... Mas lá eu... Passava o final de semana em casa só, quando eu cheguei a completar uns 15 anos, minha mãe faz alguns cursos lá em São Paulo, né, então todo ano ela tava viajando, ela passava uns dez dias fora, e aí meu amigo... Porque quando ela tava aqui, eu ia uma vez ou outra pra ir no colégio, porque todo dia eu saía de farda pra ir no colégio, na maioria das vezes em vez de eu ir pra o colégio, eu desviava. Nem entrava. E quando entrava, só entrava daquele jeito, (risos nervoso) aí, aí...”</p> <p>(Perguntava por que ele voltou para a casa da mãe) “Rapaz, eu... Engraçado, eu tive uma conversa ontem com a minha mãe exatamente sobre isso, eu acho que foi um pedido de socorro. Acho que foi... Um pedido de socorro... Lá, se eu saísse no sábado, eu voltava no domingo de noite e ninguém falava nada. Aqui com 14, 13 anos de idade e fizesse um negócio desse, minha mãe, ah, meu Deus! Eu ia escutar até o outro dia. Fazia de novo, mas eu sabia que toda vez que eu fizesse, eu ia ter aborrecimento, e lá não tinha. Mas eu acho que foi um pedido de socorro inconsciente, sabe...”</p>	Muitas mudanças de domicílio e de composições familiares, o que gerou, conseqüentemente, mudanças na identificação da autoridade, além desta ser exercida sem vigilância.	Exercício da autoridade feito de maneira insuficiente e não existente em determinados momentos.
<b>ENTREVISTADO 6</b>		
<p>“(…) minha mãe pegou a maconha e o meu (amigo)<sup>1</sup> era usuário, né, está em recuperação, ele usava sempre comigo em casa quando meus pais iam dormir, já que lá em casa é grande, meu quarto é do outro lado, a gente fechava a janela do quarto e botava incenso e fumava. Teve um dia que louco, já louco, eu esqueci a droga, lá, uma parada da droga, dez reais se eu não em engano, e quando meu pai abriu o quarto de manhã para me chamar pra ir para o colégio, ele viu né, e aquela... Foi um... meu pai tomou um choque ali, não bateu em mim, mas falou, né, demais,</p>	A reparação e o castigo não eram eficientes, tampouco eficazes, impedindo o entendimento do certo e do errado, (falta) de entendimento este influenciado ainda pelo exemplo não coerente com as orientações verbais.	Ausência de firmeza no exercício da autoridade e ausência de exemplos coerentes.

disse: “Por que você tá usando isso? O que é que você vai ganhar?” E eu protegia a droga sempre: “Não, que a droga é natural não afeta, não faz mal...”. “E meu pai assim... Como ele é co-dependente, ele agiu assim, só que foi a primeira vez, ele tinha que fazer assim, acho que como uma primeira vez, ele deveria ter agido assim comigo sim, devia ter sido mais firme, ter dado uma surra assim, não de tirar sangue, de deixar roxo, mas até dar mesmo e algum, sem bater, bater mesmo também, ou até uma experiência que ele tenha tido, me falar, mas eu não sei assim, se meu pai usou outras drogas, não sei... (Mostra como o jovem precisa mesmo de verdade!). E minha mão brigou, só falou, falou demais, né, não bateu também em mim, eu tomei foi castigo. Fiquei sem dinheiro, né, fiquei somente com o dinheiro do lanche, né, do colégio. Mas depois que o tempo passou, eu consegui manipular eles, né, eu conseguia manipular sempre protegendo a droga, entrava em sites, imprimia, mostrava, né, mas já tava uma progressão que eles já sabiam, chegou uma hora que eles já sabiam (...)”. “Fui eu que procurei, eu que fui atrás. Sei o que eu fiz. Mas a ligação deles com o álcool e a criação assim, né, eu tive uma criação assim, muito liberada. Eu podia sair de casa, ir pra casa de minha Vó qualquer hora, podia dormir meses lá... É muita liberdade, né, liberdade demais... É, pedir uma coisa, chegava lá e dava. Se não me desse, eu chorava, chorava, chorava, e eles me davam... E eles nunca teve aquele não, né? Não teve limite. Por algumas partes, eu concordo que uma pisa (surra) boa, resolve. Às vezes eu sou contra, tem pai que espanca mesmo, né, mas eu acho que até uma lição moral, experiência, mas tem vezes que é necessário uma palmada mesmo, pra aprender, pra lembrar, né? Com certeza, muitas coisas, se eu levasse uma pisa mesmo, eu... Antes de fazer de novo a coisa errada, eu ia pensar naquele dia, né, eu ia lembrar, ia ficar com medo de tomar outra. Muitas coisas que não teve limite, né? Assim, né? ”.

Nota 1 – O nome da pessoa foi substituído por amigo para evitar a identificação do jovem entrevistado.

#### 4.1.2.2. ENTENDIMENTO DO CRIME

**QUADRO 4 - ENTENDIMENTO DO CRIME, SALVADOR, 2008.**

TRECHOS DOS RELATOS	PRIMEIRO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA	SEGUNDO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA
<b>ENTREVISTADO 1</b>		
<p>(Sobre brigar na rua) “Já briguei muito aí, mas... É coisa de adolescente, né? Do passado. Já briguei muito. Cria muita inimizade com os outros, não presta”. (Sobre pichar) “Não é assim não, qualquer parede não... É porque jovem gosta de adrenalina, entendeu? É porque cada um... Você tem que tá fazendo o negócio pra sentir como é...”. (Quando eu perguntava se não estaria prejudicando alguém) “É um negócio chato da porra. Mas aí, eu considero uma besteira. Eu podia ter morrido. Tem policial aí à noite, que não quer saber de nada, tem muita gente que sai pra pichar de noite, na hora que a rua ta vazia. Aí vem um policial, dá tiro, e as porra, bota a arma, né? E inventa que o cara tava roubando...” (...) “É chato só naquela hora assim, né, de dizer que eu não tô dando orgulho pros meus pais... Ver meu pai desesperado, com o coração na mão... É chato saber que você já fez seu pai passar por vários desgostos assim, né? (...) E eu ainda fiquei lá na cela ainda, preso, misturado com um bocado de menor de idade, que tinham feito de tudo. Eu sou um cara que gosto muito de minha liberdade, não quero fazer mais besteira não. É isso.”</p>	<p>Relata que foi colega que incentivou, coisa de adolescente, fase da vida, brincadeira, besteira e risco para si mesmo e preocupação com o sofrimentos causados aos pais. Não circulava em quadrilhas, não eram criminosos, eram apenas gangues, grupos.</p>	<p>O problema era criar inimizade e/ou encontrar policiais, não aparecendo em momento algum que poderia estar prejudicando outras pessoas, que não fossem ele próprios e seus pais.</p>
<b>ENTREVISTADO 2</b> <b>Crime</b>		
<p>“Eu sabia que ele fazia com o outro amigo... Ele pedia pizza pelo telefone,</p>	<p>Achou que a besteira não valeu a pena, mas pelo sofrimento que causou à</p>	<p>As infrações foram interrompidas pela denúncia à polícia. Ausência</p>



<p>comprava ingresso de show às vezes... E teve um dia que ele mandou para o meu e-mail uma lista com números dos cartões... Começou como uma brincadeira... Eu mesmo só ficava comendo pizza, comendo não sei o quê... Foi isso... Mas começou assim, ele me deu a lista... Ele fazia, eu andava com ele tudo, eu participava, depois eu fui, peguei com a minha (lista) e fui fazendo sem ele, entendeu? Eu pedia em casa, na casa dos amigos em qualquer lugar, entregava, né? Quando o menino me deu o cartão, me deu como se fossem ilimitados, eram de pessoas que tinham muito dinheiro assim... Mas isso não afetou em nada... Mas eu me lembro que ele falou isso, que era gente de fora, do exterior...”. (Se acha que se não tivesse sido entregue na Delegacia, se ainda estaria fazendo) “Porque hoje em dia eu acho que tenho mais consciência das coisas, né? E eu sei que isso ia pesar muito aí, hoje em dia... Porque é uma besteira também, então não vale nem a pena”. (Sobre as pessoas que participavam com ele antes das infrações) “Que ele tava fazendo coisas muito erradas, roubo de carro, assim? Assalto a mão armada... Até a morte desse policial. Ele não tava no dia, mas estava envolvido. Penso que assim ele tá indo num caminho totalmente errado”. (Sobre a preocupação atual com a mãe) “Eu tento fazer minhas obrigações e cumprir com os meus deveres para ajudar. Fazendo isso...”.</p>	<p>família. Relata não ter noção do prejuízo que as infrações causaram às pessoas que foram lesadas.</p>	<p>de noção de culpabilidade na época e atualmente. Criminoso é aquele que assalta, que porta arma e que mata gente. As infrações que expõem menos a imagem da pessoa não são reconhecidas por esse entrevistado como crime.</p>
<p><b>ENTREVISTADO 3</b></p>		
<p>“Não era nem pra eu ter pego pena nenhuma, porque eu não tava fazendo nada, mas tava com maconha na minha bolsa e eu não tava nem fumando. Ele falou um monte de coisa, inventou tudo. Inventou que tava observando, que eu passei um negócio pra um, pra um cara, que o cara deu o dinheiro, que eles não conseguiram pegar ninguém, que o cara fugiu, não sei o quê... Tava em minha casa com meu “negócio” (grifo meu). Não era nada, era pro meu uso e meus amigos. Eu tinha pegado na mão de outro amigo meu”. (Sobre um policia que deu o flagrante em um usuários de drogas) “Tava azedo porque tava trabalhando o dia todo. Aí vê os outros indo pra praia e acho que deve ficar com raiva, né, véio? Não consegue ver os outros curtindo (...)”. (Sobre o tráfico) “Já vendi. Porque uma vez um amigo meu tava me</p>	<p>O flagrante das infrações ocorreu como um momento de descuido na manipulação das drogas. Hoje está mais cuidadoso; se protege mais de um possível segundo flagrante. Entendimento de que o uso de drogas não faz mal a ninguém, desde que saiba usar, por consequência, vender é vantajoso e também não faz mal.</p>	<p>Ausência absoluta de noção de culpabilidade. Criminoso é aquele que assalta, que porta arma e que mata gente. As infrações que expõem menos a imagem da pessoa não são reconhecidas por esse entrevistado como crime.</p>

<p>devendo e me pagou em balinha (êxtasy). Aí outra amiga pediu que eu vendesse para ela e eu vendi. É R\$ 50,00, veio! É bom de vender! Tem uns amigos meus que vendem e ganham a maior grana, mas é só entre a gente com os amigos e conhecidos, mas não é trafico não. Porque nem todo mundo tem dinheiro pra comprar balinha, pra comprar doce, porque é muito cara. Tráfico são aqueles caras lá da favela que andam armados e matam gente. Lá só vende maconha, essas coisas. É diferente, muito diferente. E é dinheiro muito fácil, véio, é muito bom e não faz mal a ninguém. Você compra por besteira e vende por R\$ 50,00, dá pra se virar, véio, com isso”. (Sobre os pais darem mesada) “Dão. Mas quando minha mãe quer me dar castigo me tira a mesada, e mesmo com mesada, é bom vender. É fácil porque é pequena e é cara”.</p>		
<b>ENTREVISTADO 4</b>		
<p>(Sobre suas razões para cometer as infrações) “Foi curiosidade e vontade de ser melhor que os outros, de ter poder, de ser marginal... De ser o lado ruim das coisas e de ser conhecido por isso, de todo mundo me respeitar, entendeu? A minha explicação é essa... (...) Eu acho que era porque eu não tinha consciência do que eu tava fazendo... Naquela época eu não tava nem aí não. Quando o cara disse o que era... Ele já disse meio assim, achando que eu ia falar alguma coisa e eu disse: “ah, me dê isso aí que eu levo mesmo, não tem problema não”... (Sobre como se sentia diante das pessoas) “Cheguei a ser bonzinho em um canto e mala suja no outro. Eu era o que tinha quer ser. Eu fui muito falso... (...) Eu não me sentia conjunto, em comunhão com aquelas pessoas, entendeu? Eu nunca tive sentimento por ninguém. (Sobre o tratamento) “Eu fui criando, acho que no fim da minha ativa agora, nesse ano, no fim do ano passado pra esse ano, eu fui criando alguma coisa (de sentimento pelos outros), e acho que foi o que me ajudou nessa recuperação. Foi outra coisa, foi muita informação que eu não tinha, entendeu?... Uma conscientização... Me devolveu alguns sentimentos que eu nunca tive... Me devolveram... Sabe, eu, pra ser sincero eu tô aprendendo a amar desde o dia que eu, que eu saí do Reviva, que eu tô botando isso em prática. Isso é uma</p>	<p>Como um momento em que não tinha a consciência das coisas, do certo e do errado. Foi por curiosidade e querer ser melhor que os outros, ter poder, ser conhecido e ser respeitado pelas transgressões que cometia, e reconhece o quanto prejudicou outras pessoas e tem vontade de ajudar jovens na mesma situação.</p>	<p>Percepção dos crimes e das questões que motivaram os mesmos, como a ausência de sentimento pelas pessoas que estão ao seu redor.</p>

<p>coisa que eu nunca tive. Então assim, eu devo muito isso a eles, a volta dos sentimentos, acho que é isso que me mantém em recuperação até hoje, essa diferença de ter e não ter sentimentos.”</p>		
<b>ENTREVISTADO 5</b>		
<p>(Sobre suas explicações para o crime) “É simples, eu já era doente muito antes de usar droga, sabia? Eu tinha mania de colecionar coisa, sempre eu tinha que ser o que tinha mais, o que tinha completado o álbum primeiro. Aí pra completar o álbum primeiro, eu roubava figurinha, pegava dos outros, já desde pequeno... É um desvio de caráter, né? Eu já era dodói muito antes de usar droga. Não sei não, não sei... Acho que ia ser isso mesmo...” (Sobre como se sente diante das outras pessoas) “E aí eu perguntei por esses dois caras que tavam sumidos e ele me falou que os caras tavam corridos de lá, provavelmente tavam devendo dinheiro a traficante, e aí pra não morrer, tem que sair fora mesmo. E o resto tá na mesma, né, e toda vez que eu vejo dá uma dor no coração. Eu fico olhando, e fico com pena, fico pensando que os cara podiam tá do mesmo jeito que eu. Mas eu sei que eu sou impotente, sabe, pelo outro. Sou impotente perante as pessoas não posso mudar a cabeça de ninguém, eu posso levar a mensagem, né, falar que eu tô bem, que eu to vivendo, né? Se ele quiser vim, venha. (é muita lucidez!) Vai ser bem recebido com certeza.” (Sobre gostar de alguma menina) “Eu queria era curtidão, ficava com uma com outra, e enquanto eu tava com essa um e com essa outra, eu tava com outra... Nunca tive esse sentimento assim, por nenhuma menina não. Mas quero ter, espero ter...”</p>	<p>Reconhece que os limites não estabelecidos em alguns momentos de sua vida contribuíram para o estado em que se encontrava. Atribui a lesão corporal cometida como consequência da agressividade causada pelo abusivo e constante uso da droga. Gostaria de ajudar outros jovens, mas entende que tem limitações, sendo sua parte, portanto, afastar-se definitivamente, mais do que tentar tirar outras pessoas dessas situações.</p>	<p>Percepção das infrações cometidas e do que poderia ter motivado. Forte influência do papel dos preceitos capitalistas de consumismo exacerbado. Clareza do quanto prejudicou outras pessoas.</p>
<b>ENTREVISTADO 6</b>		
<p>(Sobre sua situação na época, antes do tratamento) “Minha mãe começou a esconder as coisas, não deixava bolsa, nada, nada ao meu alcance. E mal falava comigo. Minha mãe era o caixa pra mim. “Mãe me dá isso, mãe me dá aquilo, mãe me dá tudo.” Teve um tempo que ela: “<i>Se vire, a vida é sua!</i>” Mas mãe é mãe, ela fala isso, mas por dentro é um amor. Fala na hora da</p>	<p>Entende que não pode esquecer de tudo o que passou, por perceber que foi errado, que prejudicou à si próprio e à toda a família, e que não quer mais vivenciar tais coisas. Descreve-se como uma pessoa que está tentando ser alguém</p>	<p>Percepção clara dos prejuízos que trouxe a sociedade e que não quer trazer mais, pois acima de tudo, precisa da figura do outro para continuar sobrevivendo.</p>

raiva mesmo, sai. E foi né, que depois dessas coisas, que fizeram eu me tocar, que eu tava me prejudicando, que minha mãe chegou e perguntou se eu queria me internar. (...) O que eu passei de ruim, o fundo de poço que eu passei, a droga que eu usei e que eu fui internado, né? E que a vida não é essa que eu pensava que era... E é isso assim... O peso da experiência, né?” (Sobre como vê as outras pessoas) “Perdi um amigo quando eu tava usando e perdi dois agora quando eu tava em recuperação, eu soube que mataram. E assim, meu pai tinha dinheiro assim, meu pai tem, ele sustenta bem a casa, e as pessoas que eu andava era ali do bairro do poço (bairro mais simples um pouco, dependendo do local), era... Não tinham o privilégio que eu tinha em casa, não tinham muito dinheiro, não tinham o que eu tinha, eram pobres, né, andei com pessoas que mal tinham dinheiro pra comer. O que acontece é que às vezes a família aceita, não luta, não luta porque não tem a condição, né, de mandar pra um tratamento.” (Sobre gostar de uma menina) “Eu não tenho mais contato porque a família dela, não quer, e eu não tenho mais esse desejo mais, era mais desejo, porque amor eu não tinha, né, se eu não me amava, como é que eu ia amar outra pessoa?” (Sobre os tratamentos) “Depois quando eu voltei é que eu fui ver que eu era impotente perante os lugares, perante as pessoas da vida, dos hábitos, né, mentir, julgar, mas ainda julgo, né? Ainda não sou... Eu não sou perfeito. (...) Só uma palavra que o companheiro me fala, eu já evitei uma recaída, por causa de uma palavra do companheiro, e sinto isso na irmandade, né? E uma coisa assim... (...) Tem um programa e eu quero seguir. Quero viver limpo, só por hoje, tentando remover os meus defeitos de caráter, minha arrogância, manter minha serenidade.”

melhor, consciente de que não é perfeito e tentando não mentir e não julgar os outros. Relata que famílias de renda baixa não têm os mesmos meios para ajudar os jovens que entram na criminalidade.

### 4.1.2.3. RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA

**QUADRO 5 - RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA, SALVADOR, 2008**

TRECHOS DOS RELATOS	PRIMEIRO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA	SEGUNDO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA	TERCEIRO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA
<b>ENTREVISTADO 1</b>			
<p>(Sobre lembranças boas da infância) “Quando eu era pequeno assim, eu viajava muito com a minha família, eu, meu pai e minha mãe... A gente sempre passou época de Natal várias vezes na praia<sup>1</sup>, porque a gente tem uma casa na praia... Ia minha Vó, todo mundo ia, meus tios, aí ficava só a família na casa, entendeu? Era bom... (...) Todo domingo eu vou pra casa de minha Vó, até hoje, a família todo domingo vai pra lá, entendeu?”. (Sobre a separação dos pais) “Pra mim foi normal. (...) Se bem que eu sempre vejo minha mãe, vou pra casa de minha mãe. Aí nunca teve assim uma separação, aquela separação de não ver. Minha mãe me liga todo dia. Lá é normal. Não tem negócio de briga entre minha mãe e minha madrasta. Não é aquela coisa de amizade que nunca vai ter, né? Mas não pode ter um conflito, né? (...) (Sobre momentos de tristeza) “Já quando eu tô com a minha mente ocupada numa festa, eu não penso, mas quando eu vou pra casa, fico triste, fico pensando na morte, em todo mundo que eu vou perder que eu gosto, entendeu? Vou perder minha mãe, vou perder meu pai... O que me faz querer ficar vivo é tá com a minha família, entendeu?”</p> <p>Nota 1 – O nome da Praia foi retirado para evitar a identificação do jovem entrevistado.</p>	<p>A presença da família é a principal referência das boas lembranças da infância e funciona como horizonte para querer ficar vivo. Família que aparentemente cultiva a convivência harmoniosa. O sentido da sua vida está ligado ao afeto que tem pela sua família. Presença da Avó nos relatos.</p>	<p>A família (não nuclear) ocupando papel determinante em sua vida. Sentimento de perda, de vir a sofrer perda: insegurança quanto ao futuro.</p>	<p>Seria a família contemporânea a primeira instância de formação de vínculos, da noção de pertencimento e da afetividade? E quando não ocupa esse espaço, sua ausência poderia criar lacunas na formação da subjetividade? Na dissolução dos laços mais diretos, a família ampliada adquire importância.</p>
<b>ENTREVISTADO 2</b>			
<p>(Sobre lembranças boas da infância) “Eu lembro que a gente... Eu e minha família, a gente costumava viajar muito antigamente. E isso, hoje em dia não</p>	<p>Nostalgia no relato dessas lembranças da família como aquilo que</p>	<p>A mudança na trajetória de vida poderá estar ligada à necessidade de</p>	<p>Seria a família contemporânea a primeira instância de</p>

<p>acontece mais. Antigamente a gente ia pra muitos lugares, a família era mais unida até. A gente ia mais pra casa de praia... (Sobre a mãe) “Queria que não tivesse isso, né? Que ela não precisasse tomar esses remédios, dessas coisas, né? Mas não tem jeito. Eu particularmente não gosto disso... Me preocupa. Eu tento fazer minhas obrigações e cumprir com os meus deveres para ajudar. (Sobre a briga entre dois irmãos do entrevistado) “Foi entre meus dois irmãos... Já teve algumas vezes sim, não se dão bem mesmo. O motivo eu não sei qual é, mas não se dão bem não. Acho que é falta de... Falta de compreensão, de conversa, não sei. Hoje em dia tá mais sossegado do que era antigamente. Hoje em dia eles nem se falam muito na verdade. Moram na mesma casa, mas nem se falam. Melhor assim, né? “Pra não brigar, eles só se cumprimentam mesmo.”</p> <p>(Sobre a relação com a Avó) “É bom demais (dito com bem ênfase). (Se fosse preso) “(...) Ia pesar pra minha família também, pra minha Vó, meus irmãos pequenos, pra tudo...” (Sobre a entrega à Polícia) “Se não fosse minha mãe... Querendo ou não ela salvou a gente.” (Sobre a mudança de local da PSC) “Minha Vó achou que era perigoso, porque passou na televisão que mataram um rapaz lá...”</p>	<p>foi e hoje não é mais. Avó exercendo o leme da família, na impossibilidade da mão fazê-lo. Preocupação com os membros da família.</p>	<p>preservação dessa base familiar, como forma de sobrevivência – inclusive quanto a ter um filho aos 18 anos.</p>	<p>formação de vínculos, da noção de pertencimento e da afetividade? E quando não ocupa esse espaço, sua ausência poderia criar lacunas na formação da subjetividade?</p>
<b>ENTREVISTADO 3</b>			
<p>(Sobre lembranças boas da infância) “Natal... Eu gostava quando tava todo mundo aqui em casa, quando vinha todo mundo. Era melhor do que na casa da minha tia. É bom porque ganha presente... Mas nunca vem todo mundo, sempre falta... É porque alguém sempre vai passar o Natal com a outra família, a família do marido, do namorado, sei lá, sempre falta...” (Sobre a relação com o pai) “Sinto falta, mas é desde pequena, minha relação sempre foi mais com minha mãe, a gente nunca foi de tá conversando, ele é um bicho do mato, ele não conversa com a gente. Quando chega da fazenda, se entoca e não conversa com ninguém. (...) Quando era pequena ia, hoje em dia mais não. Antigamente ia todo mundo, hoje em dia não vai mais ninguém, eu pedia par ir e ele não me levava.”</p>	<p>Lembranças boas de infância ligadas à família toda junta e também como uma coisa que não ocorre mais. Apoio incondicional familiar pautado na mãe e relato de sofrimento quanto à ausência do pai. Não faz quaisquer referências aos irmãos.</p>	<p>Ausência nos relatos sobre a importância da família hoje, a não ser o esteio permanente proporcionado pela mãe. Sentimento de falta.</p>	<p>Seria a família contemporânea a primeira instância de formação de vínculos, da noção de pertencimento e da afetividade? E quando não ocupa esse espaço, sua ausência de maneira saudável poderia criar lacunas na formação da subjetividade?</p>

<b>ENTREVISTADO 4</b>			
<p>(Sobre lembranças da infância) “Eu lembro de quando o painho chegava pra gente passar o fim de semana com ele e eu não queria ir, eu queria ficar em casa, mas a maioria das vezes eu tinha que ir... Eu lembro de uma briga que eu apanhei e disse ao painho que tinha caído de skate da escada, mas eu apanhei das meninas (irmãs mais velhas)... E eu disse que caí da escada pra não apanhar de novo, elas disseram que era pra eu não dizer, se não eu ia apanhar de novo...” (Sobre um amigo que ainda está cometendo atos infracionais) “Mas ele é mais doido, pior do que eu. Também ele não teve nada de família, de valor de família. Eu ainda tiver alguma coisa, quer queira, quer não, eu ainda tive alguma coisa, ele nada... (...) Hoje eu me sinto como mais um, uma pessoa normal, que vive bem, normal, só. Mas antigamente eu me sentia excluído, não me sentia à vontade não. Achava que tava no lugar errado, que não tinha nada a ver com aquelas pessoas, que eram muito soberbas, que não sabiam o que era a vida... Eu sentia muita raiva, me sentia muito diferente da família.”</p>	<p>Lembranças muito difíceis da família toda e de alguns membros dela (pai, irmãs), relacionadas a sentimentos de exclusão, de não pertencimento. Relatos de ausência de afetividade por quase todas as pessoas, com exceção da mãe.</p>	<p>Busca fora da família de espaços de aceitação, de auto-afirmação enquanto pessoa capaz de ser respeitada.</p>	<p>Seria a família contemporânea a primeira instância de formação de vínculos, da noção de pertencimento e da afetividade? E quando não ocupa esse espaço, sua ausência poderia criar lacunas na formação da subjetividade?</p>
<b>ENTREVISTADO 5</b>			
<p>(Sobre lembranças boas da infância) “Lembro na casa da minha Vó na Ilha, ela tem uma casa lá, eu vou desde pequeno, entendeu, criança. (...) Outra coisa que eu não lembro, mas que minha mãe me falava de vez em quando, quando ela ia limpar a casa, e ligava o som e tal e eu ficava lá dançando com ela, eu era pivetinho, era ela limpando a casa e eu dançando lá com ela (risos).” (Sobre o pai) “Porque também a minha infância foi meio conturbada, minha mãe se separou do meu pai eu tinha 2 anos de idade, depois eu vim morar aqui quando tinha 7... Meu pai nunca foi aquele pai muito presente, nem responsável na minha infância. Sempre foi muito afastado e questão de relação com dinheiro, essas coisas... (...) Eu tava morando aqui há 7 anos aqui, sei lá, ele nunca tinha vindo me visitar.” (Sobre sua relação com a sua Vó) “Adoro! Ela sempre me ajuda muito, sempre me ajudou. Assim, tem muitas coisas que ela facilitou, mas é Vó, né? Vó não</p>	<p>Relatos sofridos de ausência do pai. Presença marcante da mãe e da Avó como pessoas que proporcionaram proteção e afeto. Parte da família vive em outra cidade, porém sem incentivos de convivência mínima entre todos. Estar com uma é escolher não estar com a outra.</p>	<p>Peso do abandono desse pai ainda não resolvido. O pedido de socorro cessou quando a família atendeu e voltou-se toda somente para ele – para resolver os seus problemas.</p>	<p>Seria a família contemporânea a primeira instância de formação de vínculos, da noção de pertencimento e da afetividade? E quando não ocupa esse espaço, sua ausência poderia criar lacunas na formação da subjetividade?</p>

<p>quer... Não sei se não é enxergar ou se não quer ver. Também ela não tem idade pra ficar sofrendo mais. Porra, véio, mas Vó é assim!” (Sobre quando se deu conta da própria situação, antes do tratamento) “Rapaz, eu percebi quando juntou a família toda, no final do ano de 2006, pra decidir sobre o problema, o problema, no caso – eu!. Estavam discutindo se interna ou não(...)”</p>			
<b>ENTREVISTADO 6</b>			
<p>(Sobre lembranças da infância) “Uma coisa que eu lembro... Que eu nunca gostei, né, que quando tinha festa no colégio que eu estudava, tava tendo Natal, essas coisas, Páscoa, e sentava todos os pais, né, assim, sentados olhando, e quando eu entrava para um canto, ou pra fazer alguma coisa, que eu olhava e meus pais não tavam... (...) Nas coisas do colégio que eu queria que eles estivessem lá, que todos os pais tavam lá, que quando eu olhava pra aquela arquibancada e não via nenhum dos meus pais... Eu ficava mal, ficava triste e hoje, eu ainda tenho esse sentimento, essa tristeza assim, não consigo perdoar, não consigo... (...) E também quando eu passava um tempo na casa da minha Vó, ficava lá com ela, dormia com ela, passei um bom tempo da minha infância tendo esse prazer de ficar com minha Vó, passar dias, semanas, meses lá (...)” (Sobre a separação dos pais) “ (...) Decidiram se separar, né, e isso também afetou a mim, porque eu chorava muito quando minha mãe brincava que ia se separar do meu pai, eu não gostava quando ela falava isso e quando se separou, eu não acreditei... (...) E depois desses seis meses eles voltaram e estão até agora, né, graças a Deus. E isso me faz feliz, né?” (Sobre os dispositivos que o levaram a sair da criminalidade) “Foi aí que minha irmã chegou pra mim e perguntou: “<i>Você quer se internar?</i>”.</p>	<p>Lembranças de infância ligadas à família e a Avó, sendo as memórias ruins ligadas a momentos de ausência dos pais em atividades escolares e esportivas. Demonstração de grande apego à forma como a família continua se apresentando: mãe e pai juntos, e seu irmão presente. O medo de perder o pai e o irmão como um dos impulsionadores para sair dos contextos de criminalidade.</p>	<p>Recusa de novas formas possíveis de configuração familiar e ênfase na necessidade constante de ver a família junta.</p>	<p>Seria a família contemporânea a primeira instância de formação de vínculos, da noção de pertencimento e da afetividade? E quando não ocupa esse espaço, sua ausência de maneira saudável poderia criar lacunas na formação da subjetividade?</p>



#### 4.1.2.4. CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

**QUADRO 6 - CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE, SALVADOR, 2008.**

TRECHOS DOS RELATOS	PRIMEIRO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA	SEGUNDO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA	TERCEIRO NÍVEL DE LEITURA INTERPRETATIVA
<b>ENTREVISTADO 1</b>			
<p>(Falando sobre a prática da infração cometida por outros jovens) “Todo mundo ficava glorificando ele... É esse negócio que a galera pensa... Que a pessoa que impor o respeito ali, vai ficar respeitado...” (Falando sobre os anseios atuais) “Eu sempre quis ir pro exército, eu via aqueles negócios na televisão, entendeu? Cheio de vibração. Eu ficava pensando naquele negócio de se arrastar no mato... Eu queria ir pro exército, mas na hora o cara lá botou Marinha. Também o cara vai iludido, porque hoje em dia não segue mais carreira, antigamente seguia, NE? Mas às vezes eles fazem uma pressão da porra.”</p>	<p>Primeiro buscou a auto-afirmação diante das pessoas que estavam ao seu redor na infração que cometeu e depois na profissão que desempenha hoje. a qual vê com certa desilusão.</p>	<p>Necessidade de obter respeito e reconhecimento das pessoas que estão à sua volta, através de um grande feito, mesmo que infracional. Imaginário do masculino (força física, agilidade, desempenho) no serviço militar.</p>	<p>Necessidade de querer ser alguém é igual a ter poder, estimulada pela imposição cultural de homem como sinônimo de mostrar poder?</p>
<b>ENTREVISTADO 2</b>			
<p>“Porque na verdade eu não tinha necessidade de estar fazendo isso. Mas é aquela coisa de criança, de poder (trecho identificador do entrevistado), “pá”, as meninas ali em volta, aquela coisa toda, entendeu? (trecho identificador do entrevistado) Aí você já se sente mais... Aquela coisa de menino mesmo...”.</p>	<p>Auto-afirmação e reconhecimento pelos que estavam ao seu redor facilitada pelo não entendimento das infrações cometidas como crime. Fonte de atração sexo oposto. Crescimento aparece associado a ter/ exibir poder.</p>	<p>Necessidade de reconhecimento através do seu entendimento de esperteza, mesmo que configurado como crime.</p>	<p>Necessidade dos jovens de querer ser alguém estimulada pela imposição cultural de ser homem como sinônimo de mostrar poder em uma sociedade em que mostrar pode representar poder.</p>
<b>ENTREVISTADO 3</b>			

<p>(Falando sobre o flagrante do tráfico) “(...) Era minha e dos meus amigos, mas ninguém tinha bolso, e a bolsa era minha. Eu disse que era minha, e eu não ia falar que era de todo mundo, eu disse que era tudo meu. Eram duas meninas, e a mãe dela era doente, e quando o policial parou, ela começou a chorar, e um amigo meu tava cheio de dinheiro na mão, tava com a carteira cheia de dinheiro, tinha acabado de tirar dinheiro. Foi uma merda. Mas eu... Deus que me livre, não quero mais saber disso não. Fumo, de vez em quando, mas daquele jeito não. Ainda mais na rua, ali, daquele jeito, naquela praia...”.</p>	<p>Flagrante com traficante, maior de idade – ela com a droga - e se declarou mártir por dizer que era tudo dela - e ele com o dinheiro, cuja não conexão com a droga não configurou crime, ajudado ainda pelo parentesco útil.</p>	<p>Androcentrismo que repercute de formas diferenciadas na vida das jovens e dos jovens, em virtude de tipos singulares de afirmação social da masculinidade e do feminino, na exigência de certas formas socialmente postas e ainda na maneira de efetua-la. Criminalidade feminina enquanto predominantemente periférica, cuja participação se dá forma secundária e subordinada ao homem.</p>	<p>Necessidade de querer ser alguém estimulada pela imposição cultural de submissão; ser homem ser sinônimo de mostrar poder? A democratização nas relações equivale a um igualamento onde as meninas podem estar procurando a mesma projeção que o rapaz?</p>
<b>ENTREVISTADO 4</b>			
<p>(Falando sobre quando se deu conta que já tinha crescido) “Foi quando eu peguei a minha primeira arma, quando eu comprei a minha primeira arma...” (...) “Mas meu primeiro roubo mesmo, acho que foi com 14, 13 pra 14, que a gente saiu com um pessoal bem mais velho do que eu, porque eu queria ver como era, saber como era, e de tanto insistir, aquele cara que me protegia, falou: “Vai. É isso que você quer? Vai!”. Aí eu fui, a gente roubou uma lotérica. Foi assim que começou meu primeiro roubo. E foi aí que o pessoal começou a me respeitar mesmo. Com a idade que eu tinha, fazer aquele roubo, com aquele grupo, né? Um pessoal bem mais velho do que eu... Foi aí que começou o pessoal a ter respeito, até policial mesmo, uns já tinham medo de mim, nessa idade, imagine como era pra mim.”</p>	<p>Auto-afirmação e reconhecimento dos que estavam ao seu redor através da força e da intimidação, em virtude do que teve como espelho (vide quadro analítico sobre o conceito de autoridade).</p>	<p>Busca constante de aceitação e de pertencimento que não foram encontrados na família, através dos meios culturalmente presentes e incentivados.</p>	<p>Necessidade dos jovens de querer ser alguém estimulada pela imposição cultural de ser homem ser sinônimo de mostrar poder?</p>

<b>ENTREVISTADO 5</b>			
<p>(falando sobre o processo de lesão corporal) “Foi uma confusão... É... Uma praça... Coisa de menino mesmo, briga de menino e... O circo armou, né, tava armado. É. Se for mesmo parar assim, pra pensar, não teve motivo nenhum.” (Falando sobre o tráfico) “É porque é você que tá com droga, o cara tá com o dinheiro, mas se você não quiser vender, ele não vai poder usar. E a galera te trata bem, né? A galera considera e tal... Respeita você... É isso... Essa sensação é um tipo de estar mais alto do que os outros de certa forma, né? E por causa de dinheiro, mais dinheiro, mais dinheiro... E eu só aprendi porque eu tive que apanhar...”</p>	<p>Necessidade de ser respeitado através do poder, mesmo que seja o poder de traficar entorpecentes ou espancar uma pessoa (ainda mais que inocente). Dinheiro como valor.</p>	<p>Busca constante de ser alguém que está sendo visto, que está sendo percebido pelo outro.</p>	<p>Necessidade dos jovens de querer ser alguém estimulada pela imposição cultural de ser homem ser sinônimo de mostrar poder?</p>
<b>ENTREVISTADO 6</b>			
<p>“Aí que eu fui via aqueles caras cheirando loló, vendendo, cheio de menina, maloqueiro, querendo ser o tal, e foi ali que eu vi que eu queria: “Não, eu quero ser um cara ter, ter essa moral né?” (...) “Tinha uns caras lá, já mala mesmo, né, mais velhos do que eu, maloqueiro mesmo, né, e hoje eu olho, e comecei, né, fui lá a primeira vez, pra mostrar pra eles eu fumando cigarro, mas eu não sabia nem tragar, e eu me lembro que os caras saíam pra um terreno e eu fui junto, né, os caras foram fumar, né, eu cheguei mesmo, já tava indo, né, e disse: “Eu quero usar”. O cara disse: “<i>Rapaz, eu não vou lhe dar não, não vou lhe dar não, você é de menor, eu não vou lhe dar não</i>”. E eu fiquei insistindo, insistindo, insistindo, até ele então meu deu. No outro dia, eu saí de casa e pensei: “Rapaz, eu vou na boca, né, vou comprar.” (...) “Foi curiosidade, pra experimentar e foi também, né, pra ser o tal, pra ser o tal, igual aqueles caras, aqueles maloqueiros que eu conhecia, que eu achava massa, né? “Os cara são massa, eu quero ser assim...”</p>	<p>Auto-afirmação e reconhecimento das pessoas que o cercavam através da turma de “maloqueiros”.</p>	<p>A representação da rebeldia como forma de ser diferente, e para isso <i>pertencer a</i>.</p>	<p>Necessidade dos jovens de querer ser alguém estimulada pela imposição cultural de ser homem ser sinônimo de mostrar poder?</p>

## 4.2. HISTÓRIAS RE-ELABORADAS

Apresentaremos as histórias (histórias de 1 a 6) re-elaboradas a partir das histórias originais, e a história síntese (história 7).

### 4.2.1 HISTÓRIA 1: O menino que gostava de obedecer.

#### O MENINO QUE GOSTAVA DE OBEDECER

O menino foi criado numa comunidade em que as casinhas eram próximas e havia um grande espaço de lazer bem no meio delas, onde dava pra brincar bastante e de muitas coisas: de pipa, de bola-de-gude, de esconde-esconde, tampinha, futebol. Andava também com seus amigos no meio dos matos na redondeza, pegando passarinho e perseguindo as rãs, era uma danação só.

Quando o menino não estava no meio do mato aprontando, os pais dele ficavam observando-o brincar, de dentro de casa, e, por vezes, iam limitando suas reações: “*Menino, não pode cortar o rabo do gato, não! Já pra dentro! Eita menino virado!*” E lá vinha o pior castigo do mundo para o menino: não ir para a rua! Por um dia que fosse, era melhor tomar uma surra das brabas do que ficar olhando desconsoladamente da janela os moleques fazerem as diabruras sem ele. Mas o pai não tinha o costume de bater forte, só uns tapinhas, quando achava necessário, e o menino obedecia. Obedecia e tinha certa admiração àqueles castigos impostos principalmente pelo pai, que nem ele mesmo conseguia entender direito o porquê dessa admiração, mas era como se sentisse protegido diante daqueles castigos.

Tinha alguns amigos mais grudados com quem andou por toda a infância e até uns 13 ou 14 anos só andava realmente com eles. Aí a adolescência foi chegando e o menino apressado, já queria ser grande. Queria ser homem para os outros e também para as meninas, é claro. Mas com seus amigos de infância, e com aquelas brincadeiras de criança, de pegar passarinho e abrir rã pra ver o que tem dentro? Não. Ele suspeitava que esse não era o caminho, que não era assim que ia ganhar cartaz com a galera dos “maior”, como chamavam. Então resolveu começar a andar com eles para os mesmos lugares e fazer as mesmas coisas pra mostrar que era o tal.

A turma dos meninos grandes tinha um segredo – durante à noite saíam juntos e furavam o pneu de todos os carros de uma mesma rua, pra mostrar para as outras galeras que eram eles que tinham passado por ali, porém através de uma comunicação silenciosa, inclusive por uma questão de segurança dos membros. Mal o dia amanhecia e a confusão estava armada. Os moradores que eram donos dos carros que tiveram seus pneus furados, e até aqueles que não possuíam carro, estavam aglomerados no meio da rua a reclamar e, mais uma vez, o delegado da

região ouvia as lamentações e a revolta das pessoas. Mas, como sempre, não resultava em nada, pois ninguém tinha quaisquer provas contra a galera.

Seu irmão mais novo não participava desses “passeios” noturnos, por mais que pedisse: *“Me leva, me leva, por favor!”* E o menino sequer contava o que faziam para proteger o irmão de qualquer confusão. Mas, essa estratégia atrapalhou ao invés de ajudar no dia em que seu irmão resolveu ficar na rua até quase o dia amanhecer com a nova namoradinha. Depois de deixá-la em casa, passou desavisado logo após um daqueles episódios dos pneus ter ocorrido, dando de cara com os moradores furiosos diante do prejuízo e sedentos por encontrar finalmente um culpado.

Pronto, foi a gota d’água. Não precisou mais nada para o inocente quase pagar pelo que não fez, não fosse o menino aparecer e assumir toda culpa sozinho, pois não podia dedurar o resto da turma, até pra não apanhar feio, e nem podia deixar o irmão passar por aquilo. Não era justo. Além do mais, o que ia dizer para o seu pai? Que colocou o irmão um uma “roubada” e ainda por cima não resolveu? Ah, mais isso não era uma possibilidade nem de ser pensada!

O menino foi levado à delegacia e teve de inventar uma história que tentasse minimamente convencer o Delegado de que conseguira fazer todo aquele estrago sem a ajuda de ninguém. Mesmo sem acreditar muito naquelas histórias que mais pareciam devaneios de um pequeno grande homem, o Delegado aceitou porque achou bonito aquele respeito e lealdade do menino com o que acreditava que devia fazer.

Mesmo assim, para não deixar de cumprir com a lei e com o que era certo, e ainda porque devia uma satisfação à comunidade pelos prejuízos sofridos, o Delegado aceitou a “autoria solitária” e encaminhou o menino para trabalhar na única borracharia do bairro consertando os pneus gratuitamente para os donos dos carros daquela rua do dia do “flagrante” trocado. Porém, o dono da borracharia não aceitou e até hoje o menino não conseguiu cumprir com a sua missão e se sentir remido diante dos outros, o que causa nele certa indignação.

Atualmente o menino voltou a estudar direitinho e está jogando futebol profissional, treinando sete dias por semana. Ganha seus próprios trocados porque quer começar a ser dono do seu nariz.

#### 4.2.2 História 2: A mãe que entregou o menino.

##### A MÃE QUE ENTREGOU O MENINO

Era uma casa alegre, de uma família que vivia unida. Viajavam juntos e iam sempre para a casa de praia. Lá passou bons momentos da sua infância, brincando sossegadamente sob o olhar de proteção de sua avó amada. Até uns nove anos, ele era o caçula e tinha um pouco mais de privilégios nos afagos domésticos. Depois, sua mãe foi tendo mais filhos, e ele foi aos poucos perdendo seu lugar de dengo para os irmãos menores.

Desde que nasceu e à medida que foi aos poucos crescendo, o menino estava sempre no meio de todos da família, mas com os olhinhos constantemente em busca da visão premiada, de ver o pai. Aquele pai aspirado, do qual seus irmãos mais velhos falavam com tanto entusiasmo, que jogava futebol com eles, brincava de bola de gude e os levava para a praia. O pai, às vezes, vinha vê-los e às vezes telefonava, mas não o menino nunca pôde jogar bola com ele, receber o passe para um gol e em seguida ganhar um abraço bem apertado de reconhecimento afetivo. Era uma relação muito mais distante do que ele gostaria.

Sua mãe tinha um companheiro que estava sempre por perto e que era legal também, por isso o menino nunca entendeu porque ela estava sempre tão triste e com o olhar distante, pode-se dizer até ausente. Ela não fazia questão de tomar sorvete com o menino, e nem brigava quando ele, de tanto tomar o gelado, gripava. E olhando-a, à distância, brincava quietinho mesmo assim. Sua Avó percebia a falta que ele sentia da mãe e tentava animá-lo: “*Venha, meu netinho, vamos soltar pipa, vamos!*”. Certo dia, quando estavam na casa de praia, a pipa do menino, que tinha cerol na linha, cortou o varal da vizinha. Foi um Deus nos acuda. Umás roupas caíram no brejo e outras voaram a perder de vista naquele dia de grande ventania. A vizinha, uma senhora gorda e chata, ficou furiosa, e veio dedurá-lo à sua avó, que sempre o defendia de suas travessuras, e nesse dia, ela pediu apenas que ele se desculpasse à Senhora pelas roupas perdidas.

Em pouco tempo, já estava um rapaz. Bonito e inteligente. Tinha poucos amigos, mas que eram fiéis e juntos faziam muitas coisas para se divertir: iam ao shopping passear, surfavam em dias de maré alta, iam para os shows legais e também gostavam muito de ficar conversando no prédio onde ainda morava. Porém, o rapaz gostava mesmo quando virava o centro das atenções de todas aquelas meninas, bonitinhas e charmosas, ainda que para isso precisasse colocar toda a astúcia que aprendeu em prática - o que importava é que elas estavam todas ali, a seus pés e achando que ele era o máximo.

O rapaz não gostava quando seus irmãos tentavam fazer o mesmo e terminavam brigando entre si pelo insucesso das investidas. As meninas zoavam e riam, enaltecendo o rapaz, pois só ele conseguia que as aprontadas surtisserem efeito. Porém, ele, em proteção aos irmãos,

discordava e repreendia as garotas: “*Vocês não viram, mas meus irmãos são muito espertos, viu?!?*”.

A Avó, que achava que ele era quieto demais e precisava se entrosar com as pessoas da sua idade, organizou uma viagem de passeio à casa de praia com um grande grupo de colegas do neto. Dentro da casa e dos quartos, não tinha espaço para toda aquela gurizada dormir, pois eram muitos rapazes e moças. Então decidiram que todos iriam dormir espalhados no alpendre ao redor da velha casa. Estava frio naquele final de semana e não havia cobertores suficientes para todos. Achando pouco, o jovem resolveu pegar escondido alguns cobertores de outras pessoas para fazer o seu colchão fininho ficar mais confortável e pra ficar no quentinho. Achou também uma carteira e, num impulso, tirou algumas notas de dentro dela. Um garoto percebeu o movimento do rapaz, mas não lhe disse nada. Porém, em silêncio, o garoto foi ao quarto da mãe do rapaz e relatou o que estava acontecendo. Ela foi observar de perto para crer no que estava ouvindo e ficou tão chateada, mas tão chateada pelo filho estar fazendo aquilo, que se pôs a chorar. E ela chorava tão alto que todos acordaram e vieram ver o que estava acontecendo. Isso deixou o rapaz desconcertado, ver sua mãe chorando daquele jeito por sua causa foi bem doloroso.

No dia seguinte, quando os pais vieram buscar seus filhos, uma das garotas estava queimando em febre e bastante gripada por causa do grande sereno e frio que passou na noite anterior e o dono da carteira, todo agoniado, perguntava a todo mundo: “*Cadê o meu dinheiro que tava aqui? Cadê?*”. Antes que viessem reclamações de todos os lados, a mãe se antecipou, e relatou a verdade para os adultos presentes, que ao mesmo tempo resolveram repreender o rapaz de várias formas, com gritos e até com alguns beliscões. No começo ele, ficou sem entender porque a mãe contou tudo para os pais dos colegas, mas com o tempo foi percebendo que foi melhor assim, pois era melhor que eles soubessem a verdade por ela, do que por histórias aumentadas que cada filho depois contaria para seus pais. Além do que, o rapaz sabia que todas essas histórias iriam correr na escola.

Com medo de passar por aquilo de novo e receio de fazer a mãe sofrer, hoje o rapaz está distante das travessuras que fazia. Sente-se mais confortável quando está com sua família e hoje, uma grande novidade lhe enche de felicidade: seu filhinho acabara de nascer, belo e sereno como ele. E ele ainda diz à sua esposa: “*Vamos ter um time de futebol, né?*” A parturiente, ainda cansada do parto, balança a cabeça, sem querer interromper o sonho do amado, de tentar superar o futebol não jogado com o pai.

### 4.2.3 História 3: A menina que gostava de circo para estar com o pai.

#### A MENINHA QUE GOSTAVA DE CIRCO PARA ESTAR COM O PAI

Ela era uma menina caçula que adorava ir ao circo. Além de ver os palhaços e tudo bem de pertinho, amava mesmo era aquela exclusividade da atenção do pai, que com ela curtia cada momento numa felicidade sem fim – ela se sentia a sua mascote preferida. Ficavam num camarote e ela, sentada ao colo do pai, nem sentia medo dos leões. Comia maçã do amor, pipoca e amendoim, ria e batia palmas, mas de vez em quando lançava olhares sobre o pai como se quisesse ter certeza que era ele mesmo que estava ali. Era tão maravilhoso que mal podia acreditar.

Era uma infância deliciosa, repleta de passeios e brincadeiras divertidas. Ia para a fazenda com toda a família, passava muitos verões na casa de praia do tio e vivenciava cada minuto como se fosse o último, queria mesmo curtir a vida. Tinha muitos amiguinhos para brincar e gastar toda aquela energia.

Porém, a menina foi crescendo e as diversões acompanhadas do pai foram infelizmente se esvaindo: não tinha mais o passeio ao circo, nem às mágicas viagens à fazenda, e os Natais não eram mais os mesmos – cheios de presentes, aquele barulho e movimentação daquele monte de gente junto já não existiam mais. Presente até tinha, mas o burburinho parecia ter mudado de endereço. O pai não levava mais a menina com ele para todo lugar e passava boa parte do mês na fazenda, sem vir em casa, e ainda, quando chegava, se trancava no quarto e não queria ver ninguém. Parecia que ela tinha deixado de ser sua mascote.

A menina foi buscar esteio na mãe, que também se sentindo meio abandonada pelo pai, começou a dedicar a sua vida apenas aos filhos, e em especial, àquela menina tão magoada porque seu super-herói não era mais o mesmo. Parece que crescer foi começar a andar sozinha sem o pai ao seu lado. O apoio permanente da mãe foi acalentador, mas não diminuía o sofrimento de não ter mais o pai como companheiro das alegrias.

As brincadeiras e os amigos foram mudando; mudou também o colégio e agora a menina já era uma moça. Estudava agora num colégio grande, com alunos de todo lugar. Mudaram também as travessuras - agora eram traquinices de gente grande. Ela gostava mesmo era de liberdade. Aprendeu a beber e a fumar. Não aceitava as regras dos mais velhos, pois sentia que precisava curtir a vida para não ficar como sua mãe: dedicada aos outros e sem se divertir. A vida passava muito rápido e ela precisava experimentar todas as sensações e sentidos. Ficar em casa pra quê? O bom era ganhar o mundo...

A presença daquele pai agora não estava mais nas alegrias, nem nas conversas dentro de casa, era apenas para tentar impor algum controle das situações que percebia ao longe, e mesmo



estando distante de tudo, se sentia nesse direito. O pior é que o fazia com agressividade, com uma brutalidade que a moça não aceitava, simplesmente obedecia quando não tinha outro jeito.

Um dia sonhou que ainda estava no circo vendo os leões e palhaços, porém teve uma estranha sensação, e deu uma daquelas olhadas para trás, percebendo que estava no colo da mãe e que o pai era o leão que estava no picadeiro.

O pai tentou impor castigos às suas travessuras, que cada vez iam ficando mais graves. Porém a moça já sabia se virar sozinha e aquelas punições já não faziam a menor diferença, pois agora também sabia ser valente como o pai. Em um momento de descuido foi repreendida por adultos – policiais - que nada tinham a ver com a sua vida. Ficou revoltada porque eles quiseram lhe atribuir culpa, e ela assumiu e obedeceu somente para se livrar daqueles homens chatos. Porém, para isso, teve de ir ver de perto os menininhos e menininhas que nunca puderam ir ao circo, e pensou: *“Puxa que pena... Circo é tão massa!”* Se sentiu diferente deles, mas seguiu em frente.

Agora, cuida para que os homens não venham perturbá-la novamente, pois achou aquilo muito chato mesmo. Está vivendo com um pouco mais de cautela, mas a curtição não acabou. Continua tentando vivenciar os momentos como se a vida fosse acabar agora. Não quer olhar para frente, nem para trás: quer viver só por hoje.

#### 4.2.4. História 4: O menino que só queria ser olhado.

##### O MENINO QUE SÓ QUERIA SER OLHADO

O menino vivia numa família grande e animada, que estava freqüentemente se juntando para comemorar as datas importantes. Reuniam-se quase sempre ao redor da mesa para degustarem as guloseimas e quitutes feitos pelas mulheres da casa e pelo único cozinheiro, um de seus tios. E mais do que comer, falavam, falavam, falavam...

Ele era filho único e recebia da mãe todo paparico e denego possível. Quando tinha oito anos, a mãe teve filhas gêmeas, duas meninas lindas e serelepes, que passaram a dividir a atenção de todos, principalmente do seu pai. Um dia, no intuito de pedir um olhar mais cuidadoso do seu pai, o menino, todo bem disposto, se vestiu com sua fantasia de *batman* e foi “voar” pela janela do primeiro andar do apartamento onde moravam. Os resultados foram de muitos machucões da queda feia e da surra mais feia ainda que levou do pai pela peraltice. Mas era sempre assim... Chegou um tempo que ele tinha tanto medo daquele pai severo que nem sabia se o amava mesmo.

Quando estava com a família reunida, no meio daquele alvoroço todo e daquele monte de gente tagarela e comilona, o menino se sentia só. Parecia que aquele não era o seu lugar. Tinha uma estranha sensação de não pertencer àquela família – que a todo tempo fazia a questão de mostrar seus feitos e suas vitórias, de tentar provar que faziam de tudo o melhor. Porém o menino não se interessava pelas mesmas coisas que eles, e, portanto, parece que não tinha como mostrar seu valor, era essa a impressão que tinha. Assim, infelizmente, foi começando a achar que não tinha valor algum, que não era capaz de ser tão “bom” quanto eles.

Em uma das idas solitárias a pé para a escola, o menino conheceu um jovem homem, que era muito simpático, e estava precisando de ajuda para guardar algumas coisas do seu quintal. Então, o homem pediu ao menino o favor de ajudar e reconheceu a sua presteza, gratificando-lhe em seguida com um belo presente. E essas ajudas foram virando rotinas na sua vida com aquele seu novo amigo, como também as recompensas recebidas. O menino fazia questão de passar sempre por onde o homem estava, pois ele sentia que agora tinha importância para alguém, passando a ter um pouco mais de confiança em si mesmo.

O homem quase sempre o apresentava para novos amigos e amigas, sempre pessoas mais velhas, contando que ele era um menino muito legal, esperto e muito prestativo. O menino já estava ficando famoso na redondeza e parecia que não precisava mais do reconhecimento e da atenção daquela família que não o percebia: a cada vez lhe davam missões cada vez mais complicadas e que ele cumpria todas com afinco por uma questão de honra, pois foi ali que se sentiu aceito e se sentiu homem, mesmo sendo apenas um menino e mesmo que as missões não eram legalmente permitidas.

E assim foi se afastando da família, se afastando cada vez mais e quando se deu conta já tinha feito tantas doideiras por aquelas pessoas, que nem sequer eram seus parentes, que percebeu que tinha ido muito longe e que podia ser tarde demais. Bateu uma saudade da sua família e um desespero que não sabia o que fazer. A família soube da sua situação, e se puseram a procurá-lo, porém não encontraram o menino.

Essa saudade do menino foi tomando conta do corpo e da saúde dele. Ao adoecer só conseguia se lembrar daqueles tagarelas e comilões que podiam estar ali acalentando-o, e não estavam. Pediu ajuda àquele homem que ajudava e aos conhecidos que ele tinha lhe apresentado, porém só ouvia: *“Você não é danado? Agora se vire sozinho! Homem não adoce, não.”* Foi aí que resolveu de uma vez pedir socorro em casa, àquele pai ainda endurecido, mas que de braços abertos o acolheu e cuidou de suas enfermidades. O menino não viu mais aquele homem e parece que não quer mais fazer aquelas coisas que acha que não são legais. Quer apenas viver a vida junto dos seus e sem fazer mal a ninguém. E o principal, aprender amar e ser amado.

#### 4.2.5. História 5: A procura de proteção.

##### À PROCURA DE PROTEÇÃO

As lembranças boas de colégio e de infância do menino não chegam muito longe. Os amigos foram sempre mudando, tantas quantas foram as mudanças de cidade e, conseqüentemente, de escola. Ele hoje tem na memória mais de 15 colégios nos quais precisou estudar - cada um mais diferente que o outro. Seu pai era diplomata e precisava estar sempre mudando de endereço para manter e aprimorar sua carreira profissional. Foram grandes metrópoles do mundo e vilarejos desconhecidos e esquecidos no tempo e no espaço. O menino e sua mãe terminavam sendo meros e atordoados acompanhantes do grande diplomata.

E em meio a essa volubilidade, era a mãe que “segurava as pontas” dentro de casa (das casas). Era quem administrava tudo e fazia ou providenciava até aqueles “serviços de homem”: consertar o vaso sanitário e o problema elétrico do aquecedor, quando apresentavam defeitos. Apesar de ser filho único, o menino não tinha paparicos demais por parte da mãe, e do pai então, nem se fala. A sua referência de dengüices era mesmo a sua Avó, com quem passava boa parte do tempo quando a mãe não estava podendo dar atenção ao menino. Era a Avó que dava a mesada e os presentes bons. Era ela que levava para passear nos lugares legais e quem acalentava quando o menino estava com muitas saudades do pai – e que na verdade era quase sempre.

Para conseguir ter a atenção que queria, aceitou, a convite do pai e a contragosto da mãe, tentando por duas vezes iniciar os investimentos na carreira da diplomacia, mas mesmo assim, o pai estava sempre longe e nem percebia seus esforços, apesar de tê-lo incentivado no início. Quando não geograficamente, o pai estava longe mesmo em casa e longe nos pensamentos, nos quais, aliás, raramente estava o menino.

Houve fases em que o menino não tinha horário para voltar para casa ou para sair, ou até quando estava em casa muito tempo sozinho, fazia várias festinhas sem que ninguém ao sequer se desse conta da bagunça. A mãe estava sempre resolvendo coisas, correndo de um lado para outro, ou muito cansada para perceber. O menino chegou a encher a casa de colegas para mostrar os privilégios de um filho de diplomata e conseguir, através das posses apresentadas, angariar amigos mais rapidamente do que as suas mudanças de endereço atrapalhassem.

Outra forma que o menino encontrou para tentar arrastar a força um olhar direcionado do pai foi acompanhá-lo nas noites banhadas de uísque importado com todas aquelas autoridades convidadas para os jantares elegantes na sua casa. Todos bebiam demais, mas as garrafas escocesas eram praticamente uma vitrine infinita no barzinho doméstico que acompanhava todas as mudanças. Também fracassado nessa tentativa, o máximo que o menino conseguiu foi um coma alcoólico socorrido pela mãe ao amanhecer, repletamente ilustrado por

uma ladainha incansável de hipóteses de como ele poderia estar fazendo isso com a própria mãe: “Blá, blá, blá, blá...”. Depois de um tempo o menino compreendeu o nível de cobranças que seu pai fazia à sua mãe para manter tudo em ordem em sua “inevitável” ausência, e, com isso, pôde perceber melhor a origem das suas “ladainhas”.

O sonho de sua mãe era que ele fosse atrás dos seus dotes artísticos, pois achava o filho muito criativo, sensitivo e dinâmico – resguardadas as proporções de mãe. Ela tinha medo que o filho resolvesse seguir a mesma carreira do pai, pois sabia que se isso acontecesse, ia ficar ainda mais abandonada. Mas o menino nunca lhe deu ouvidos e ficava tentando impressionar o pai o tempo todo.

Em um daqueles longos jantares o menino descobriu que a compra permanente dos uísques caríssimos, de 12 ou 24 anos, eram uma rotina na vida daqueles convidados e que um dos principais fornecedores fora preso por importar ilegalmente produtos do mundo todo. Querendo melhorar seu círculo de amizades e ter mais dinheiro para fazer tudo o que quisesse sem dar nenhuma satisfação – o que já fazia antes, pois não dava satisfações à Avó da mesada que recebia, mas o dinheiro tinha um fim – o menino informou-se “devidamente” e teve uma idéia: fabricar e vender àqueles otários uísque importado falsificado e pelo mesmo preço do antigo fornecedor, com a mesma justificativa de ausência de nota fiscal para ficar mais barato para os clientes.

Ganhou muito dinheiro e esteve em todas as festas e curtições que poderia, mas chegou um momento em que mais bebia as porcarias que fabricava do que as vendia para os amigos de seu pai. A embriaguez começou a tornar-se uma companheira na sua solidão – era a sua válvula de escape, até o dia em que estava tão ébrio que resolveu gozar com a cara dos clientes em um dos jantares de seu pai, contando que no uísque falsificado tinha tão somente uma mistura de porcarias baratas. O pai ficou tão chocado que perdeu os sentidos, acordando em seguida com a imagem da esposa se desculpando às últimas pessoas que deixaram o grande jardim daquele belo casarão.

Então a família se reuniu para decidir o que fazer diante daquele vexame. Pouco tempo depois, o menino foi encaminhado para um tratamento onde havia muitas outras pessoas na mesma situação e então ele pôde perceber que era possível ficar bom tanto quanto os outros conseguiram e resolveu tentar se envolver com o que sabia fazer de melhor: criar. Fez vestibular para publicidade e já está estagiando em uma boa agência de propaganda, e o melhor, conseguiu sem a influência do pai. Hoje, pensa algumas vezes em ajudar outras pessoas, mas não sabe se consegue chegar tão perto de novo daquele sofrimento. Então tem tentado seguir sua vida junto com sua mãe que está sempre ao seu lado.

#### 4.2.6 História 6: Foi só um sonho ruim ...

##### FOI SÓ UM SONHO RUIM...

O menino estudava bastante e fazia esporte. Não era muito desobediente e adorava estar com os pais e com os irmãos, mas na hora de brincar e se divertir, era na casa da Avó que gostava mais de ficar. Às vezes, ficava durante todas as férias escolares para poder brincar com os coleguinhas que moravam perto da casa de sua Avó. Lá sim, tinha muitas coisas pra fazer, principalmente brincar de bola – em casa era chato e não havia meninos da sua idade, então o jeito nessas horas era brincar sozinho na garagem.

A casa de seus pais tinha um grande quintal e uma casa de cachorro onde morava Dinamite, nome que o menino mesmo escolheu para seu cão, porque o achava muito endiabrado quando era pequeno. O cãozinho foi crescendo e o menino resolveu adestrá-lo para participar de torneios. Aprendeu sozinho e, e assim, com muito esforço, conseguiu fazer de Dinamite um campeão dos torneios caninos, pena que seus pais nunca foram vê-los, o que, mesmo entendendo a correria de trabalho dos pais, o menino não aceitava e ficava triste todas as vezes que lembrava disso. Outra coisa muito desagradável que vem sempre à sua memória é que uma vez viu seu pai bater na sua mãe. O fato aparentemente nunca se repetiu, porém aquela dura imagem nunca saiu da sua cabeça.

Nas andanças por perto da casa de sua Avó, o menino e seus colegas aprontavam bastante, e exploravam os lugares. Certa vez, na sede de desvendar novas sensações, encontraram uma academia de box e de jiu-jitsu para jovens iniciantes. Eles se interessaram, e conforme o combinado, os garotos foram pedir aos pais, porém nenhum deles deixou, pois a tal academia não tinha uma boa reputação nas redondezas. Então, os meninos juntaram as mesadas e a grana de lanche no colégio e inscreveram-se escondido, com autorização falsificada dos pais. Todos estavam gostando - apesar de acharem que às vezes tinha pancadaria demais - porque quando saíam na rua, todo mundo olhava com medo para aquela turma de fortões e eles se sentiam os tais, respeitados por todo mundo.

Com o passar das aulas, o professor foi mostrando a razão daquela forma de ensinar: sair pelas áreas de outras academias e arrumar brigas tão feias, que o menino chegou até a tomar pontos na cabeça. Mas gostava de ficar lá principalmente porque seus pais nesta época estavam brigando demais – o que ele detestava presenciar - e conseguia sempre enrolar na resposta quando voltava para casa: tinha caído da escada, escorregado na piscina, ou qualquer outra desculpa esfarrapada. A única que percebia era a sua namorada e esta ele perdeu porque ela não concordava com aquelas brigas – achava tudo aquilo sem nenhum sentido. E por isso o menino a perdeu para sempre, mas nunca a esqueceu, pois gostava muito dela.

Seus pais se separaram ao mesmo tempo em que as brigas de rua foram piorando, até que certo dia seu pai, com quem estava morando, recebeu uma intimação para comparecer à Delegacia, sob a acusação do filho ter espancado juntamente com outros meninos uma menina de 9 anos, porque ela teria xingado a turma de bestões de luva. O pai foi, resolveu tudo e quando chegou em casa, onde o menino estava esperando pelo menos um castigo pesado, o pai sentou-se ao seu lado e se pôs a conversar e dar conselhos.

O menino ficou meio sem entender aquele episódio e aos poucos, e por conta própria, foi se afastando da academia. Atualmente sua mãe voltou para casa e tudo está em paz novamente. O menino voltou a estudar e não quer mais se envolver em confusão e até já pensou em procurar a ex-namorada novamente.

### 4.3. História Síntese: Um jovem, seus iguais e seus diferentes.

A seguir, a história re-elaborada a partir dos relatos dos seis jovens entrevistados.

#### UM JOVEM, SEUS IGUAIS E SEUS DIFERENTES

Nascido em 1980, o jovem se sentia forte naquele dia, pois estava completando seus 18 anos. Era a única representação que precisava para se sentir homem, aliás, mais homem. A mãe queria ajuda do mais novo quase adulto para o eletrodoméstico enguiçado, mas o pai logo o liberava<sup>1</sup>: *“Deixe o menino, hoje é seu aniversário... Ele terminou o segundo grau direitinho e vai ganhar um belo presente!”*.

O pequeno homem não se agüentava de ansiedade e o coração dele quase parou ao ver um carro na garagem e a chave brilhando na mão de seu pai - mal agradeceu e foi voando para mostrar aos amigos<sup>2</sup>. Com o passar do tempo, aquele presente começou a ficar caro porque o jovem passeava demais e o dinheiro para o combustível nunca era suficiente. Mostrar o que tem para poder ser alguém reconhecido socialmente era um sonho que o pai – que teve uma juventude de poucas posses - realizou através do filho<sup>3</sup>, mas o preço era tão alto, quanto à preocupação e prejuízo que nem sabia mais se havia valido a pena. Ele chegava em casa tão tarde que às vezes nem via o filho, via somente o bilhete: *“Meu pai, deixe dinheiro na minha cabeceira antes de sair.”* Mas o que dizer agora? O que os outros iam dizer se tomasse o presente? Afinal de contas todos os amigos iguais a ele também “tinham” um carro (comprado pelos pais). Talvez parecesse que ele não tinha palavra. Ou não, talvez parecesse permissivo. Enfim, não sabia bem o que fazer, e o tempo foi passando sem muitas mudanças...

Sua mãe estava viajando a trabalho, quando sua avó começou a sentir fortes dores no peito e o jovem não conseguia falar com o pai, nem com ninguém e, além disso, não sabia em que hospital o plano de saúde poderia ser aceito. Também não se sentia à vontade com os vizinhos para pedir ajuda<sup>4</sup>. Então resolveu colocar a avó dentro do carro e ir atrás de socorro de hospital em hospital. Com a demora do atendimento, a situação da velha senhora não ficou confortável – teve graves seqüelas do derrame e precisava de pessoas que a ajudasse permanentemente com os cuidados diários de alimentação, higiene e tudo mais. Porém, ela não aceitava ajuda de pessoas desconhecidas e a família teve de se revezar para não deixarem a anciã sozinha.

Mas isso era praticamente um trabalho para o jovem, e dos mais chatos; estava acostumado com o benefício do ócio - obtido pela condição social de sua família, pois possivelmente se pobre fosse, ao invés de tolerância à fase da vida, sua “desocupação” seria vista como uma ameaça<sup>5</sup>. Então ele não cumpria como era combinado com a família, e os amigos apoiavam: *“Ah, deviam colocar sua avó em um hospital. Isso sim.”*. Queria ir pra rua curtir a sua juventude. Afinal de contas, ser jovem não era isso?<sup>6</sup>



Com os cuidados da sua mãe voltados para sua avó e os horários tardios que seu pai chegava em casa, o jovem foi ficando cada vez mais livre e distante, às vezes até mais livre do que queria<sup>7</sup>. Os gastos do tratamento eram altos e o dinheiro dos pais para suas farras foi diminuindo. Mas logo o jovem deu um jeito, pois os shows, os passeios ao shopping e às idas aos bares não podiam ser prejudicados. Como não trabalhava, começou vendendo coisas de casa às escondidas, que ninguém usava, e depois vendendo coisas maiores, da sua casa e da dos outros, todas as vezes que conseguia pegar sem ninguém perceber<sup>8</sup>.

Mesmo com pequenas desconfianças, sua mãe não tinha muito tempo para investigações e, quando se deu conta, já foi com a polícia batendo na porta pela denúncia de um vizinho que teve uma bicicleta roubada do playground. Que vergonha! Agora o prédio todo ia saber. Para uma sociedade que reconhece primordialmente o que aparenta *ser-ter* e que se apóia de portas fechadas em moralismos, isso não é pouca coisa. Porque seu filho era diferente dos outros jovens das famílias das suas amigas, que, aparentemente, não causavam problemas às suas mães? Não podia ter seguido com a vida, ido se formar, estar construindo a futura vida profissional? Mas não, estava ali, mais uma vez dando dor de cabeça para quem já tinha tantos problemas... Esse era o seu olhar e de onde estava talvez não pudesse ter outro óculos.

O garoto já era maior de idade e foi preso. A família se esforçou e pagou bons advogados, conseguindo livrar o jovem por ser réu primário, ter residência fixa e boas referências. O Juiz aplicou-lhe a pena de fornecimento de cestas básicas durante um ano para uma instituição de caridade. O jovem achava que os pais tinham obrigação de ajudá-lo, até porque entendia que não tinha feito nada de tão grave assim – era uma vontade quase sentida como um direito à impunidade<sup>9</sup>. Porém, infelizmente, pouco tempo depois o jovem estava a fazer tudo novamente, agora acompanhado do grupo de amigos<sup>10</sup> e realizando até assaltos à mão armada. Ele foi descoberto porque o pai estava em um posto de gasolina quando ocorreu um dos assaltos. Naquele momento de tensão, ele o filho silenciosamente se reconheceram.

O filho ficou três dias sem aparecer em casa. Quando resolveu voltar, o pai o estava esperando e foi dando logo o ultimato: “*Ou você vai para um tratamento terapêutico bem longe daqui ou não mora mais nesta casa.*” A mãe chorava e dizia para o filho aceitar, pois era melhor para ele e para todos<sup>11</sup>. O jovem resistiu, mas terminou aceitando, pois nem agüentava mais a vida que levava e sentia saudade de ter a proteção e o carinho da sua família. O tratamento dele ainda não terminou e atualmente o jovem está lutando para vencer seus costumes e vícios. Morre de medo de ceder a tudo novamente e perder a sua família de uma vez. E a família já está tão cansada que não sabe se agüentaria outra maratona semelhante, pois era grande a pressão das pessoas e da mídia, no sentido de culpar os pais por não terem educado/evitado que o filho fosse um “playboi marginalzinho”<sup>12</sup>.

#### 4.5 APONTAMENTOS ARTICULATÓRIOS

Para iniciarmos a busca de articulações entre os seis casos pesquisados e os contextos sócio-históricos em que os jovens estão inseridos, utilizaremos a base teórica proposta por Rosseti-Ferreira, Amorim, Silva e Carvalho (2004), por representar um encontro privilegiado entre a sociologia e a psicologia, encontro este tão presente em nossas intenções de pesquisa. Esta base pode ser visualizada nos significados que vão sendo (re) construídos ao longo da história de vida de cada um, sendo as histórias em si resultado de complexas inter-relações presentes, vivenciadas e em curso, nos vários níveis e dimensões humanas.

Pensar através de uma interação incessante entre os vários níveis de expressão e de ação dos fenômenos significa aceitar a complexidade como condição do processo investigativo e de análise, pois fazem parte elementos de ordem pessoal, contextual, sócio-cultural e relacional, que são atravessados pela cultura, pela ideologia e pelas relações de poder, isto é, pelo que foi denominado como matriz sócio-histórica. (Rosseti-Ferreira, Amorim, Silva e Carvalho, 2004, p. 17). Essas autoras levam em conta a superação da polaridade biológico/natural e social, universalidade e singularidade, permanência e ruptura, dentre outras, partindo da premissa de aceitação da condição do conflito, da contradição, da dúvida como inerentes ao processo de desenvolvimento. Isto não significa cair no relativismo, pois a idéia de circunscrição ou circunscritores se apresenta enquanto configurações que demarcam certas possibilidades e limites. Desta forma, as questões pessoais, contextuais (sócio-histórica) e relacionais funcionam como elementos circunscritores das tais possibilidades e limites, porém de forma não passiva pelos indivíduos, e sim negociada a cada momento, o que pode servir como embasamento para a noção da palavra escolha.

Esta forma de perceber a constituição da pessoa, através das redes de relações, situadas sócio-historicamente, dentre outros elementos, vai em direção contrária à tradição da modernidade que concebe o indivíduo a partir dele mesmo e, conseqüentemente, opondo-se ao distanciamento entre sujeito e objeto tão presente na ciência moderna. (FIGUEIREDO; JÚNIOR, 2004).

Assim, podemos apontar de modo articulado, conforme o evidenciado na história acima relatada:

## **1. ... o pai logo o liberava...**

As composições familiares são diversificadas nas histórias dos entrevistados – há as nucleares, monoparentais e ampliadas. Porém, o que pareceu influenciar diretamente na concepção de criminalidade dos jovens foi a indefinição, e possível incoerência, no exercício da autoridade em cinco dos seis casos.

A dinâmica familiar pode ser vista como resultado de vulnerabilidades (ARRIAGADA, 2001) que interferem no seio familiar, reproduzindo relações sociais, - e não como problemas e vulnerabilidades nascendo de dentro para fora do lar – situações essas a que as famílias estão submetidas, como é o caso da des/construção do que se entende por autoridade.

Horkheimer (2002) já apontara para a possível produção pelo patriarcalismo de figuras neuróticas e ao mesmo tempo produtoras de ordem, e para o papel da autoridade (e não do autoritarismo) como possível dispositivo regulador da família e das relações sociais. Estas questões podem ser consideradas como o campo psico-social para a criminalidade juvenil.

Estamos pressupondo que a ordem familiar existente anteriormente foi sendo substituída por uma atual “des/ordem” (ROUDINESCO, 2003), onde a autoridade da casa foi sendo segmentada e substituída por instituições externas a ela, como o Estado. Para a autora, há um cemitério das referências patriarcais, das figuras de autoridade, como o exército e a escola, donde restaria apenas a família, em uma sociedade que condena o ser humano à horizontalidade de uma economia de mercado, onde somos todos iguais e não somos ninguém. Mas se são as diferenciações que nos fazem ser alguém, como sentir-se vivo? Como é possível sentir-se importante e único? Sentir-se aceito pelas diferenças e admirado pelas capacidades? Para ela, a família aparece como a única capaz de assumir o conflito e favorecer a emergência de uma nova ordem simbólica, sem a qual ocorreria a anomia social, pois ela se estrutura pela diferença entre os sexos e as gerações. A presença destas diferenças é que seria a articuladora da ordem social.

A rejeição pontuada pela autora ao conceito de figuras de autoridade está ligada, conforme Sennett (2001), ao fim do antigo regime monarca, onde na Europa a herança deixada pela Revolução Francesa foi a crença de que a autoridade não pode estar ligada à legitimidade e sim à razão, causando uma cisão entre as duas – autoridade e legitimidade, à medida que o poder da monarquia poderia ser destruído através da

desmoralização de sua legitimidade, e à incitação das massas do desejo de liberdade. “(..) a aura de autoridade do rei, enquanto houvesse um rei, inibia os revolucionários, na mudança das estruturas fundamentais da sociedade”. (SENNETT, 2001, p. 60).

Porém, a passagem do Brasil para a modernidade ocorreu em um momento descompassado com os países europeus. A construção da democracia e formação do estado-nação teria acarretado uma ruptura na forma patriarcal de autoridade, sem esta estar sendo substituída, dentro do seio familiar, entendido como pertencendo à pós-modernidade, fazendo conviver juntos, até os dias atuais, o tradicional e o moderno:

Como todas as transições são simultaneamente semi-cegas e semi-invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação. Por esta razão, lhe tem sido dado o nome inadequado de pós-modernidade. Mas, à falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação. (SANTOS, 2006, p. 77).

A modernidade não foi efetivada realmente no Brasil, como (o deveria) na Europa.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. (HOLANDA, 1995, p. 160).

Porém, a democracia foi absorvida juntamente com as nossas raízes familiaristas:

Aqui, e Schwarz é exímio nestas revelações, as idéias da modernidade entram no repertório da elite como ornamento – o que já fora percebido por Sérgio Buarque de Holanda - e, pior, como consagração dissimulada daquilo mesmo que a modernidade combate: a elitização, o regime personalizado e personalizante das relações particulares, dos negócios entre amigos – as negociatas – da proteção aos parentes e afilhados, dos favores e jeitinhos. (FIGUEIREDO, 1995, p. 51).

Está presente no pós-modernismo a contradição entre a eficiência racional, na lógica da produção, e o desejo de satisfação pessoal, flexível, permissiva e contraditoriamente utópica por vezes. Compõe ainda o fenômeno da pós-modernidade e da globalização, a presença da desestabilização, da flexibilização das relações, contundentes quando se tratam de relações de trabalho, como lucidamente tratam

Antunes (1995) na sua obra *Adeus ao Trabalho?* e Druck (1999) em *Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico*.

Mesmo cientes das controvérsias quanto a ter havido ou não o que se convencionou chamar de modernidade e pós-modernidade no Brasil, a ausência de um delineamento de como estas questões foram construídas ao longo da história brasileira não significa que não pesem sobre as formas (ideológicas) de socialização das sociedades e das juventudes contemporâneas.

Se a passagem para a modernidade na Europa foi marcada pelas lutas da burguesia, pelo fim do império, entendida sob lemas contraditórios e inexecutáveis, por serem antes de tudo incompatíveis entre si – liberdade, igualdade e fraternidade, na França - o que ocorreu no caso brasileiro, em que do patriarcalismo ter-se-ia passado quase que diretamente à pós-modernidade? De uma forte autoridade familiar, incentivou-se a sua ausência? A crítica moderna ao modelo patriarcal e autoritário de família fez com que a obediência fosse exigida por meio do uso da razão (HORKHEIMER, 2002). A educação contemporânea doméstica, ao negociar a obediência do filho, ilustra tal consequência.

## **2. ... mostrar aos amigos ...**

O crescimento do jovem, principalmente masculino, aparece associado a ter e/ou exibir poder. Trata-se de uma necessidade de reconhecimento dos jovens de querer ser alguém estimulada pela imposição cultural de ser homem como sinônimo de ter e mostrar poder pautados em uma sociedade da aparência e do simulacro, onde ser significa mostrar-ser. Nos estudos de Andrade (2007) sobre gangues e galeras no Distrito Federal, a honra e a reputação aparecem como pedras fundamentais:

O processo de estruturação do imaginário que está por trás da dinâmica de formação e identificação dos jovens com as gangues é acompanhado da adoção de um estilo de masculinidade, expresso através da afirmação e demonstração de coragem, valentia, força e virilidade. (ANDRADE, 2007, p. 244).

Andrade (2007) menciona ainda a *fome de pai*, que decorreria da ausência de uma figura masculina forte no lar, onde os jovens buscariam na rua a substituição deste modelo.

O androcentrismo parece repercutir de modos diferenciados na vida das jovens e dos jovens, em virtude de tipos singulares de afirmação social da masculinidade e do feminino, na exigência de certas formas socialmente postas e ainda na maneira de efetua-la. A criminalidade feminina aparece nos trabalhos de Santa Rita (2007) enquanto predominantemente periférica, cuja participação se dá de forma secundária e subordinada ao homem – porém não menos violentas, até pela competição com os homens. Andrade (2007) ressalta, a partir dos relatos dos entrevistados, que as jovens “são destemidas e quando decidem assaltar são piores que os jovens”, e mesmo assim, “os jovens não ousam agredi-las fisicamente”. (ANDRADE, 2007, p. 176).

É um ponto comum nos estudos sobre juventude (TAKEUTI, 2002, p. 286; ALCÂNTARA, 2007, p. 68) que o grupo de co-etanos na contemporaneidade passa a ser o centro de apoio, de afirmação e de segurança ao lado da família. Esses grupos e suas linguagens se colocam de uma maneira ligada ao pertencimento e à sobrevivência diante do mundo externo, levando os jovens a aceitar e valorizar o que é evidenciado como condição ou imposto como ética interna aos grupos. Tal condição de pertencimento muitas vezes impede a percepção atenta das conseqüências de atos que aparecem distantes no tempo e no espaço.

### **3. ... era um sonho que o pai – que teve uma juventude de poucas posses - realizou através do filho...**

Sendo a juventude um termo do qual derivam conotações sócio-históricas, Kehl (2004) nos remete à valorização dada à juventude. Ela foi considerada uma nova e importante fatia do mercado consumidor, principalmente ao considerarmos a imposição do *marketing* capitalista de que ser jovem tem de ser o objetivo obsessivo de todas as faixas etárias. A força desse poderoso instrumento ideológico que é o *marketing* tem impulsionado a sociedade à banalização da experiência – o que importa é o ser/ter hoje e a qualquer preço: “Por um lado, a associação entre juventude e consumo favoreceu o florescimento de uma cultura adolescente hedonista” (KEHL, 2004, p. 93). Estas regras estão ofertadas não somente para as classes médias e altas, mas para todas as classes, muitas vezes exposta de forma violenta pelos “excluídos das possibilidades de consumo”, como propõe a autora.

Os valores arraigados na sociedade pelo capitalismo, e que foram associados inclusive à teoria da seleção natural e evolução das espécies proposta por Charles

Darwin, são transmitidos de geração para geração, baseados na propriedade privada, na liberdade de mercado e no “livre” trabalho assalariado. A promessa de realização da liberdade individual trazida no século XIX, conforme Sennett (2001), ampliou-se para a economia e fez com que as pessoas começassem a se sentir responsáveis pessoalmente pelo seu sucesso ou fracasso – na luta pela vida, esta era uma questão de força pessoal. Nesse panorama, vale recordar as críticas de Foucault (1978) em *História da Loucura*: “(...) o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo (...)” (FOUCAULT, 1978, p.78).

Valores como solidariedade e cooperação foram menosprezados e esquecidos na sociedade do consumo. Impressiona, assim, “(...) o destaque dado à solidariedade, referido por mais da metade dos respondentes (...)” (SINGER, 2005, p. 33), na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, aplicada em 20,1% da população jovem do Brasil, entre 15 e 24 anos. Responder que solidariedade é o valor mais importante para uma sociedade ideal não significa necessariamente agir de maneira solidária cotidianamente, porém evidencia que a juventude tem potencial para contribuir para a transformação societária, potencial este que depende diretamente da forma como as políticas públicas são conduzidas em uma nação.

Segundo a mesma pesquisa (SINGER, 2005), 57% dos jovens entrevistados acha que pode mudar muito o mundo, o que somado aos 27% àqueles que acredita que podem mudar um pouco o mundo, reforçam mais ainda o potencial supracitado de futuros melhores. No entanto, as políticas sociais brasileiras voltadas para a infância e para a juventude giraram sempre “em torno de uma concepção segregadora” (ROSA; JÚNIOR; RANGEL, 2007), principalmente no sentido de que devem ser utilizadas apenas pelas classes baixas, apesar de se caracterizarem como políticas universalistas.

Retomando ao desejo do pai se realizar pelo filho, de não vê-lo passar pelas mesmas dificuldades pelas quais passou, percebe-se que muitas vezes são colocadas em prática expectativas que não são as do jovem. Além disso, em uma sociedade de consumo, não perceber a importância do trabalho e o valor que cada mercadoria tem guardada em si, do trabalho latente que está presente nela, pode ser tão prejudicial à formação do jovem quanto a falta de acesso a muitos bens de consumo.

#### **4. ... não se sentia à vontade com os vizinhos para pedir ajuda...**

Rabinovich e Almeida (2001) sugeriram a denominação de um modo de vida coletivista em oposição a modos de vida privatista ou individualista, a partir de pesquisa realizada na Vida Madalena, na capital de São Paulo e no interior do Piauí. A maioria das famílias pesquisadas morava em casas com parentes situadas em um mesmo terreno e caracterizadas por composições familiares consideradas ampliadas, com a presença em geral da avó, ou extensas, com várias gerações habitando um mesmo teto.

Ao contrário, no caso das classes médias e altas urbanas brasileiras, não é comum ter intimidade com os vizinhos de um grande condomínio. Considerando ainda a deficiente oferta brasileira dos serviços públicos de saúde e de educação, é possível que formas de moradia mais coletivistas permitam um tipo de solidariedade, mesmo que utilitarista, da vizinhança e da comunidade para o socorro de questões que poderiam ser entendidas como privadas. Para Sarti (2005):

A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentáculos básicos. (SARTI, 2005, p. 70).

Rabinovich e Bastos (2007), assim como Fonseca (2004), reforçam a compreensão da organização societária familiar brasileira como uma rede de parentesco, de sangue e/ou compadrio, seja através de responsabilidades (SARTI, 2005) seja pelo intercâmbio de crianças (FONSECA, 2005) seja por injunções sócio-históricas-contextuais (RABINOVICH; BASTOS, 2007). Estas últimas autoras supõem haver uma matriz identitária brasileira em que a origem indígena e africana, de caráter eminentemente coletivista, continuaria ainda operando por meio principalmente das mulheres, através dos cuidados à casa e às crianças.

Caberiam estudos para que pudéssemos fazer afirmações sobre a atualidade da vida das classes médias e altas, porém parece que aquelas famílias que têm acesso a planos de saúde de maior lastro e que moram em condomínios fechados não buscam geralmente a ajuda do vizinho para o socorro. Um bom exemplo dessa proteção silenciosa são os dados considerados mascarados de violência doméstica, por serem as



classes mais populares as que mais são denunciadas pela própria família e por terceiros. (GUERRA, 1998, p. 46)

Dessas suposições, decorre outra bastante relevante: este tipo de isolamento associado a certos modos de moradia deve ajudar a dificultar a percepção da alteridade, da necessidade e da importância do outro, pois aparentemente o outro não é necessário. Isto poderá estar contribuindo mais ainda com o que Andrade (2007) denomina *identidade contrastiva*, onde o discurso dos jovens de classes baixas do Distrito Federal está pautado “no sentimento de ser o *outro*, o diferente, de ocupar uma posição secundária na sociedade” (ANDRADE, 2007, p. 76). Neste caso, o *outro* significa a indiferença ante “o outro diferente”.

Por outro lado, mais uma diferenciação aparece nas nossas reflexões: possivelmente as classes médias e altas consigam fazer mais pelos seus jovens, tendo mais possibilidades de efetivar os direitos no campo penal, em função da questão financeira, e dela decorrendo capitais singulares e indiretos, como maior acesso à informação e acesso a uma rede de pessoas que podem contribuir com a proteção dos direitos do jovem, sendo esta rede de pessoas muitas vezes utilizada como influências ilícitas na direção da impunidade. Têm um “capital social/ cultural” de maior alcance: mais dinheiro, conhecer mais pessoas influentes, que podem ajudar, ter mais acesso a todo tipo de informações. A este respeito acrescenta Oliveira (2008, p. 138): “(...) não podemos eludir as radicais diferenças de possibilidades e recursos que, no final das contas, traduzem-se na disparidade dos resultados conquistados.”

Devemos também levar em consideração a existência de um brincar diferenciado atualmente, inclusive no sentido da forma de utilização dos sentidos. A imposição de um lazer mais protegido e com vivências da casa e da rua postas de maneira modificada para os jovens de hoje, pode ser mais um aspecto delineador das características atuais das juventudes. É possível ainda que os sons e as imagens disponíveis atualmente também privem o desenvolvimento humano pelo fato da privação de vivências sensoriais mais compartilhadas e do prazer das descobertas: tudo brilha, mexe e pisca sozinho. Esta parafernália “tecnizante” favorece o isolamento das pessoas, e do jovem principalmente devido ao seu momento de vida em que há a necessidade de inserção social.

É importante também recordar a necessidade de transgressão como afirmação de vida, vontade de viver e afirmação de si próprio (WINNICOTT, 2005), e ainda da ausência de guerras no Brasil como forma de liberar níveis e nichos de agressividade.

Para Winnicott (2005), a guerra funcionou como um modo de lidar com o conflito entre gerações, eliminando parte dos adversários, principalmente os jovens. Propõe que as guerras entre bandos são substitutos da ausência da guerra como tal. Se atentarmos que o número de jovens assassinados no país ultrapassa o de mortos em países com guerras, podemos supor ser este um modo de lidar com a possível ameaça por eles representada.

Todos estes aspectos delineados podem estar presentes nas trajetórias de des/continuidade no envolvimento com o crime.

##### **5. ... se pobre fosse, ao invés de tolerância à fase da vida, sua “desocupação” seria vista como uma ameaça ...**

Na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* (ABRAMO; BRANCO, 2005), quando perguntados sobre as melhores coisas de ser jovem, a síntese dos resultados aponta que 45% dos entrevistados considerou *não ter preocupações e responsabilidades* e 40% respondeu que *é aproveitar a vida/viver com alegria*.

Oliveira se refere a “um gozo despreocupado da juventude” (2008, p. 96,) como parte do conceito contemporâneo de adolescência, em que haveria uma moratória social para possibilitar a sua formação e educação. Esta fase atualmente remete a um tipo de alargamento do tempo de morar com os pais, de maior dedicação aos estudos, visando uma melhor condição de inserção no mercado de trabalho dinâmico, competitivo e restrito dos nossos dias – o que ocorre de forma diferenciada entre as classes sociais (POCHMANN, 2004).

Oliveira (2008) traz uma importante citação de E. M. da Silva, no estudo sobre as brigas juvenis no contexto de lazer quanto à diferenciação do que poderia ser chamado de ócio juvenil:

(...) ao jovem oriundo das camadas populares, a sociedade reservou o papel de trabalhador e, a partir desse momento, qualquer indício de rebeldia, transgressão, ainda que circunscrita a um contexto determinado, como lazer, por exemplo, será normalmente tratado como tendência à delinquência e criminalidade. (SILVA, 2003 apud OLIVEIRA, 2008, p. 139).

Assim, o que é esperado e desejado para um grupo de jovens, torna-se sinal de distúrbio social para outro grupo da mesma faixa etária.

## **6. Quería ir pra rua curtir a sua juventude. Afinal de contas, ser jovem não é isso?...**

“(...) Nada tinha contra a família, apenas não tinha mais tempo para ela. Quería rua, vida direto na veia (...)” (FIÚZA, 2008, p. 22).

Para os jovens entrevistados no presente trabalho, a identificação com a rua parece ser muito maior do que com a casa, não necessariamente como fuga de situações indesejadas no convívio familiar, mas como possuidora de um poder no imaginário dos jovens, com o qual nem sempre os responsáveis legais conseguem lidar. A rua admite formas de socialização e identificação com outros jovens que não são vivenciadas em casa – é uma das formas de afirmação de um estar no mundo.

Magnani e Souza (2007) ampliam o conceito de rua para as categorias de circuitos, trajetos, manchas e pedaços, e explicita-os como “(...) formas de se expor, estabelecer laços, marcar diferenças, fazer escolhas, colocar-se, enfim, na paisagem urbana diante dos outros e em relação a eles.” (p. 253). Ainda em Magnani (2003):

Foi então que surgiu essa noção de pedaço, uma idéia nativa, mas que terminou se transformando numa categoria mais geral na medida em que permitiu discutir e se integrar em outros esquemas conceituais. Em diálogo com a conhecida dicotomia "rua versus casa" de Roberto Da Matta (1979), essa noção revelou um outro domínio de relações: enquanto a casa é o domínio dos parentes e a rua, o dos estranhos, o pedaço evidencia outro plano, o dos "chegados" que, entre a casa e a rua, instaura um espaço de sociabilidade de outra ordem. Assim se desvelou um campo de interação em que as pessoas se encontram, criam novos laços, tratam das diferenças, alimentam, em suma, redes de sociabilidade numa paisagem aparentemente desprovida de sentido ou lida apenas na chave da pobreza ou exclusão. (MAGNANI, 2003, p. 04).

A rua apareceu, portanto, como o lócus de um sentido de vida coletiva e, em certo sentido, de participação, ausentes de uma “sociedade do controle” individualista.

## **7. ... às vezes até mais livre do que queria...**

Cinco dos seis entrevistados da presente pesquisa apontaram a importância dos limites na educação parental – tanto aqueles que consideram que os tiveram em casa, quanto os jovens cujo entendimento era a necessidade de mais limites do que os que

foram colocados pelos pais, e ainda o entrevistado detentor de um limite imposto por rigidez excessiva e percebida como violenta.

Talvez o alongamento da juventude, o seu endeusamento pelas outras gerações, mudanças na configuração da família (exemplo como o enfraquecimento da autoridade paterna, maior ausência da mulher no lar pela inserção no mercado de trabalho, diminuição considerável do número de filhos, dentre outros), além dos valores de consumo - onde o jovem é “célula” consumidora - e da individualidade trazidos pela modernidade, tenham composto um quadro de poucos limites para o que se convencionalmente chamamos de juventudes (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005).

Não se pode deixar de fazer o contraponto com o primeiro item destes apontamentos, que trata da questão da dificuldade do uso da autoridade – mesmo sendo uma coisa reconhecidamente como necessária, a contemporaneidade tem apontado inúmeros obstáculos no seu exercício.

#### **8. ... conseguia pegar sem ninguém perceber...**

A impossibilidade de perceber o outro foi acentuada com o ideário humanista que favoreceu o individualismo. Este resultou, após vários encadeamentos, nas idéias pós-modernistas que pareceram surgir na década de 70 no cenário artístico e intelectual. São caracterizadas pela continuação das idéias hedonistas e individualistas e entendida como prolongamento da modernidade, contudo tendo a mais o narcisismo como a presença marcante da indiferença, o que Lipovetsky (2005) chama de reinado indiferente da igualdade. Está distante da eloquência dos vanguardistas no seu ódio à tradição, onde, na verdade “(...) é liberado da culpabilidade moral (...)” (LIPOVETSKY, 2005, p. 85). Trata-se, segundo Lipovetsky, de um individualismo pautado nos desejos de si mesmo sem querer fazer uma contraposição a qualquer coisa, costumes ou ideologias:

(...) deixou de existir a tensão entre os artistas inovadores e o público porque ninguém mais defende a ordem e a tradição, havendo uma democratização do hedonismo destituída de indignação, cuja “realização definitiva do indivíduo coincide com a sua dessubstancialização, trazendo uma (...) inclinação à angústia e à ansiedade. (LIPOVETSKY, 2005, p. 86).

É uma sociedade dotada, pelo menos no nível do discurso, do poder da escolha, da convivência das diferenças, mesmo que esta “escolha” seja, não por acaso, a de ser igual

a todos os outros consumidores, e, portanto, mais igual do que desejadamente diferente. O neonarcisismo é marcado pela convivência “pacífica”, em certos aspectos, hipócrita, de lados antes opostos. É o “(...) tempo em que as oposições rígidas se esfumam, em que as preponderâncias se tornam fluidas (...)”. (LIPOVETSKY, 2005, p. 60). Aqui pode-se encontrar o motivo da distância entre a resposta dos jovens em achar que a solidariedade é o valor mais importante (SINGER, 2005) das ações concretas da vida cotidiana.

A força desse individualismo parece se tornar mais complacente ante as desigualdades sociais do que ante as proibições que se referem à esfera da vida privada. Neste panorama, quais são os valores das famílias brasileiras e quais espelhos a atual conjuntura de inúmeras carências ético-políticas positivas reflete para os indivíduos que estão em processo de formação de sua personalidade?

Para Figueiredo e Júnior (2004), nós não percebemos que o outro garante a nossa existência, e que é através dele que a nossa interpretação adquire significado. O outro pré-existe a mim e me excede. Devo a ele porque só sou através dele. A constituição do que eu sou é dependente do outro, “(...) aquilo que não sendo eu faz com que eu possa a vir a ser o que sou (...)” (FIGUEIREDO; JÚNIOR, 2004, p.18). A intersubjetividade é uma situação em que os sujeitos formam um campo comum, ou um nós, ou daquilo que é vivido ao mesmo tempo por várias mentes, porém cada uma com sua constituição própria, que é antes de tudo coletiva.

As distâncias entre o eu e o outro e entre consciência e mundo, evidenciada pelo pensamento cartesiano, trouxeram com o passar dos anos, a questão de como estabelecer ligações de comunicação e de percepção do outro. Buscou-se uma superação do solipsismo, onde a única realidade no mundo é o eu.

Assim, o jovem e suas ações passam a ser “invisíveis”, pois embora continuamente vigiado, “os outros” estão preocupados e centrados em si próprios. A ausência do outro torna a todos transparentes. O próprio jovem, face à função formadora deficitária da ética fornecida pelo espelho parental, não adquire um olhar para si próprio. Este olhar parece ser procurado, de um lado, e adquirido, no outro, pelo confronto, o que pode resultar na própria transgressão.

## **9. era uma vontade quase sentida como um direito à impunidade...**

Os casos dos três jovens que passaram pelo judiciário têm um traço comum, bem como os três casos que não passaram pelo sistema judiciário: os primeiros não percebem a(s) infração(ões) cometida(s) como crime e os segundos percebem a gravidade dos seus atos para si e para os outros. Na direção do primeiro grupo, uma pesquisa, coordenada por Waiselfisz (1998), realizada em Brasília através de entrevistas e grupos focais com jovens estudantes de escolas públicas e privadas daquela cidade, trouxe como um dos resultados quanto à percepção de alunos(as) da escola particular sobre o assassinato do índio Galdino, certa amenização, considerando a infração cometida como uma forma de brincadeira que “não deu certo” (crivo meu), sem a intenção de matar (WAISELFISZ, 1998, p. 128).

O entendimento do crime dos três primeiros jovens está distante da noção de responsabilização e de percepção do outro. Percebem o que fez (faz) como fases, como parte do desenvolvimento da sua vida. Para dois destes três jovens, criminoso é aquele que assalta, que porta arma e que mata gente. Parece haver mesmo uma linha divisória entre aqueles criminosos que “sujam as mãos” e os que não chegam a “esse ponto”. Há ainda que se considerar um aspecto contemporâneo, que é o significado que a mediação por coisas adquiriu na sociedade do consumo, onde ao invés de contatos diretos com as pessoas, há objetos intermediando as relações e, conseqüentemente, compondo relações com mais essa singularidade. A internet e seus benefícios, como também seus malefícios, dentre eles, a facilitação de crimes que podem ser entendidos “indiretos” na fala de um dos nossos entrevistados, que parecem ser simbolicamente menores porque o transgressor não está pessoalmente diante da vítima – são infrações que expõem menos a imagem da pessoa envolvida.

Surge a impressão de que estes jovens não conseguem entrar no que fizeram e muito menos conseguem perceber o que isto significa para os outros. Mesmo a jovem que cumpriu a medida sócio-educativa, não entra na noção de culpabilização. Será que as medidas sócio-educativas do ECA têm sido aplicadas com eficácia, de forma que efetue a punição e cumpra seu caráter pedagógico? Vale pontuar que dos três entrevistados que passaram pelo judiciário, dois deles não haviam cumprido a medida sócio-educativa no momento da entrevista, mesmo tendo sido encaminhados pelo Judiciário há aproximadamente seis meses ao CMSEMA, em virtude da dificuldade de encaminhamento às instituições cadastradas para o cumprimento da medida judicial.

Isso sem contar com a média de dois anos de andamento processual até o julgamento. Este panorama pode estar contribuindo para a não percepção do crime por parte destes jovens.

Quanto aos jovens que não passaram pelo Judiciário, os três foram encaminhados pelas famílias para tratamentos terapêuticos junto a grupos de ajuda, compostos por pessoas que passaram por situações semelhantes, e ainda se encontram em acompanhamento até hoje, mesmo tendo passado aproximadamente um ano da providência das famílias em tratar os filhos. Esses jovens foram orientados a fazer “compensações sociais” como forma de se redimirem diante da sociedade, através de trabalhos voluntários. Este conjunto de fatores parece ter direcionado à auto-noção de responsabilização destes jovens, mesmo sem terem passado pelo sistema judiciário.

### ***10. ... estava começando a fazer tudo novamente, agora acompanhado do grupo de amigos...***

Takeuti (2002) aponta para a distância de nossas reações como adultos, ao tomarmos conhecimento de uma transgressão de jovens, como se não tivéssemos passado por fases e vivências semelhantes:

Aprontar, de maneira grave ou leve, é, aliás, como veremos em seguida, uma característica da sociabilidade juvenil que atravessa várias culturas, épocas e sociedades. (TAKEUTI, 2002, p. 286).

Pais (2003) chama a atenção para o conceito de socialização como normas reproduzidas e às formas de proceder essa reprodução, onde a cultura seria um “conjunto de significados compartilhados” (p. 70). Para entender melhor tais processos, o autor propõe o estudo do cotidiano desses jovens.

Essa sociabilidade tão importante para os jovens começa a ser ameaçada quando o envolvimento com a criminalidade começa a ficar mais profundo. Não é incomum o jovem deixar a escola, mudar de turma de amigos e até os espaços onde circulava deixam de ser os mesmos. Neste sentido, um aspecto presente na vida de muitos dos jovens que se envolvem com a criminalidade é o que Bosi (2003) chama de desenraizamento, que ocorre como forma de proteção do jovem e/ou da família, em virtude da profundidade e/ou gravidade de situações com as quais está envolvido – o que muitas vezes pode ser tão danoso para a superação das dificuldades quanto o

próprio envolvimento, pois mudar radicalmente moradia, escola e amigos pode ser desesperadamente desolador.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (BOSI, 2003, p. 175).

### **11. A mãe dizia que era melhor para ele e para todos...**

A relevância da família na pesquisa pode ser claramente percebida na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* (ABRAMO; BRANCO, 2005), pois quando perguntados em que instituições confiam, 83% dos jovens entrevistados responderam que confiam totalmente na família, 15% confiam até certo ponto e apenas 1% não confia. Não por acaso os políticos ficaram em último lugar, onde apenas aproximadamente 4 % confiam neles totalmente.

Para Winnicott (2005), a transgressão juvenil é exatamente a indicação de que alguma esperança ainda existe e que, muitas vezes, o comportamento transgressor é um pedido de socorro: “(...) nada mais é, por vezes, do que um SOS, pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes.” (WINNICOTT, 2005, p. 131). Segundo esse autor, a noção de limites permite à pessoa se sentir verdadeiramente livre, pois isso só é possível com o sentir-se segura. Uma pessoa sem limites não seria capaz de ser essencialmente livre.

Ao constatar que o quadro de referência de sua família se desfez, ela deixa de ser livre. Torna-se angustiada e, se tem alguma esperança, trata de procurar outro quadro de referência fora do lar. (WINNICOTT, 2005, p. 130).

Associando esta questão colocada pelo autor com a des/construção da referência da autoridade trazida pelos preceitos da modernidade, não é difícil entender as trajetórias dos jovens entrevistados.

Vale salientar que o autor refere-se à transgressão como delinquência, ao que cabe um esclarecimento: muitos de seus escritos datam de meados do século XX, onde vigorava esta nomenclatura em todo o mundo. No Brasil, isto pode ser constatado nos sucessivos códigos de menores. Mesmo ainda presente em alguns discursos, atualmente



no Brasil a forma utilizada para nomear o jovem que está cometendo atos transgressores ilícitos é conflito com a lei para menores de 18 anos e crime para os maiores desta mesma idade.

A mudança na trajetória de vida de alguns jovens, diante do envolvimento com o crime na direção da descontinuidade desse envolvimento, poderá estar ligada à necessidade de preservação da base familiar como forma de sobrevivência por estar a família representada como figura de apego.

Pais (2006), através de uma reflexão da semântica de presente e futuro, elucida a problemática de presente ser futuro e de futuro estar ausente nas trajetórias de muitos jovens. O citado “princípio da incerteza” quanto ao futuro os faz fugir, refugiarem-se na ilusão, através de meios como os jogos informáticos ou de drogas. Buscam identidades sociais virtuais (PAIS, 2006, p. 20) e que não coincidem com a identidade real. Pais salienta que o universo das sensações virtuais estão presentes nas culturas juvenis, não somente porque não estão face a face com o outro, mas porque não há espaço para sentimentos reais e profundos por quem está do outro lado; tudo é idealizado: idealiza o que quer ver no outro e o que quer mostrar de si. Será este início de século marcado pelo *simulo, logo existo?*

## **12. ... culpar os pais por não terem educado/evitado que o filho fosse um “playboy marginalzinho”...**

Oliveira (2008) comenta o tratamento privilegiado dado aos jovens em conflito com a lei, pertencentes às classes médias e altas, face às redes de influências que vêm à tona através dos meios de comunicação. Da mesma forma, os relatos de familiares dos jovens entrevistados no presente trabalho revelaram a mágoa ante o excesso de exposição dos seus filhos quando do flagrante e/ou noticiamento das infrações cometidas. Entretanto, podem estar sendo canalizadas - para os poucos casos que se tornam públicos - as expectativas da sociedade do julgamento desses jovens:

Sabemos que a visibilidade recente de episódios envolvendo jovens “bem-nascidos” na condição de autores da violência está longe de retratar numericamente os tantos acontecimentos abafados antes mesmo de que venham a transformar-se em ocorrências policiais ou mesmo durante as tramitações que possam sucedê-las. Contudo, quando o fato, apoderado pela mídia, segue vazando nos tendenciosos filtros que a rede de influências privada não logra hermetizar e,

finalmente, configura-se em processo judicial “criminal”, percebemos que ele acaba por cumprir um papel de expiação das almas. Nessa fila inscrevem-se os operadores do direito; os profissionais da equipe técnica; os funcionários administrativos; os auxiliares; os voluntários; os transeuntes, enfim a sociedade. (OLIVEIRA, 2008, p. 88)

Nesse contexto, os pais e/ou responsáveis legais, e porque não dizer a família, são, muitas vezes, culpados pela mídia e pela sociedade, como sendo unilateralmente responsáveis “(...) por terem fabricado “delinqüentes” quando tiveram as melhores condições de evitá-lo.” (OLIVEIRA, 2008, p. 88). Mais uma vez, em contraponto com os demais apontamentos articulatórios, é inegável que a forma como questões de autoridade, do consumo e do individualismo está sendo colocada para a sociedade vulnerabilizam mais ainda as famílias, principalmente no Brasil, onde os preceitos de modernidade convivem com o modelo tradicional. Abramovay e Castro (2005) tratam dessa consideração de vulnerabilidades juvenis como “estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005, p. 63). Não se trata de amenizar ou desviar responsabilidades, mas de ir ao encontro das nossas intenções de pesquisa: aceitar a complexidade como condição do processo de análise, através da reflexão e da articulação das questões à luz nos diversos níveis e dimensões humanas – macro e micro-sistêmicas.

#### **4.5. SÍNTESE ANALÍTICA**

Por ser este um trabalho inserido em uma rede de entrelaces contemporâneas, propondo a reflexão com os jovens sobre uma questão tão próxima do senso comum e exposta cotidianamente pela mídia, as histórias dos entrevistados e suas percepções devem ser tratadas de modo extremamente cuidadoso, havendo ainda muito a percorrer.

A criminalidade juvenil de autoria ligada aos jovens de classes médias e altas brasileiras é uma manifestação inscrita na matriz sócio-histórica - além de suas outras múltiplas dimensões pontuadas no presente trabalho - a partir de questões que ultrapassam a associação exclusiva com a classe, sendo assim transclassistas e imprimindo múltiplas determinações. O presente trabalho não pretende minimizar a profundidade e a seriedade das questões de classe e de distribuição de renda no Brasil, mas elucidar aspectos que afetam toda a juventude brasileira, na busca tornar compreensível um fenômeno que a mídia tem mostrado como crescente.

O primeiro deles é a velocidade com que as informações circulam na atualidade, impondo aos jovens um ritmo de vida singular, porém imediatista. O segundo está ligado aos novos padrões de convivência, imprimindo um enfraquecimento e uma fragilidade nos laços afetivo-amorosos, e ainda novos valores de socialização entre os jovens, o que pode ser percebido, por exemplo, nas relações mediadas pela internet. O terceiro é a exacerbação do consumismo e da conseqüente sensação permanente de insatisfação imposta aos sujeitos, gerando a cada segundo novas necessidades para o estar no mundo. Uma quarta determinação é singular do caso brasileiro e de alguns países ditos em desenvolvimento: a convivência conturbada entre o moderno e o tradicional. E, por fim, não podemos deixar de pontuar a grave disseminação do abuso de substâncias psicoativas.

Tratando especificamente dos casos do estudo, uma constatação surgiu a partir do exercício de afastar julgamentos morais: não se trata de famílias nem boas, nem más – estão sim mergulhadas na complexidade contemporânea de serem responsáveis por uma pessoa, pela sua criação, educação e pelos seus atos conforme a legislação infanto-juvenil brasileira, sendo esta uma dura missão.

Uma das expressões mais significativas particulares da época em que vivemos é a transformação do exercício da autoridade, que levou a uma perda do poder moral sobre as novas gerações, estando os responsáveis com pouco controle sobre seus filhos. Um aspecto relevante, neste sentido, é que todas as famílias envolvidas nesta pesquisa tomaram alguma atitude para buscar resolver a situação dos jovens; porém, demoraram a perceber o nível de comprometimento dos filhos com as situações de criminalidade, conforme relatos dos entrevistados.

Estudos de Goldenberg (1998) mostram a complexidade da questão acrescentando uma dimensão a esta complexa rede que permeia o exercício da autoridade, afirmando que o pai simbólico estaria ausente nas crianças e nos adolescentes infratores pesquisados: “(...) vivem uma situação dual, ou seja, imaginária, em que o terceiro não entrou na constelação familiar.” (GOLDENBERG, 1998, p. 113). Para a autora, a ausência da lei paterna no lar é uma das razões para o início de adolescentes estarem em conflito com a lei.

A legalização dos direitos das crianças e adolescentes, que veio regulamentar e tentar eliminar as graves situações de crimes sendo cometidos contra as crianças e jovens no mundo inteiro, também pode estar sendo contraditoriamente instrumento influenciador no exercício da autoridade parental, a partir do aumento dos direitos dos

filhos. Outra importante consideração nesta direção é o conceito comum na educação parental de nossos dias de que o fim da suposta autoridade dos pais está ligado à independência financeira do filho, mesmo que ele ainda more na casa dos pais. É difícil pensar em exemplos positivos de respeito e legado dos mais velhos, quando a autoridade está relacionada à questão financeira.

Esta é uma situação de risco que permeia as preocupações de todas as classes sociais. Entrecendo esta perda do poder moral com a construção do masculino, encontramos jovens buscando formas externas à família de identificação e afirmação da moral masculina, seja através da arma, do dinheiro, da droga, da esperteza – todas elas ligadas à necessidade de poder: poder-ser, poder-mostrar, poder-ter.

O que presenciamos é um duplo equívoco, refletido através de um formato de estado que se construiu como substituinte da autoridade, fazendo cada vez mais intervenções na família, porém de forma mínima, entregando ao núcleo familiar atribuições que não lhe cabem e, ao mesmo tempo, interferindo em questões antes consideradas privadas.

As expressões do individualismo afetam direta e fortemente a condição da alteridade e esta relação foi claramente expressa em todos os casos, e ainda em maior proporção nos jovens que passaram pelo judiciário – a não percepção da infração cometida enquanto crime e, como tal, prejudicial a outrem. Uma hipótese é de que isto ocorra em virtude da escassez e inadequação de espaços “pedagogizantes” para o cumprimento das medidas sócio-educativas do ECA. Já a experiência dos jovens que não passaram pelo judiciário – os quais relataram perceber o mal que fizeram às pessoas – resultou diferenciada na medida em que participaram e ainda participam de acompanhamento através de comunidades terapêuticas, em nível individual e em grupo, além das atividades de compensação social através de serviços voluntários.

Resultados semelhantes foram encontrados nos estudos de Oliveira (2008, p. 128) com jovens de classes médias, autores atos infracionais violentos, para quem os jovens não se consideram autores de violência, tendo-o sido apenas ao cometerem o ato infracional.

Devemos pontuar igualmente as ambigüidades nos critérios de avaliação de conduta entre as classes pois, diferentemente de apontar questões aqui entendidas como transclassistas, é o tratamento dispensado aos jovens de classes baixas e altas onde se observa haver dois pesos e duas medidas. Um exemplo disso são as relações pessoais, familiares e amistosas que favorecem o abrandamento das decisões - e porque não dizer

exercidas através de tráfico de influência -, que ameniza as medidas a serem sejam aplicadas conforme a origem social do jovem.

A quase inexistência de jovens de classes médias e altas com privação de liberdade é um reflexo do que acabamos de levantar – não que entendamos que a privação de liberdade, principalmente nos moldes brasileiros, seja a solução dado que apenas faz aumentar o repertório de infração dos jovens internados. Contudo, os espaços não domésticos funcionam como quintal de uma sociedade ainda presa ao tradicionalismo da era colonial que não se completou nem se extinguiu. A associação entre esta amistosidade e o individualismo representa um completo desmantelamento da justiça social.

Mais uma das contradições presentes na sociedade atual é o grande incentivo ao comportamento de risco, como busca de prazer máximo e prescrição para eternizar a palavra mágica: juventude. Para tanto, existe uma indústria de disseminação de esportes, de moda, de cosméticos e uma infinidade de produtos voltados para a fatia de mercado dos eternos jovens. No entanto, quando o próprio jovem o faz, é criticado, principalmente se for pertencente às camadas mais baixas. Porém, quando um jovem das classes mais abastadas ultrapassa a linha tênue de correr riscos para entrar em contextos de criminalidade, para o senso comum, ele sempre teve atitudes marginais. A análise mais ampla do contexto societário global não entra em questão, sendo atribuído àquele jovem e à sua família a “causa” do desvio comportamental. Correr risco emerge, no entanto, como um modo de controlar a angústia ante a ausência de controle quanto ao próprio futuro em uma sociedade “de risco”.

Poderíamos chamar de casa e rua ou de privado e público, os espaços domésticos e comunitários, porém não o faremos para evitar deslizamentos de conceituação dessas nomenclaturas, as quais são associadas a muitos significados que não se constituem nosso centro de discussão. Queremos tratar da condição de pertencimento que é inerente ao jovem, e se traduz em uma necessidade tão concreta quanto comer todos os dias.

Essa importante condição nos faz perceber que se nestas dimensões - doméstica e comunitária - não estiver presente a autoridade e a proteção como lastros balizadores nas relações (re) produzidas nos dois lócus, como instâncias privilegiadas de socialização dos sujeitos, os papéis e os limites não estarão bem estabelecidos, fazendo com que as margens se mesquem em direção desconhecidas. Portanto, com a ausência de um lugar social legítimo na sociedade, os nossos jovens pertencem a ninguém.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontaremos, inicialmente, para a necessidade de novos estudos na área. Estudos sobre as percepções e as formas de sociabilidade das diferentes classes sociais brasileiras muito irão contribuir para ações de aproximação entre elas. É exatamente nessa direção que faremos a nossa primeira sugestão:

1. Políticas Públicas *com* as juventudes que contemplem o princípio da universalidade sejam de fato planejadas e efetuadas tendo como horizonte a aproximação entre as classes sociais. Daremos um exemplo: há no máximo 20 anos, os jogos estudantis estaduais eram realizados com a participação de todas as escolas de cada estado brasileiro. Atualmente, existem os jogos das escolas públicas e, separadamente, são realizados os jogos das escolas particulares, ou seja, nem na área do esporte que é tão agregadora, os jovens se encontram atualmente. Outro exemplo: as municipalidades promovem na área de assistência social ações de complementação às atividades escolares, seja de cultura, seja de artes, de esportes ou de qualificação profissional de jovens. Não é incomum ser determinado como um dos critérios de ingresso a renda familiar do candidato à vaga. Contudo, artes, cultura, esporte e profissionalização são direitos garantidos pela Carta Magna a todos os brasileiros, indistintivamente à raça ou classe social.

Portanto, sendo a assistência social uma política social voltada para os que dela necessitem, esta formatação de política pública deveria ser repensada pelos gestores e profissionais das áreas afins. Possivelmente estaríamos entrando no terreno de mais uma contradição, pois, como ofertar políticas públicas em forma de ações e atividades para classes que têm como arcar com recursos próprios? Contudo, há que se considerar que os prejuízos da hostilidade existente cotidianamente entre as classes sociais pode ser ainda mais danoso, principalmente se pensarmos a partir de questões como a segurança pública. Esta hostilidade é distanciadora, pois os jovens de classes mais altas passam a ter um olhar estigmatizante para aqueles que estão ligados a projetos sociais, da mesma forma que os que estão participando percebem os outros com certa revolta, como se a eles coubesse a solução final de todos os problemas contidos nas desigualdades sociais brasileiras.

Não estamos sugerindo a imposição de uma harmonia hipócrita em uma sociedade desigual, em que a (re)distribuição de renda não ocorre efetivamente. O que está em pauta é uma forma de pensar as políticas públicas como aproximadoras das

juventudes para que elas possam se perceber e, a partir do (re) conhecimento, possam se respeitar enquanto pessoas, compartilhando, inclusive as dificuldades. A partir daí é possível refletir com os jovens as alternativas e soluções possíveis. E essa é a linha da nossa segunda sugestão:

2. Ao mencionar Políticas Públicas *com* as juventudes, estamos sugerindo que sejam elaboradas e avaliadas com a participação delas, enquanto conjunto, não somente com os jovens das classes menos favorecidas do ponto de vista sócio-econômico, mas com todos os jovens. Se na execução de projetos sociais já existir este encontro, pensar as Políticas Públicas *com* as juventudes, através do planejamento e acompanhamento da eficiência e eficácia das ações, por exemplo, será muito menos trabalhoso e de onde florescerão, sem dúvida, resultados positivos. Nesse caso, os jovens, já formariam outra categoria de grupo: uma comunidade jovem, Mais uma vez, a partir disso, costuramos a terceira sugestão:

3. Através de orientação, exemplo e ações – uma vez que os jovens em seu senso crítico aguçado, somente respeitam o que entendem como coerente – buscaremos planejar e executar políticas públicas que primem pela (re) construção de valores de sociedade para os jovens e suas famílias, mesmo que na contramão das ideologias. Nas ações macro e nos pequenos feitos, buscar a reflexão e a valorização da cooperação e solidariedade como base para as relações e como norte para a constante construção intersubjetiva que caracteriza o encontro emancipador. Nesta mesma arena, sugerimos a inclusão de elementos de formação política e da economia solidária na articulação das políticas públicas com as juventudes, como alternativa aos preceitos do nosso capitalismo incompleto e selvagem, onde podemos repensar inclusive os conceitos de valor de troca e de valor de uso com os jovens, através de ações de valorização ao trabalho e à troca justa.

Não obstante à verossimilhança de uma utopia, estamos aspirando a uma sociedade mais justa e igualitária, e não poderemos construir essa possibilidade sem o poder transformador da esperança e do sonho, encarnada e espelhada em grande medida, nos jovens e nas juventudes.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (organizadores). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. **Juventudes no Brasil: vulnerabilidades positivas e negativas, desafiando enfoques de políticas públicas**. In Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon e PETRINI, João Carlos. (organizadores). Petrópolis: Vozes, 2005.
- ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de. **Modos do Adolescente Enfrentar o Risco: um Estudo Longitudinal sobre Projetos de Vida no Contexto da Família**. Salvador, 2001.
- ALMEIDA, Andrija; TAPPARELLI, Gino. **Perfil dos Adolescentes em conflito com a lei representados pela Promotoria da Infância e da Juventude em Salvador (2000-2003)**. Disponível em <http://www.altrodiritto.unifi.it>. em 03.08.2008.
- AMORIM, Ricardo, GUERRA, Alexandre, POCHMANN, Márcio, SILVA, Ronnie. **Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil. Classe média: desenvolvimento e crise**. Volume 1. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANDRADE, Carla Coelho. **Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal**. Brasília, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília – UnB, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- ARAÚJO, Domingos Barreto de. **O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano 2000**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Salvador, UFBA, 2004.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flaksman, 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARRIAGADA, I. **¿Familias Vulnerables o Vulnerabilidad de las Familias?** CEPAL, Chile, 2001.



ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

BORGES, Luciana Souza e ALENCAR, Heloisa Moulin de. **Moralidade e Homicídio: Um Estudo sobre a Motivação do Transgressor**. In Revista Psicologia, Reflexão e Crítica. Vol. 19, Nº. 03, Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDOM, J.C; PASSERON, J. C. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria crítica da família**. In: Infância e violência doméstica - fronteiras de conhecimento. AZEVEDO, Maria Amélia; NOGUEIRA, Viviane N. de A., organizadores. (p.49-79). São Paulo: Cortez, 1993.

CARVALHO, Ana Maria Almeida, LORDELO, Eulina da Rocha. **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento: concluindo**. In *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. Salvador: EDUFBA, 2002.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. **Políticas Sociais Setoriais e por segmento: Criança e Adolescente**. In *Curso de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulos III*. Brasília: Unb, 2000.

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Segregação Socioespacial e Dinâmica Metropolitana**. In *Como anda Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006.

CASTRO, Mary Garcia. **Pesquisas da Unesco sobre juventudes no Brasil. In Juventude, cultura e cidadania**. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

CIRINO, H. **Cai número de adolescentes envolvidos em crimes**. Jornal A Tarde. Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 05. 07/05/2007.

COHEN, Jean. **Poesia e motivação**. In (por): Todorov, Tzvetan; Fonagy, Ivan; Cohen, Jean. *Linguagem e motivação*. Uma perspectiva semiológica. Porto Alegre: Editora Globo S.A., 1974, p. 101-120.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. De 05 de Outubro de 1998. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e Castigo**. Tradução, Prefácio e Notas de Paulo Bezerra; Gravuras de Evandro Carlos Jardim, São Paulo: Ed. 34, 2001.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica – Um estudo do complexo petroquímico**. Salvador: EDUFBA, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 7ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Política Social do Estado Capitalista**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FIGUEREDO, Luiz Cláudio. **Modos de Subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: ESCUTA/EDUC, 1995.

FIGUEREDO, Luis Cláudio, JÚNIOR, Nelson Ernesto Coelho. **Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade**. São Paulo: Revista Interações, 2004.

FIUZA, Guilherme. **Meu nome não é Johnny**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2008.

FONSECA, Cláudia. **Fabricando família: políticas públicas para o acolhimento de jovens em situação de risco** (pp. 215-244). In Christine Jacquet e Livia Fialho Costa (Orgs.), *Família em mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A grande internação**. In *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOLDEMBERG, Gita Wladimirski. **O pai simbólico está ausente na criança e no adolescente infratores**. In *Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. LEVISNKY, David. Léo. (organizador). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1998.

HAGUETTE, Maria Tereza Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, 4ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HORKHEIMER, Max. **Autoridad y familia y otros escritos**. Barcelona: Paidós, 2002.

IPEA. Brasil: **O estado de uma nação**. 2005.

JORGE, Helena P. de Mello. **Como morrem nossos jovens**. In *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, Volume 1. Brasília: CNPD, 1998.

KEHL, Maria Rita. **A juventude como sintonia da cultura.** *In* Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. NOVAIS E VANUCCI (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo.** Tradução Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri, SP: Manoele, 2005, p. 59-110.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole.** *Tempo Social*, Vol.15, nº. 01, São Paulo, Apr.: 2003. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br), em 03.08.2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Matense de. (Organizadores) **Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade.** 1ª ed., São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MAYORGA, Cláudia. **Identidades e adolescências: uma desconstrução.** *In* Pesquisas e Práticas Psicossociais, vol. 1, n. 1. São João del-Rei: Abrapso, 2006.

MELUCCI, Alberto. **Busca de qualidade, ação social e cultura.** *In* Por uma sociologia reflexiva; pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** São Paulo: Saraiva, 1996.

NOVAES, Regina e VANUCHI, Paulo. (organizadores). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, Maristhela Bergamim de. **O significado da violência para jovens de classe média autores de ato infracional.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª ed., 2003 (p. 13-79).

PAIS, José Machado. **Busca de si: expressividades e identidade juvenis.** *In* Culturas Jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Juventude em Busca de Novos Caminhos no Brasil.** *In* Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. NOVAIS E VANUCCI (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RABINOVICH, Elaine Pedreira de. **Resiliência: termo ou conceito?** *Seminário Resiliência: conceitos clínicos teóricos*, São Paulo: SBPSP e RUKHA, 2006.

RABINOVICH, Elaine Pedreira, BASTOS, Ana Cecília Sousa de. **Famílias e projetos sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo de São Paulo.** *Psicologia em Estudo*, 12 (1):3-11, 2007.

ROSA, Edinete Maria; JÚNIOR, Humberto Ribeiro e RANGEL, Patrícia Calmon. **O adolescente: a lei e o ato infracional**. Prefácio de Vânia Maria Manfroi. Vitória: EDUFES, 2007.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Kátia de Souza; SILVA, Ana Paula Soares da; CARVALHO, Ana Maria Almeida Carvalho. **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A Família em desordem**. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTA RITA, Rosângela Peixoto. **Mães e Crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Brasília, Ministério da Justiça, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade**. 11ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Ana Paula Soares da. **(Des) continuidade no envolvimento com o crime - Construção de identidade narrativa de ex-infratores**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; GUERESI, Simone. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Texto para Discussão nº. 979, Brasília: IPEA, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3ª, São Paulo: Cortez, 2005.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. **A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social**. In Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. ABRAMO e BRANCO (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TAKEUTI, Norma Missae. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dudará e Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

VALSINER, Jaan e CONNOLLY, Levin. **Qualitative Methodology in Handbook of Developmental Psychology**. London: Sage, 2003.

VOLPI, Mário. ECA, **Delitos e Adolescência**. In *Adolescência, Ato Infracional e Cidadania*. São Paulo: ABONG e Fórum DCA Nacional, 1999.

WASELFISZ, Julio Jacobo (coord.). **Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília**. Brasília: UNESCO, 1998.

WELLER, Vivian. **Karl Mannheim: Um Pioneiro da Sociologia da Juventude.** Recife: UFPE, 2007.

WINNICOTT, Donald W. **Privação e Delinqüência.** Tradução Álvaro Cabral. 4ª ed., São Paulo: Martins Fortes, 2005.

## ANEXOS

## **ANEXO A**

Fotocópia dos Ofícios de solicitação da UCSAL e autorizações do Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude para pesquisa quantitativa com os processos do Órgão e pesquisa na CMSEMA;

## **ANEXO B**

Fotocópia dos Ofícios de solicitação da UCSAL e autorizações do Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude para pesquisa 01 (uma) exploratória no CASE localizado no bairro de Tancredo Neves;



## **ANEXO C**

Fotocópia dos Ofícios de solicitação da mestranda e a apreciação do Comitê de Ética da UCSAL.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada;

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL

MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

ORIENTAÇÃO: Dra. Elaine Pedreira Rabinovich

ALUNA: Samira Safadi Bastos

ESCLARECIMENTOS PRÉ-ENTREVISTA: O objetivo dessa pesquisa é entender as razões das infrações e tentar ajudar depois. Sempre trabalhei com isso, mas nunca perguntei o como ou o porquê dessas questões ocorrerem. O que você me contar vai ficar apenas entre nós. Irei gravar, mas realmente não se preocupe porque é confidencial mesmo. Só eu terei acesso aos dados e você não será reconhecido porque não aparecerão diálogos inteiros nem seu nome ou voz, somente recortes misturados de vários entrevistados. A sua colaboração é muito importante, muitíssimo obrigada desde já. Isso vai ajudar outros meninos como você. Se quiser, você pode escolher um nome fictício ao invés das iniciais.

### FICHA BÁSICA:

LOCAL DA ENTREVISTA:

HORÁRIO DE INÍCIO:

NOME E APELIDO:

ENDEREÇO:

DATA DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

### ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA

1. Imagine que você está voltando no tempo, tente lembrar de você quando era criança, lembrar de você pequeno... Como você era? Quais as lembranças que vem na cabeça agora?
2. Fale-me da sua infância. O que você quiser, onde nasceu, como foi, tudo é importante para mim saber.(...) O que mais? (...) Ótimo, e depois?

3. Com quem morava?
4. Como era estar em casa? Como você se sentia quando estava em casa?
5. Quem eram seus amigos? Como os conheceu?
6. Havia algum(ns) mais grudados?
7. O que você(s) fazia(m) nas horas em que não estava em aula?
8. Ficava na rua? Com quem? Fazendo o quê?
9. Como era na escola? (ver o que é adequado perguntar: entender a relação com os professores, se sentia-se parte da escola, se gostava de ir pra lá, quem eram os amigos da escola, se participava de turmas, se fazia esporte, como era a relação com a coordenação).
10. Quando você começou a crescer, como foi?
11. Já gostou de alguma menina?
12. Fale-me como foi que isso começou, como foi a primeira vez (a depender da infração, modelar a pergunta)?
13. Por que acha que entrou? Que idade você tinha?
14. O que o levou a continuar, por que acha que permaneceu?
15. Como você se sente em relação aos seus amigos, à sua família e a sociedade em geral?
16. Se deixou, quais as motivações para sair ou como se deu a saída? Ou o que ajudaria a sair? (Que condições ajudariam você a sair?)
17. Que atividades você se vê desempenhando daqui a 01 e daqui a 10 anos?
18. Você acha que isso poderia ter sido evitado com relação a você? Como?
19. E com relação a outros jovens?
20. Que coisas você sabe ou gosta de fazer e onde encontra espaço para realizá-las? Aspectos da capacidade de realizar coisas de maneira mais concreta como certas habilidades.

HORÁRIO FINAL:

Se eu tiver dúvidas, posso retornar? Muito obrigada mais uma vez.

## APÊNDICE B

Fotocópia dos Termos de Consentimento para a Entrevista



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE**  
**CONTEMPORÂNEA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre a percepção da criminalidade de adolescentes de classe média em conflito com a lei e está sendo desenvolvida por SAMIRA SAFADI BASTOS, aluna do Curso de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador - UCSAL, sob a orientação do(a) Prof(a) DRA. ELAINE PEDREIRA RABINOVICH.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a identificação das possíveis formas de prevenção e intervenção da inserção na criminalidade, através da compreensão da ótica dos jovens pesquisados.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de psicologia, serviço social e sociologia e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome e todos os dados que possam identificá-lo serão mantidos em completo sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE**  
**CONTEMPORÂNEA**

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Responsável Legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Samira Safadi Bastos

Endereço: Av. Avenida Anita Garibaldi, nº. 2981 - Rio Vermelho

Salvador / BA – CEP 41940-450

Telefone: (071) 8187-5692 / 8109-9603 / 3324-7692

Salvador, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2007.

Atenciosamente,

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

SAMIRA SAFADI BASTOS